



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

JULIANA VINCENZI DE VERGÍLIO

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE
RESPONSABILIDADE PROFISSIONAL DOS INSTRUTORES
DE ACADEMIA**

JULIANA VINCENZI DE VERGÍLIO

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE
RESPONSABILIDADE PROFISSIONAL DOS INSTRUTORES
DE ACADEMIA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa Associado de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Estadual de Maringá e Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação Física.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Jeane Barcelos Soriano
Coorientador: Prof. Dr. Jorge Both

Londrina
2013

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da
Universidade Estadual de Londrina**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

V497r Vergílio, Juliana Vicenzi de.

Representações sociais sobre responsabilidade profissional dos instrutores de academia / Juliana Vicenzi de Vergílio. – Londrina, 2013.
145 f. : il.

Orientador: Jeane Barcelos Soriano.

Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Educação Física, 2013.

Inclui bibliografia.

1. Responsabilidade profissional – Teses. 2. Intervenção profissional – Teses. 3. Educação física – Representações Sociais – Teses. I. Soriano, Jeane Barcelos. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências da Saúde. Programa de Pós-Graduação em Educação Física. III. Título.

CDU 796.074.4

JULIANA VINCENZI DE VERGÍLIO

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE RESPONSABILIDADE
PROFISSIONAL DOS INSTRUTORES DE ACADEMIA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa Associado de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Estadual de Maringá e Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação Física.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Jorge Both
UEL – Londrina - PR

Prof. Dr. Tony Honorato
UEL – Londrina - PR

Prof.^a Dr.^a Elisabete dos Santos Freire
USJT – MÓOCA - SP

Londrina, 25 de setembro de 2013.

Dedico este trabalho aos meus pais,

Luiz e Nilcéia.

Fundamentais para que eu cumprisse

mais essa etapa da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Especialmente à Prof.^a Dr.^a Jeane Barcelos Soriano, por me ensinar a ter seriedade e rigor com meus compromissos. Mais do que minha professora e orientadora, é um exemplo de vida a ser seguido. *Admiro muito sua coragem e determinação.*

Ao Prof. Dr. Jorge Both, por meu auxiliar na coorientação do trabalho e por trazer contribuições que me ajudaram a amadurecer e colaboraram para a minha formação enquanto mestranda.

À Prof.^a Dr.^a Elisabete Freire e ao Prof. Dr. Tony Honorato, pelas considerações realizadas no exame de qualificação, fundamentais para aprimorar o trabalho e auxiliar nas direções que deveriam ser tomadas.

Ao Prof. Dr. Antonio Geraldo Magalhães Gomes Pires, que, apesar das poucas reuniões e conversas, foi fundamental para a finalização desse estudo. Além do que, com seu jeito enérgico, mas carinhoso, me ensinou que o importante mesmo é compreender que em cada fase da vida nossas capacidades para realização das coisas não são iguais, cabendo a nós a aceitação de nossas imperfeições e a busca pela melhora.

Ao Anísio Calciolari Júnior, por tão prontamente auxiliar na leitura e correção do trabalho.

À Universidade Estadual de Londrina e ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), pelo apoio para a realização do estudo.

Aos profissionais de Educação Física que participaram do estudo, por contribuírem para que a pesquisa pudesse ser efetivada e por serem, todos, muito cordiais,

educados e me trazerem as lembranças das alegrias e dificuldades do trabalho que desempenham.

À Camila Marchlewski e Priscilla Maia da Silva, minhas companheiras de viagens, conversas e angústias, vocês foram essenciais para que eu passasse por esses anos acreditando que *“tudo iria dar certo no final”*.

Aos meus pais, Luiz de Vergílio Neto e Maria Nilcéia Vincenzi de Vergílio, por terem sido fundamentais para que eu pudesse voltar a estudar e continuar essa empreitada, mesmo nos momentos de maiores dificuldades. Por fazerem de mim uma pessoa com princípios, com educação e com um grande ensinamento: “por mais difícil que qualquer situação pareça resolva-a sem jamais perder a dignidade”.

À Janice Vincenzi de Vergílio, minha irmã, e ao Fernando Martins de Carvalho, meu cunhado, por sempre me acolherem tão bem nos finais de semana e compartilharem comigo momentos de tanta alegria e boas risadas, fazendo com que eu me sentisse renovada para seguir em frente.

Ao meu marido, Fábio Henrique Sitta, por ter respeitado a minha escolha, mesmo que algumas vezes não entendesse o porquê da minha ausência e do meu cansaço. Com certeza a parceria estabelecida entre nós foi fundamental para que tudo desse certo e para que eu cumprisse com todos os deveres aos quais me propus.

VERGÍLIO, Juliana Vincenzi. **Representações sociais sobre responsabilidade profissional dos instrutores de academia**. 2013. 145p. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Centro de Educação Física e Esporte. Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

RESUMO

A presente pesquisa teve por objetivo identificar, junto aos profissionais de Educação Física que atuam como instrutores de musculação, se existe uma representação social sobre responsabilidade profissional. Para a realização do estudo, fizemos a opção pela abordagem qualitativa de pesquisa por pretendermos compreender como a responsabilidade profissional é significada pelo profissional de Educação Física em seu imaginário. A seleção dos participantes se deu intencionalmente, considerando, daqueles que atuassem como instrutores de musculação, os que interviessem em programas de musculação (instrutor de academia) há pelo menos 2 anos, com o intuito de selecionar profissionais com um mínimo de experiência no ambiente de trabalho e que fossem formados em Educação Física. O recurso empregado para a obtenção das informações foram as entrevistas semiestruturadas. Para análise dos dados coletados, foi utilizada a técnica da análise de conteúdo, sendo as categorias estabelecidas *a posteriori*. A partir da análise das entrevistas, realizamos a descrição e discussão dos dados em três etapas: na primeira, reunimos dados relacionados à caracterização do respondente; na segunda, descrevemos a caracterização do local de intervenção; e na terceira, discutimos os discursos dos profissionais referentes à responsabilidade profissional. Nas considerações finais, os principais pontos destacados são: a) quanto à categoria conhecimento: o entendimento da necessidade do conhecimento específico para intervir com responsabilidade profissional; a relação da aquisição de conhecimentos através dos estágios e prática profissional; a pouca contribuição da formação inicial para a intervenção que realizam hoje; e a pouca contribuição dos conhecimentos produzidos na área para a atualização dos saberes necessários para intervir; b) quanto à categoria postura profissional: os profissionais pontuam as atitudes que são positivas e negativas e que devem ou não ser adotadas para efetivar uma atuação responsável; a ênfase em atitudes relacionadas à ética com os beneficiários e à ética com os pares profissionais; a relação entre as posturas profissionais que adotam hoje e os valores familiares como sendo o principal elemento influenciador da maneira como intervêm; em relação à categoria individualidade dos beneficiários: os profissionais acreditam que identificar e considerar as particularidades dos beneficiários é premissa básica para intervir com responsabilidade; através das especificidades apresentadas pelos indivíduos é que os profissionais poderão direcionar a prescrição do programa de exercícios físicos; o fato de não prescreverem o programa de exercícios físicos com base nas individualidades pode levar ao erro profissional e dar margem a resultados negativos. Os resultados da pesquisa levam à conclusão que os profissionais não possuem uma representação consolidada sobre a responsabilidade profissional, ficando os julgamentos e reflexões sobre o tema vinculados a opiniões que possuem com base nos valores familiares e no que observaram e apreenderam de suas vivências práticas e da experiência profissional.

Palavras-chave: Responsabilidade profissional. Intervenção profissional. Educação Física. Representações sociais.

VERGÍLIO, Juliana Vincenzi. **Social Representations of the professional responsibility of the gym instructors**. 2013. 145p. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Centro de Educação Física e Esporte. Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

ABSTRACT

This research aimed to identify, together with physical education professionals who serve as instructors of bodybuilding, if there is a social representation of professional responsibility. For the study, we made the choice of a qualitative research approach we want to understand how the professional liability is signified by the physical education professional in his imagination. The selection of participants was made intentionally, whereas, those who act as instructors in bodybuilding, who intervissem in bodybuilding programs (gym instructor) for at least two years in order to select professionals with a minimum of experience in the workplace and they were trained in Physical Education. The feature used to obtain the information were semi-structured interviews. For data analysis we used the technique of content analysis, and the categories established retrospectively. From the analysis of the interviews we conducted the description and discussion of the data in three steps: first gather data related to the characterization of the respondent, in the second we describe the characterization of the site of intervention, and the third discussed the professional discourses relating to professional liability. In closing remarks highlighted the main points are: a) as the category knowledge: understanding the need for specific knowledge to intervene with professional responsibility, the relation of the acquisition of knowledge through internships and professional practice; little contribution to the initial training for intervention that perform today and little contribution of knowledge produced in the field to update the knowledge necessary to intervene b) as the category professional attitude: professionals punctuate the attitudes that are positive and negative and that should not be taken to carry out a performance responsible; emphasis on attitudes related to ethics with beneficiaries and ethics with professional peers, the relationship between the professional attitudes that embrace today and family values as the main element that influences the way they intervene, for the category of individuality beneficiaries: the professionals believe that identifying and considering the particularities of the beneficiaries is basic to intervene responsibly; through the specifics presented by individuals is that professionals may direct the prescription of exercise program, the fact of not prescribing exercise program physical basis in individuals can lead to malpractice and give rise to negative results. The research results lead to the conclusion that professionals do not have a consolidated view of professional responsibility, getting judgments and reflections on the topic that have linked to opinions based on family values and who observed and seized their experiences and practices professional experience.

Keywords: Professional Responsibility. Professional intervention. Physical Education. Social representations.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 JUSTIFICATIVA	19
2 REVISÃO DE LITERATURA	22
2.1 CARACTERIZAÇÃO DOS GRUPOS PROFISSIONAIS E A EDUCAÇÃO FÍSICA	22
2.2 A RESPONSABILIDADE PROFISSIONAL E A IMPLICAÇÃO PARA A INTERVENÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA	32
2.3 A RELAÇÃO ENTRE A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E O OBJETO RESPONSABILIDADE PROFISSIONAL NA ÁREA DA EDUCAÇÃO FÍSICA	56
3 ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO	64
3.1 TIPO DE PESQUISA	64
3.2 O PROCESSO DE OBTENÇÃO DAS INFORMAÇÕES	65
3.3 A ANÁLISE DOS DADOS	72
4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS	77
4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS RESPONDENTES	77
4.2 CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DE INTERVENÇÃO	80
4.3 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE RESPONSABILIDADE PROFISSIONAL	81
4.3.1 Elementos da Responsabilidade Profissional: A Compreensão dos Profissionais de Educação Física	82
4.3.1.1 Categoria 1: o “Conhecimento” como elemento da responsabilidade profissional	82
4.3.1.2 Categoria 2: a “Postura profissional” como elemento da responsabilidade profissional	104
4.3.1.3 Categoria 3: A “Individualidade do aluno” como elemento da responsabilidade profissional	120
CONCLUSÃO	127

REFERÊNCIAS	130
ANEXOS	138
ANEXO A – Carta de apresentação.....	139
ANEXO B – Termo de consentimento livre e esclarecido	141
ANEXO C – Roteiro de entrevista semi-estruturada	143

INTRODUÇÃO

O entendimento de que a intervenção em Educação Física deverá ser cada vez mais qualificada e pautada pela responsabilidade profissional torna necessária a compreensão de alguns elementos que podem nos auxiliar a identificar os princípios norteadores, bem como os atributos da resposta emitida pelo profissional da área. A influência dos conhecimentos e experiências profissionais na intervenção, a compreensão das possíveis consequências das escolhas realizadas, os valores que norteiam a tomada de posição do grupo são elementos a serem considerados e compreendidos quando nos propomos a compreender a intervenção profissional na área.

A configuração da Educação Física enquanto grupo profissional revela a necessidade de entendermos três elementos fundamentais que irão nortear a intervenção dos profissionais, bem como as decisões no exercício profissional, são eles: a expertise, a autonomia e o credencialismo.

A expertise é definida como as habilidades e os conhecimentos especializados e exclusivos da profissão, os quais irão auxiliar o profissional no exercício e controle sobre seu trabalho e garantir, dessa maneira, a exclusividade no mercado de trabalho. A expertise é entendida como premissa básica do treinamento que o futuro profissional realiza, ou seja, aos cursos de formação inicial cabe a função de garantir a formação de um profissional qualificado para exercer as funções atribuídas a sua profissão (FREIDSON, 1998; ARAÚJO et al., 2006; VERENGUER et al., 2008; SORIANO, 2009).

O profissional de Educação Física, na maior parte das vezes, intervém junto a grupos de populações que fazem uso dos seus serviços. Dessa maneira, a atuação do profissional será caracterizada pelos processos de tomar decisões a fim de resolver os problemas apresentados pelas pessoas. Para que o especialista possa decidir sobre qual será a melhor estratégia a ser adotada a fim de efetivar os resultados esperados pelos indivíduos, poderá utilizar tanto os conhecimentos de caráter formalizado (apreendido nos cursos de formação inicial), quanto os conhecimentos construídos tacitamente (adquiridos pela experiência, pelo caráter prático, dependentes das situações de trabalho vivenciadas) (FREIDSON, 1998; FONSECA; SORIANO; NAKAMURA, 2007; SORIANO, 2009).

Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos profissionais de Educação Física irão auxiliar para que, na intervenção, os equívocos relacionados à imperícia sejam minimizados. Quando a atuação do especialista ocorre com carência de conhecimentos e habilidades, este corre o risco de prejudicar os indivíduos que fazem uso de seus serviços, podendo responder por dano causado ao outro (SILVEIRA, 2002).

Além da base de conhecimentos e habilidades que competem ao especialista, este não deverá orientar seus serviços somente de acordo com interesses particulares (FREIDSON, 2009). Para que possa emitir uma resposta profissional qualificada, também deverá pautar-se nos valores comuns da sociedade em que vive. A relação entre a capacidade cognitiva, técnica e os valores empregados pelo especialista serão fatores decisivos para que obtenham sucesso nas ações realizadas.

Para que possam planejar, prescrever, orientar, avaliar os programas de exercícios físicos destinados à população, devem fazê-lo considerando primeiramente as necessidades, objetivos, particularidades de cada indivíduo que utilizará os seus serviços. Ao observar e avaliar esses fatores, os profissionais deverão utilizar os conhecimentos, habilidades e experiência que possuem para mediar o alcance dos resultados esperados (FREIDSON, 1998; ARAÚJO et al., 2006; VERENGUER et al., 2008; SORIANO, 2009).

A configuração da intervenção diante de diferentes públicos, locais de trabalho, materiais disponíveis bem como a tecnologia dos equipamentos utilizados também são fatores determinantes e entendidos como grandes influenciadores das escolhas realizadas pelo profissional. Cada situação encontrada pelo indivíduo poderá gerar respostas diferenciadas, de acordo com os elementos que se fazem presentes na intervenção profissional (VERENGUER et al., 2008; SORIANO, 2009).

É importante pontuarmos que a autonomia que o profissional de Educação Física possui para intervir lhe traz a necessidade de agir com cautela. Entendemos que a partir do momento que existe a liberdade para tomar decisões, a responsabilidade sobre as escolhas realizadas aumenta, podendo maximizar também as chances de erros profissionais ocorrerem, caso exista a falta de observância por parte do especialista.

A autonomia profissional permite ao grupo o poder de recrutar, treinar e avaliar seus membros, bem como passa a ser visto (pela sociedade) como porta-voz de assuntos relacionados à sua área de intervenção. Uma das estratégias utilizadas pelas profissões para adquirir a autonomia é reivindicar que só os membros do grupo têm o poder de decidir sobre assuntos referentes à sua área de atuação, já que o conhecimento envolvido é tão específico, que leigos não conseguiriam compreendê-lo/avaliá-lo (LARSON, 1977; BOSI, 1996; FREIDSON; 1998).

Além desse fator, a autonomia requer que o especialista possa atuar sem supervisão e com a confiança do público, já que as decisões envolvem comprometimento e responsabilidade para decidir. Dessa maneira, caso um profissional venha a atuar fora dos padrões de ética e não cumpra com suas competências, os únicos que poderiam julgar, avaliar e tomar decisões seriam os membros do grupo profissional.

Essa liberdade alcançada pelo grupo põe nas mãos dos profissionais a responsabilidade associada à profissão, aos pares profissionais e à sociedade. Dessa maneira devem refletir sobre a intervenção que realizam e de que maneira os posicionamentos adotados interferem na configuração da área enquanto profissão. A necessidade de reflexão se faz presente por entendermos que um indivíduo, para abdicar de comportamentos considerados impróprios, deverá perceber: o que faz, por que faz, como faz e as consequências do ato cometido. Além de pensar sobre, é necessário que os profissionais da área também se sintam parte do grupo profissional, já que o pertencimento dos membros a um determinado grupo pode ser grande influenciador da resposta emitida na intervenção (SORIANO; SILVA; CALCIOLARI JR., 2012).

A autonomia conquistada pelo grupo, através da argumentação de que os conhecimentos utilizados para intervir são de difícil compreensão para leigos, é reconhecida perante negociações com o Estado através do credencialismo. O credencialismo se refere à regulamentação desses conhecimentos como únicos e exclusivos de determinada categoria profissional, bem como (por meio da relação com o Estado) garantem as jurisdições e licenciamentos profissionais (ABBOTT, 1988; FREIDSON, 1998).

O fato da Educação Física assegurar para si o monopólio de conhecimentos referentes à atividade física e esporte remete a ideia que o

profissional responde pelos atos efetivados na sua área de competência. Toda ação que se caracteriza pela falta de cuidado, despreparo técnico onde o especialista não tem o conhecimento sobre a atividade que é desenvolvida e as omissões em relação a atitudes que deveriam ser adotadas, se caracterizam como situações de erro profissional, caracterizadas pela imprudência, negligência e imperícia (NASCIMENTO; SORIANO; FÁVARO, 2007; MELO, FREIRE, 2009; LIMA, 2003).

As respostas emitidas pelos especialistas da área muitas vezes estão bem próximas do senso-comum (SORIANO, 2010), onde acabam reproduzindo os procedimentos, estratégias e conhecimentos advindos de suas experiências enquanto esportistas e até mesmo enquanto alunos do ensino básico (VERENGUER, 2004).

A presença do órgão regulador também serve para diferenciar o profissional que possui o treinamento formal para intervir em determinada área, fato esse que auxilia o público na escolha pelos serviços. O Conselho Federal de Educação Física, através da sistematização das funções de um profissional da área, permite ao especialista ter conhecimento do que compete a ele realizar na sua intervenção. Esse processo ocorre por meio dos códigos de conduta, onde estão instauradas as responsabilidades, deveres, funções, infrações e penalidades características do grupo profissional.

Considerando as responsabilidades, deveres e competências do profissional de Educação Física, sabemos que possíveis benefícios podem ser somados à vida dos indivíduos caso o especialista em questão adeque a sua resposta profissional em relação às situações encontradas no cotidiano (SILVA, 2010). É importante pontuarmos que possíveis danos e/ou prejuízos podem, também, ser causados por este profissional. Sendo que esse tipo de situação pode ocorrer caso o indivíduo tenha uma intervenção descompromissada e descuidada (SILVEIRA, 2002). Cabe ao profissional de Educação Física garantir uma intervenção segura, competente e atualizada, que esteja isenta de danos decorrentes de imperícia, imprudência e negligência (SILVA, 2010).

Uma das particularidades associadas à intervenção em Educação Física está o ato de diagnosticar, planejar, prescrever, orientar e avaliar programas de exercícios físicos (SILVA, 2010). O diagnóstico refere-se à identificação das

características e necessidades no beneficiário¹; o planejamento relaciona-se a definição de objetivos e escolha de estratégias (FREIRE; REIS; VERENGUER, 2002; TOJAL, 2006); na prescrição o especialista irá recomendar o programa de exercícios que deverá ser executado pelo beneficiário; na fase de orientação o profissional deverá direcionar/instruir o indivíduo quanto à intensidade, volume, execução dos exercícios; e por fim, a fase de avaliação é caracterizada pela verificação do cumprimento dos objetivos e do sucesso ou não das estratégias adotadas (FREIRE; REIS; VERENGUER, 2002).

Para este fim devemos considerar que a relação entre beneficiário e profissional envolve algumas situações entendidas como particulares: o caráter singular de cada circunstância encontrada (RICOEUR, 1996); as distinções de cada sujeito; as especificidades do local de trabalho; dos objetivos; da disponibilização de materiais e equipamentos. Quando desconsideramos as especificações de cada beneficiário dos serviços prestados e de cada situação encontrada, corremos o risco de configurarmos uma intervenção desvinculada do comprometimento e da responsabilidade profissional, que deveria ser um dos fatores norteadores da tomada de decisão do profissional de Educação Física.

Algumas responsabilidades e deveres associados ao Profissional de Educação Física, de acordo com Código de Ética dos Profissionais (CONFEEF, 2013) da área, podem ser sistematizadas da seguinte maneira: a) zelar pelo prestígio da Profissão e pela dignidade do Profissional; b) assegurar que o beneficiário terá um serviço seguro e atualizado, disponibilizado a partir dos conhecimentos, habilidades e experiências; c) elaboração do programa de exercícios físicos com base nas condições gerais de saúde do beneficiário; d) aceitar encargos somente se possuir capacidade para desempenhá-lo de maneira segura para si e para os beneficiários; e) responsabilizar-se por falta cometida na intervenção profissional; f) cumprir e fazer cumprir os preceitos éticos e legais da Profissão; g) usar adequadamente os materiais e equipamentos destinados ao exercício de sua prática profissional; h) não aproveitar-se do relacionamento com os beneficiários para obter vantagens de

¹ A palavra *beneficiário* será utilizada tendo como base o Código de Ética dos Profissionais de Educação Física, remetendo a todo indivíduo que utilize os serviços do Profissional de Educação Física.

qualquer tipo; i) não pactuar com erro ou atos infringentes, por parte dos pares profissionais, das normas éticas ou legais da Profissão.

Pensamos que seja necessário entender o que leva um profissional de Educação Física renunciar a adotar uma postura responsável, onde ele avalie situações de risco e tome as devidas atitudes para evitá-las. Muitos profissionais, na ânsia de atender às exigências do mercado e conseguirem uma rápida inserção no mundo do trabalho, adotam atitudes que muitas vezes são imprudentes e equivocadas, como por exemplo: (a) aceitarem trabalhar com programas de exercícios que muitas vezes não dominam (BENATTI, 2011); (b) a adesão a programas de treinamento pré-moldados (SORIANO 2010); (c) a prescrição inadequada de programas de exercícios a diferentes públicos (BENATTI, 2011), o que demonstra a falta de prudência e preparo do especialista em relação a sua intervenção.

Outro fator influenciador das atitudes adotadas por profissionais da área pode estar relacionado ao quanto de autonomia possuem no estabelecimento para o qual prestam serviços. O mercado referente às academias de ginástica vem passando por um crescimento nos últimos anos², levando profissionais de outras áreas assumirem as responsabilidades do estabelecimento (COELHO FILHO, 2000). O tipo de formação e os objetivos dos proprietários/administradores/ coordenadores das academias pode influenciar nas funções que devem ser desempenhadas pelo profissional de Educação Física, bem como na maneira que deverá realizar sua intervenção.

As atividades desenvolvidas em academias de ginástica passam a ser objeto de consumo; onde existiam profissionais de Educação Física que eram responsáveis por todo o funcionamento do estabelecimento, passam a existir os profissionais de outras áreas. Diante da possibilidade do aumento dos lucros, muitos empresários/administradores acabam investindo em programas diferenciados e padronizados, o que os leva a obter maior adesão dos beneficiários e menor autonomia do profissional de Educação Física (VERENGUER et al., 2008; COELHO

² No período de 2007 a 2010, o número de academias no Brasil dobrou, chegando a 15.551, deixando o país atrás apenas dos Estados Unidos (TOLEDO, 2011). Em 2000, o Brasil possuía 797 academias e de acordo com dados coletados na última pesquisa feita pelo Conselho Federal de Educação Física (em 2010), existem mais de 16 mil estabelecimentos em todo o País (PORTAL DA EDUCAÇÃO FÍSICA).

FILHO, 2000). A ação de muitos estabelecimentos abrirem mão da qualidade dos serviços para trabalharem com a quantidade de beneficiários (PAZ, 2005) leva a uma diferenciação tanto dos serviços oferecidos, quanto no modo de pensar e nos propósitos dos profissionais de Educação Física.

Aspectos como os apontados acima também podem distinguir a tomada de decisão dependendo daquilo que direciona a intervenção do profissional. As escolhas realizadas pelos indivíduos quando o assunto é o trabalho a ser escolhido e desenvolvido podem estar associadas a diferentes razões: “salário, localização, anos investidos em treinamento, obrigações para com a família ou uma combinação destas mesmas razões” (GARDNER, 2009, p. 93). Os autores apontam também que alguns profissionais acabam escolhendo uma profissão com o objetivo de satisfazer uma necessidade, no sentido de auxiliar pessoas, tendo, portanto “paixão por servir”. Dessa forma, o especialista desenvolve um trabalho exemplar, onde prevalecem ações marcadas pelo ato de comprometer-se e responsabilizar-se pelas escolhas realizadas.

O espaço da intervenção profissional é permeado de significados, os quais o seu estudo e compreensão se fazem mais completos se conseguirmos descrever como os profissionais de Educação Física “explicam, justificam ou questionam os recursos que articulam e as decisões que tomam” (SORIANO; SILVA; CALCIOLARI JR., 2012, p. 441). Conhecer a maneira que os profissionais pensam suas ações e as consequências de seus posicionamentos, assim como a forma que elaboram, aplicam e compartilham os assuntos referentes a sua intervenção, torna-se um importante meio de mapearmos os fatores intervenientes tanto na configuração do cotidiano desses profissionais, como no desenho da área enquanto profissão (NASCIMENTO; SORIANO; FÁVARO, 2007; SORIANO; SILVA; CALCIOLARI, 2012).

A influência do contexto na configuração da resposta profissional, bem como os desencantos que um profissional pode vir a ter em relação a sua profissão, são fatores importantes a serem considerados quando falamos sobre o trabalho executado por um grupo profissional (SORIANO, 2004). Elementos como as perspectivas oferecidas pela carreira escolhida; as peculiaridades do trabalho realizado; como a opção escolhida pode levar o indivíduo a realizar-se profissionalmente; quais responsabilidades estão associadas às escolhas que realizam (VERENGUER et al., 2008) e a influência de elementos relacionados à

dimensão social e moral são fatores importantes que podem influenciar na concepção de responsabilidade que o profissional possui (SORIANO, 2009) .

A compreensão dos elementos norteadores das ações profissionais permite pensarmos em como poderíamos obter uma resposta mais adequada; no sentido de maior responsabilidade e confiabilidade do serviço prestado. Alguns autores apontam a lacuna existente entre publicações na área e os problemas de intervenção, bem como estudos que tratem da responsabilidade no campo de atuação do profissional de Educação Física (MELO, FREIRE, 2009; SORIANO, 2009; VERENGUER, 2005; VERENGUER et al., 2008).

Alguns temas referentes à intervenção e responsabilidade são encontrados na literatura, como por exemplo: Silveira (2002) que discute as responsabilidades e deveres do profissional de Educação Física; Melo e Freire (2009) que discutem os casos de responsabilidade civil presentes na área escolar; Nascimento, Soriano e Fávares (2007), que trazem a perspectiva do erro segundo o ponto de vista dos profissionais e Benatti (2011), que identifica as noções sobre erro presentes na fala dos profissionais e relaciona a temas como conhecimentos, valores e experiência profissional.

A representação que os profissionais fazem sobre a profissão, sobre as funções que devem ser cumpridas são importantes fatores de decisão e direcionamento do trabalho a ser desenvolvido (FONSECA; SORIANO; NAKAMURA, 2007), assim como a maneira que compreendem os deveres e responsabilidades associados à atuação na área.

Ao reconhecermos a importância de mapear as concepções dos profissionais de Educação Física sobre responsabilidade profissional, entendemos que a aproximação com a Teoria das Representações Sociais será importante. Em meados dos anos 80, a Teoria das Representações Sociais passa a ser foco dos estudos referentes à área da Educação Física, por exemplo, no esporte, lazer e dança (SILVA, 2012). A produção de conhecimento sobre representações e a área da Educação Física traz discussões referentes a temas como: a área escolar, esporte, dança, lazer, corpo, saúde e terceira idade (PIRES, 2000; RODRIGUES, 2005; MONTENEGRO, 2007; LOUZADA; VOTRE; DEVIDE, 2007; PEREIRA; MAZZOTTI, 2008; MELLO et al., 2012).

Consideramos que as representações sociais atendem às finalidades do estudo, visto que são compreendidas como uma forma de

conhecimento particular que influencia e direciona as relações sociais, orientando as condutas e comportamentos (MOSCOVICI, 1978; JODELET, 2001). As representações dos indivíduos serão formuladas com base em opiniões, pensamentos, sentimentos, crenças, valores de uma coletividade, sendo que estarão associadas às características de tempo e local que se produzem (MOSCOVICI, 1978).

Nesse sentido, colocamos como problema desse estudo: Quais as representações sociais instituídas no imaginário dos profissionais de Educação Física que atuam como instrutores de musculação sobre responsabilidade profissional na intervenção profissional?

Como diretriz para a realização do estudo, apresentamos o seguinte objetivo: identificar, junto aos profissionais de Educação Física que atuam como instrutores de musculação, se existe uma representação social sobre responsabilidade profissional. E como objetivo específico: identificar que fatores influenciam na construção da representação de responsabilidade profissional dos profissionais de Educação Física que atuam como instrutores de musculação.

1 JUSTIFICATIVA

A tentativa de apreender intelectualmente a realidade do profissional de Educação Física, diante das representações sociais que este possui sobre responsabilidade, se deu por perceber que é no campo de trabalho que poderemos visualizar experiências e conhecimentos que orientam o comportamento e a tomada de decisão do grupo profissional.

Dessa maneira, algumas reflexões devem fazer parte do cotidiano profissional quando o assunto está relacionado ao nosso compromisso com o público a ser atendido, por exemplo: (a) atenção em relação à prestação de serviços no sentido de avaliar as consequências das ações efetuadas; (b) conhecimentos a serem utilizados para a prescrição dos programas de exercícios físicos; (c) conhecimento sobre os procedimentos e estratégias de ação incorporados pelos profissionais no sentido de evitar possíveis danos aos beneficiários; e ainda, (d) conhecimento sobre como aperfeiçoar a resposta que emitimos caso nos deparar com uma situação de erro profissional.

O desafio da realização do estudo proposto surgiu a partir da minha³ trajetória enquanto profissional de Educação Física, quando diferentes questionamentos surgiam enquanto observava a minha atuação e a dos demais profissionais da área. Desde o período de graduação, estive envolvida, por intermédio dos estágios obrigatórios, na intervenção em academias de ginástica. Infelizmente, quando estamos em meio ao processo de formação e aprendizagem de como atuar profissionalmente não percebemos o quanto as atitudes concretizadas por nós podem interferir em nossa carreira profissional e na vida das pessoas que utilizam nossos “serviços”.

Ao ingressar no campo de trabalho como estagiária, cumpria com as mesmas funções de profissionais formados e acabava, de alguma maneira, ocupando um lugar que era destinado a pessoas capacitadas para intervir. Mesmo que isso ocorresse pela maneira como as academias se organizam e que eu não compreendesse exatamente como aquele fator poderia interferir nas prescrições e

³ Será utilizado o verbo na primeira pessoa do singular por se tratar da trajetória profissional da pesquisadora.

orientações dos treinamentos oferecidos, continuava a realizar estágios em locais diferentes, com públicos diferentes na ânsia de obter os conhecimentos e habilidades necessárias para intervir após o período de formação inicial.

Como meu curso de formação era na área de licenciatura generalista, não obtive, durante o período de graduação, disciplinas que abordassem conhecimentos básicos para atuar no ambiente das academias de ginástica. Aos orientadores de estágio, cabia a tarefa de “ensinar” ao estagiário como prescrever um programa de exercícios de musculação. A estratégia utilizada era passar (ao estagiário) os receituários de programas “prontos”, que deveriam ser prescritos com pequenas alterações, na tentativa de adaptá-los a alguma particularidade dos indivíduos.

Passei a ter um olhar mais atento em relação a como eu realizava minha intervenção e como meus pares profissionais também cumpriam com suas obrigações profissionais após ingressar no programa de mestrado. A partir do contato com referenciais teóricos que tratassem da importância dos conhecimentos, das habilidades, da experiência profissional e dos valores para intervir é que passei a refletir na maneira como esses fatores poderiam influenciar nas tomadas de decisão do profissional.

Um elemento que me chamava bastante atenção era o fato de não compreender como os profissionais, tendo passado pela formação inicial (muitos tendo especializações na área de atuação) e tendo anos de experiência podiam abdicar de atitudes que deveriam ser adotadas na atuação profissional. Atitudes que se caracterizavam pela omissão de instruções e correções, muitos que ainda depois de formados aplicavam os mesmos “receituários” aprendidos nos estágios; profissionais que propunham exercícios que ofereciam riscos aos beneficiários, entre tantas outras situações vivenciadas e observadas por mim.

A partir de então, surgiu a inquietação de tentar identificar quais as concepções que os profissionais de Educação Física tinham sobre responsabilidade profissional e o que poderia levar à adoção ou não de determinados comportamentos que exigiam cautela.

A preocupação em descrever os elementos presentes na rotina de trabalho do grupo profissional, bem como o entendimento da realidade dos profissionais de Educação Física, torna-se elemento necessário para que possamos elaborar conhecimentos sobre a intervenção profissional. Dessa maneira, faz-se

importante entender como a atuação profissional se configura e quais fatores influenciam para que ela possa vir a ser mais qualificada. Destacamos também que a saliência desse estudo poderá auxiliar a levantar elementos que servirão para uma releitura do processo de formação profissional.

Percebe-se que os profissionais de Educação Física estão abrangendo novas formas de intervir, sendo que este acontecimento pode relacionar-se às novas demandas e necessidades da sociedade. Esse fato leva à necessidade de que conhecimentos e habilidades sejam incorporados às rotinas de trabalho, o que nos leva a entender que reflexões acerca do campo de intervenção são fundamentais para perceber e compreender as mudanças constantes que se fazem presentes para o grupo profissional.

Dessa maneira torna-se essencial apreender quais as concepções dos profissionais de Educação Física sobre a responsabilidade profissional, como compreendem os equívocos de intervenção, que fatores estão permeando as ideias e condutas adotadas pelo grupo e de que maneira essas representações interferem na intervenção profissional e na adoção de determinados comportamentos pelos indivíduos em questão.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 CARACTERIZAÇÃO DOS GRUPOS PROFISSIONAIS E A EDUCAÇÃO FÍSICA

O crescimento e a diversificação do setor profissional influenciaram para que as características das profissões mudassem, já que com o avanço do capitalismo surge maior necessidade de manter a clientela e a renda financeira em vista do aumento da concorrência em relação aos mercados em desenvolvimento (LARSON, 1977). O desenvolvimento das profissões no século XX e algumas mudanças nos princípios de organização do trabalho auxiliaram para uma mudança de foco do controle o funcionamento do trabalho, que passa do domínio administrativo para o ocupacional, ou seja, o trabalho passa a ser regulado pelas próprias profissões (FREIDSON, 1998).

Dessa maneira, as decisões que antes eram todas efetivadas pela administração (princípio administrativo) começam a perder o controle sobre os grupos profissionais. Os administradores passaram a controlar os recursos relacionados ao trabalho, mas não decidiam mais sobre o que os trabalhadores faziam e como faziam, sendo que os próprios profissionais é que realizavam essa tarefa (FREIDSON, 1998). Essa mudança do princípio administrativo para o princípio ocupacional, em que a administração perde a autoridade para controlar e coordenar uma divisão do trabalho, é sustentada pela autoridade da *expertise*. Aqui o trabalhador obtém o controle do seu próprio trabalho porque consegue convencer a sociedade que ele e somente ele tem competência para fazê-lo.

A partir do período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), os cientistas sociais europeus e norte-americanos iniciam maiores discussões sobre o que viria a ser uma profissão. Além disso, queriam compreender como uma profissão passava a ter prestígio social e de que maneira os grupos profissionais adquiriam poder político para influenciar na vida social (BOSI, 1996).

As discussões dos estudiosos que tinham como meta conceituar o que caracterizaria profissões, profissionalização e grupo profissional dão origem a pontos de vista diferenciados. Apesar da dificuldade em definir termos, a maioria dos autores concorda que, quando falamos de profissão, remetemos à ideia de grupos ocupacionais que possuem alguma habilidade específica, abstrata, que exige um

período de treinamento extensivo, garantindo certa exclusividade naquilo que fazem (ABBOTT, 1988).

Além disso, as profissões podem se caracterizar como: “grupos organizados de pessoas que fazem coisas diferentes em locais de trabalho diferentes para clientes diferentes” (ABBOTT, 1988, p. 117, tradução nossa). Cada problema humano requer a presença de um especialista para resolvê-lo, por exemplo: doença, vandalismo, neurose, projetar um edifício, etc., sendo que a presença ou não de determinada especialidade poderá ser determinada em função de cada sociedade, tempo e problema (ABBOTT, 1988).

Faz-se necessário ressaltarmos que as profissões irão ter uma interdependência com o Estado, sendo que em menor ou maior grau terão relação com o processo de burocratização (LARSON, 1977); este, por sua vez, associado à proliferação e desenvolvimento das práticas profissionais, vem influenciar nas estruturas sociais, tornando as relações sociais mais complicadas (SPERBER, 2003). O processo de profissionalização estará atrelado à variedade de cada regime, a história determina o tempo, as condições e as estruturas das profissões (LARSON apud ABBOTT, 1988, p. 13).

A condição dos indivíduos que alcançam o avanço dentro da profissão e o reconhecimento social vêm a ser obtidos através da exigência de habilidades esotéricas. Estas irão auxiliar na criação e controle de uma base técnica e cognitiva da profissão, o que permite que o grupo obtenha autoridade e respeito nas negociações no cotidiano profissional (LARSON, 1977).

Em relação às características do processo de profissionalização, o projeto referente às profissões modernas remete à reivindicação do controle de mercado, autonomia no trabalho, *status* sobre o treinamento e conhecimentos especializados e, por último, a sanção do Estado para que os profissionais obtenham o monopólio no mercado de trabalho (LARSON, 1977).

Uma questão importante a ser discutida é a relação entre Estado e profissões, relação esta entendida como fundamental, já que garantirá a exclusividade para os grupos profissionais, sendo o Estado o responsável por criar, autorizar, reconhecer e regulamentar as profissões (BOSI, 1996).

Abbott (1988) vem reforçar a relação das profissões com o Estado quando remete às disputas jurisdicionais, em que profissões irão fazer prevalecer seus interesses para obter maior autonomia do mercado de trabalho, obtendo o

direito de exclusividade sobre determinada função, conhecimento e intervenção. O autor também aponta que o avanço tecnológico pode vir a desenvolver maior número de tarefas, que deverão ser absorvidas pelas profissões. Esse fator poderá influenciar diretamente nas disputas jurisdicionais, pois profissões podem surgir no intuito de dominar as novas demandas que aparecem devido ao desenvolvimento tecnológico: “Só um conhecimento suficientemente esotérico que funcione como uma verdadeira ‘caixa preta’ poderá servir de base para uma reivindicação de jurisdição exclusiva sobre uma prática” (BOSI, 1996, p. 39).

Existem três características fundamentais que irão nortear a profissionalização, são eles a *expertise*, o credencialismo e a autonomia. O primeiro deles, a *expertise*, é necessário a todo projeto profissional específico; ela é premissa básica do treinamento (LARSON, 1977), sendo entendida como o conhecimento exclusivo referente a determinada profissão. É um conhecimento esotérico, que não deve ser comum a todos e permite ao especialista exercer o controle sobre seu trabalho porque demonstra, por meio de conhecimentos e habilidades específicas, que somente ele tem competência para fazê-lo (FREIDSON, 1998). A *expertise* permite que profissionais sejam treinados adequadamente e qualificados para exercerem suas funções, mas também lhes consente que cada vez mais reivindiquem recompensas superiores para disputar jurisdições em relação a outras profissões (LARSON, 1977).

É importante lembrarmos que, além de garantir certa exclusividade e autonomia para tomada de decisão, a *expertise* é um conhecimento que deve ser transmitido a todos os membros da profissão, para que, dessa forma, estejam preparados para executar seu trabalho de maneira apropriada (FREIDSON, 2009). A ideia de apropriação de bases cognitivas padronizadas e esotéricas também pode vir a favorecer para que o grupo profissional conquiste a posse exclusiva de competências, principalmente quando o conhecimento possui utilização prática, transformando-se, assim, num serviço a ser oferecido (BOSI, 1996).

Com a evolução dos grupos profissionais, uma das características que se torna fundamental é o controle dos profissionais sobre os conhecimentos e habilidades específicos da profissão em questão (ABBOTT, 1988). O autor afirma ainda que o domínio do conhecimento abstrato é a chave para redefinir problemas e tarefas, bem como defender o grupo profissional de “intrusos” e apreender novos problemas, sendo que a “abstração” permite a sobrevivência no sistema competitivo

das profissões. Traz-se a ideia que o conhecimento obscuro, de difícil compreensão é fundamental para as profissões, sendo considerado um elemento que valoriza o trabalho do especialista para a concorrência. Essa sobrevivência colocada pelo autor remete à ideia de disputas jurisdicionais, bem como conquistas de novas áreas de atuação e definição de um novo trabalho que poderá fazer parte do domínio de determinado grupo profissional.

Em relação à base cognitiva, entende-se que esta, para ser efetiva, deve revelar, ativar ou maximizar as características favoráveis do mercado de trabalho; ainda, a *expertise* é um elemento estrutural do profissionalismo e um recurso que irá afetar escolhas de estratégias, bem como os resultados da profissionalização (LARSON, 1977). A autora destaca também que o conhecimento deve ser específico e formalizado, e não ser claramente codificado ao ponto de não permitir o princípio da exclusão. Onde todos os indivíduos podem requerer ter conhecimentos e habilidades especiais, não existe a perícia, ou seja, a habilidade específica que difere o especialista do indivíduo comum (LARSON, 1977).

A ideia de manter a inacessibilidade da especialidade torna-se um componente necessário para o profissionalismo (LARSON, 1977); esse monopólio de conhecimentos especializados deve vir acompanhado do credencialismo, que Freidson (1998) aponta como uma relação com o Estado, o qual vai oferecer respaldo a determinada profissão, por exemplo, com a aprovação de uma jurisdição e um licenciamento específicos. O autor também pontua que a garantia do direito exclusivo de determinados conhecimentos e habilidades especializadas por um grupo profissional, que tem a capacidade de efetivar suas reivindicações com base na sua *expertise*, é assegurada pelos processos políticos e a relação com a profissão.

A credencial vem também com o intuito de diferenciar um profissional com treinamento formal para exercer um tipo de trabalho de um trabalhador amador, que não possui treinamento, conhecimentos e habilidades para exercer a profissão: “o credencialismo é um atestado discriminatório que, embora não assegure inteiramente o desempenho, simplifica o processo de escolha” (VERENGUER, 2004, p. 129).

A partir do momento que um grupo profissional possui um sistema de credenciamento, esse fator leva a maiores responsabilidades em relação ao cumprimento (por parte do profissional) de seus deveres e também a maneira como

realiza a intervenção. Até porque a profissão instaura os códigos de conduta que acompanham as responsabilidades, deveres, funções, infrações, penalidades e princípios característicos ao grupo profissional.

Para que a profissão se beneficie do credencialismo e ocupe posições mais elevadas em relação à divisão do trabalho, os grupos profissionais deverão estar permeados por um longo período de treinamento (através dos cursos de preparação profissional), instruindo-se pelo meio universitário (FREIDSON, 2009).

É difícil imaginar como numa sociedade grande e complexa, que tem um embasamento tecnológico razoavelmente elaborado, se pode empregar a *expertise* sem depender de alguma forma de credencialismo para atestar a capacidade mínima de realizar um determinado tipo de trabalho (FREIDSON, 1998, p. 203).

A relação entre Estado e educação e Estado e monopólios de competências se faz essencial para que o profissionalismo seja efetivado, sendo que a ligação entre as escolas profissionais e a pós-graduação, associadas à Universidade, permitiu que as profissões desenvolvessem e uniformizassem conhecimentos, tecnologias e a capacidade para efetivar as reivindicações baseadas no argumento de superioridade técnica (LARSON, 1977). Mas também devemos ter o cuidado de não adotar uma postura ingênua e acreditar que somente o período de treinamento associado à *expertise* garantiria a elevação do *status* ocupacional, até porque existem fatores relativos à divisão social do trabalho que irão influenciar para que tal ação aconteça (SORIANO, 2003).

Essas características, conseqüentemente, põem nas mãos de um grupo o poder de recrutar, treinar e avaliar o trabalho de um determinado profissional, a fim de exercer o controle sobre padrões de desempenho. Essa característica é chamada de autonomia: “a profissão é aceita como porta-voz representativo para assuntos relacionados com seu corpo de conhecimento e competência [...]” (FREIDSON, 1998, p. 207). O privilégio exclusivo de a profissão definir o conteúdo de seu conhecimento e as condições de acesso a ele caracteriza a força profissional de um determinado grupo (LARSON, 1977).

A autonomia sobre as condições de trabalho e o conteúdo técnico também são considerados por muitos profissionais uma distinção de qualidade entre

trabalho profissional e ocupações subordinadas ou proletariados (LARSON, 1977). A posse de um conhecimento abstrato é uma das estratégias que as profissões estabelecidas têm lançado mão para obter maior autonomia (BOSI, 1996).

A autonomia liga-se diretamente ao conhecimento, já que está atribuída a uma competência técnica legitimada e associa-se à independência em relação à prática desenvolvida pelos trabalhadores. Pode ainda ser classificada em autonomia técnica e socioeconômica: a primeira remete aquilo que é característico ao conteúdo técnico específico da profissão; e a segunda é referente à capacidade de influenciar sobre a organização social e econômica da profissão (FREIDSON, 2009).

Freidson (2009) pontua que a autonomia estará apoiada por três fatores, entendidos como: a perícia e conhecimento de uma profissão são tão específicos que leigos não seriam capazes de avaliá-los; o trabalho desenvolvido pelos trabalhadores deve merecer confiança sem que precise de supervisão, porque solicita responsabilidade profissional; a própria profissão deve tomar as decisões quando houver um profissional que atue de maneira incompetente ou que tenha um comportamento que difere dos padrões de ética.

Ao considerar a relação das profissões com a burocracia, mais especificamente a interdependência entre profissionais e organizações burocráticas, pode-se cair em uma relação de ambiguidade: a credencial e o diploma adquiridos pelo profissional, teoricamente, deveriam garantir o *status* e a liberdade para tomada de decisões, mas na organização burocrática o indivíduo não teria uma autonomia efetiva para controlar o trabalho referente à sua profissão (LARSON, 1977). A autora também traz a ideia de que algumas características da profissionalização, como a noção de ética no trabalho e o ideal de serviço universal, são fortemente influenciados pelo sistema econômico (capitalista). Soriano (2003, p. 56) também pontua que, “caso o profissional trabalhe para uma organização estritamente formalizada, sua autonomia estará restrita às normas de organização”.

Quando transpomos essas ideias ao campo da Educação Física, nota-se que há poucos profissionais da área que têm coragem e vontade de confrontar o que já está estabelecido; tanto pela organização quanto pela sociedade, poucos são os profissionais que percebem e sentem-se responsáveis por refletir sobre sua intervenção (VERENGUER, 2004).

Dados referentes ao processo de crescimento do setor e investimentos na área da Educação Física nos mostram que muitos estabelecimentos deixaram de ter como proprietários os especialistas da área para cederem seus lugares a profissionais de outras áreas (VERENGUER et al., 2008). Fato também que merece destaque é a pouca autonomia em relação à montagem de programas de treinamento para os beneficiários dos serviços, o que é observado pelo crescimento e aplicação de programas padronizados que distanciam o beneficiário das suas reais necessidades (VERENGUER et al., 2008), bem como diminuem a capacidade e liberdade do profissional de prescrever um treinamento que vá ao encontro das reais necessidades de cada indivíduo.

Dessa maneira, entende-se que um profissional deverá estar permeado por algumas características como: (a) capacidade para controlar seu próprio trabalho; (b) administrar e organizar os conhecimentos e competências necessários aos membros que compõem o grupo profissional; (c) determinar as qualificações e o número de indivíduos que devem ser treinados para a prática; (d) definir os requisitos necessários para concluir o período de formação e admissão na prática. Devem também demarcar critérios técnicos, éticos para avaliar seus pares, atuar como autoridades máximas sobre questões pessoais, sociais, econômicas, culturais e políticas que dizem respeito ao seu corpo de conhecimentos e competências (FREIDSON, 1998).

Esse tipo de estrutura de controle parece beneficiar as profissões, já que o grupo irá proteger o recrutamento e regular o número de profissionais que recebem o título anualmente, poderá assegurar recompensas financeiras, bem como o grau mínimo que se deve obter para ter capacidade de atuar profissionalmente (ABBOTT, 1988).

Freidson, em seu livro intitulado *Profissão Médica*, discorre sobre a medicina e as características do trabalho médico enquanto uma “profissão de consulta” (aquela que vende os serviços a uma clientela). O autor estabelece algumas características importantes que se assemelham ao cotidiano do profissional de Educação Física quando este intervém, também, junto a grupos de populações que necessitam de seus serviços:

Como profissão, ela insiste que sua missão é prover seus clientes de bons serviços. Não é como se o profissional, como um lojista prestativo, possa afirmar o seu valor ao satisfazer o cliente dando-lhe exatamente o que ele quer. Em vez disso, a profissão declara o que o cliente “realmente” quer em função de seu conhecimento especial e, como uma profissão “ética”, tenta fornecer serviços apropriados aos desejos que ela define (FREIDSON, 2009, p. 335).

Os indivíduos que compõem uma profissão estão atrelados a especialidades que remetem a conhecimentos e competências inerentes àquele campo de atuação: são papéis profissionais comuns aos membros da mesma profissão, reconhecidos como líderes/representantes culturais, políticos e intelectuais pelos próprios profissionais e pela consciência popular, sendo que o conhecimento presente se faz fundamental para que possamos efetivar o profissionalismo (FREIDSON, 1998). Para um grupo profissional se fortalecer, necessita do reconhecimento social, sendo este obtido pela especificidade do seu trabalho ou do conhecimento específico que utilizam na intervenção; o profissional é assim aceito socialmente como porta-voz de determinada profissão (SORIANO, 2010).

O profissionalismo está diretamente ligado aos posicionamentos que os membros do grupo adotam em relação ao trabalho que desenvolvem (FREIDSON, 2009); dessa maneira, características como seriedade, competência, responsabilidade são essenciais para que o grupo de profissionais de Educação Física possa ter um aprimoramento em relação à sua prática. Ao considerarmos a importância de o grupo se fortalecer e se aprimorar em relação àquilo que faz e à maneira como faz, torna-se importante que os membros da profissão possam compreender o que torna um profissional responsável, como avaliar um desempenho de qualidade, como identificar um possível equívoco de intervenção.

Essas questões tornam-se importantes ao percebermos que fazem parte da reflexão sobre o cotidiano profissional e que, de alguma maneira, podem vir a interferir diretamente na maneira como o tema responsabilidade e seus desdobramentos é tratado. Outro fator a ser considerado é que possibilitam o fortalecimento do grupo em relação ao profissionalismo e também em relação à capacidade que deveria existir com as questões a serem resolvidas na intervenção.

Diante dessa circunstância, compete-nos refletir sobre como são efetivadas, na intervenção, as questões pertinentes aos conhecimentos necessários

para agir com responsabilidade; que valores irão influenciar para que o grupo profissional venha agir de acordo com o esperado, ou seja, com competência técnica; e a ênfase em priorizar os interesses dos beneficiários dos serviços prestados.

Um grupo profissional, para ter sucesso na sua intervenção, precisa ir além da aplicação de conhecimentos para resolução de problemas práticos; ele precisa estar norteado pelo ideal de servir a sociedade de maneira ética, tendo o cuidado de não orientar o serviço somente de acordo com os interesses particulares do profissional em questão. O comportamento deve orientar-se por princípios morais, ou seja, ser norteado por valores que são comuns a determinado grupo social/sociedade: “[...] gostaria de sugerir que o uso mais útil da definição de ética não deveria estar relacionado com os códigos de ética ou atitudes, mas com a maneira como o indivíduo se comporta no trabalho” (FREIDSON, 2009, p. 387).

A noção de ética refere-se a um conjunto de regras e atitudes que os profissionais deveriam adotar, pautados em valores tanto do indivíduo quanto da sociedade na qual estará inserido. Também podemos entendê-la como a aplicação de normas em situações concretas, sendo que, quando remetemos ao campo profissional, podemos chamá-la especificamente de ética profissional. Esta pode ser elucidada como estando “no centro das questões relativas à estrutura social de nossas sociedades industrializadas” (SPERBER, 2003, p. 596).

A profissionalização traz a necessidade de regras específicas a cada profissão, bem como a necessidade de discutirmos a responsabilidade, o delito e a técnica empregada com má-fé (SPERBER, 2003). A ética profissional remete à postura ética no exercício da profissão, indicando os deveres e responsabilidades (baseados nas normas de conduta profissional) das atividades desenvolvidas para a população (CAZELATO, 2006; SILVA, 2010).

Freidson (2009), trazendo um estudo realizado por Carr-Saunders e Wilson, vem esclarecer a questão da técnica relacionada à noção de responsabilidade e também traz a necessidade de pensarmos nas condutas adotadas e nas consequências para os “clientes”. Os autores acreditam que a essência da profissão deve estar permeada pela técnica específica da área de intervenção, obtida pelo período de treinamento, que será um momento quando o profissional aprenderá determinadas atitudes em conjunto com as atividades que deverá realizar. A mais importante das atividades colocada pelos autores é a

responsabilidade, principalmente quando existe relação direta com “clientes”; defende-se a ideia que o serviço deverá ser orientado para a coletividade e efetuado de maneira que esteja atrelada a padrões de conduta.

A realidade do profissional de Educação Física, que intervém junto a grupos de populações diferenciadas, deve ser pensada e refletida quanto aos possíveis procedimentos e atitudes que podem fazer parte do cotidiano no intuito de evitar a perda de qualidade dos serviços oferecidos. Ao profissional de Educação Física compete as seguintes atividades:

[...] coordenar, planejar, programar, prescrever, supervisionar, dinamizar, dirigir, organizar, orientar, ensinar, conduzir, treinar, administrar, implantar, implementar, ministrar, analisar, avaliar e executar trabalhos, programas, planos e projetos, bem como, prestar serviços de auditoria, consultoria e assessoria, realizar treinamentos especializados, participar de equipes multidisciplinares e interdisciplinares e elaborar informes técnicos, científicos e pedagógicos, todos nas áreas de atividades físicas, desportivas e similares. (SILVA, 2010).

Ao considerarmos a especificidade do trabalho desenvolvido por esses profissionais, compreendemos que, na maior parte das vezes, a orientação e a prescrição dos programas de exercícios a populações diferenciadas estarão presentes no cotidiano do grupo profissional. Ao pensar a relação profissional/beneficiário, notamos que a realidade enfrentada cotidianamente é diversificada, múltipla e contraditória, sendo que muitas vezes o profissional de Educação Física pode deparar-se com pessoas que

[...] acham que não precisam ser corrigidas, não necessitam passar por uma adaptação, por uma progressão, por um processo de conscientização. Já outros querem simplesmente se movimentar – mesmo que de forma “errada” – sem maiores preocupações técnicas. Por sua vez, alguns realmente apresentam uma boa base de conhecimentos, de condicionamento orgânico, de consciência corporal. Certamente os exemplos poderiam se multiplicar, em todos os sentidos (COELHO FILHO, 2000, p. 17).

Quando consideramos que existem especificidades em relação a cada sujeito a ser atendido, levantamos também a questão da importância em selecionar métodos próprios para resolução de problemas. Além das características do conhecimento formal, a tomada de decisão também estará pautada naquilo que o profissional acredita ser a melhor resposta para o caso em questão (FREIDSON,

2009). Muitas vezes as decisões tomadas pelo especialista baseiam-se também na experiência, nos valores pessoais, nas habilidades desenvolvidas ao longo de sua atuação profissional e nas próprias percepções do profissional daquilo que pode oferecer riscos e prejuízos aos beneficiários (NOBRE; BERNARDO; JATENE, 2003).

2.2 A RESPONSABILIDADE PROFISSIONAL E A IMPLICAÇÃO PARA A INTERVENÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

A Educação Física passou e continua passando por mudanças que trouxeram melhorias à intervenção, por exemplo: a regulamentação da profissão; o desenvolvimento de aparatos tecnológicos; avanços em relação ao conhecimento produzido na área; maior procura por serviços; profissionais com mais habilidades; cursos de graduação com maior percepção de suas responsabilidades (VERENGUER, 2004). Mesmo com todas essas modificações, cabe ressaltar que temos um problema que continua a trazer preocupações, configurado na probabilidade de o profissional vir a cometer erros na intervenção profissional. Essa ação pode estar associada à falta ou carência de responsabilidade profissional ou até mesmo ao fato de o especialista não ter noção de como pode responder pelos seus atos quando diante de uma atuação equivocada. (NASCIMENTO; SORIANO; FÁVARO, 2007).

A liberdade de escolha do profissional sempre permeará a noção de responsabilidade. A presença da autonomia profissional relacionada às escolhas que o profissional realiza acarretará na responsabilização pela intervenção efetivada. Dessa maneira, é importante que o profissional tenha consciência do que faz, por que faz e quais as consequências dos comportamentos adotados por ele (ALVES; ÉVORA, 2002; BUB, 2005).

Uma intervenção responsável estará associada ao cumprimento, por parte do profissional, dos deveres específicos de sua profissão, de maneira prudente, diligente e atenciosa (SILVEIRA, 2002). Para que o profissional possa cumprir com uma intervenção qualificada, deverá pautar-se em conhecimentos, habilidades, experiência e valores, sendo estes elementos adquiridos no processo de formação profissional (considerando aqui tanto o período de graduação, os

cursos de especialização e as práticas desenvolvidas enquanto profissional formado) (FREIDSON, 1998).

A responsabilidade, entendida com o propósito de “responder por uma ação”, nos remete à ideia de dever jurídico perante a reparação de um prejuízo; dessa maneira, distingue-se a responsabilidade penal e a civil. A penal é definida como aquela relacionada ao ato de o indivíduo infringir uma norma de direito público, o que acarreta em dano social (SILVEIRA, 2002). Já a civil vem com o intuito de reparação dos danos ocorridos e possibilidade de indenização aos indivíduos que vierem a sofrer algum tipo de violação, mediante a comprovação de culpa (SILVEIRA, 2002; MELO; FREIRE, 2009; SOUZA, 2010), ou seja, o dano é individual, já que o prejuízo é causado a outrem (SILVEIRA, 2002; LIMA, 2003).

A reflexão sobre a responsabilidade que cabe ao profissional de Educação Física nos leva a distinguir dois tipos de atitudes que podem estar presentes no grupo profissional: os atos que antecedem à responsabilidade profissional do especialista (no sentido de atitudes adotadas e reflexões do profissional, a fim de evitar uma ação equivocada) e os atos que procedem à responsabilidade profissional, em que existe a presença do erro profissional, que provém de uma ação irresponsável (imprudente, negligente ou imperita) e carrega a obrigação de responder por dano que vier a causar.

No primeiro grupo (dos atos que antecedem à responsabilidade), podemos classificar alguns elementos que irão influenciar na resposta emitida pelo profissional, por exemplo:

- a) os conhecimentos e habilidades adquiridos no período de formação inicial, que são utilizados para avaliar a melhor estratégia de intervenção segundo cada caso e situação vivenciados (NASCIMENTO; SORIANO; FÁVARO, 2007);
- b) a autonomia para intervir e agir da maneira que acreditam ser a melhor resposta com base no treinamento que receberam (NASCIMENTO; SORIANO; FÁVARO, 2007);
- c) a experiência que possuem com base nas observações e na prática profissional, cujos elementos preponderantes para repetir ou não determinado ato são o sucesso ou fracasso das escolhas realizadas, o erro cometido, a satisfação do beneficiário, o

- alcance dos objetivos pretendidos (NOBRE; BERNARDO; JATENE, 2003);
- d) os valores e crenças que norteiam suas vidas e também a própria história de vida do especialista (FREIDSON, 1998);
 - e) como compreendem seus deveres profissionais e o modo como agem de acordo com essa representação (FONSECA; SORIANO; NAKAMURA; , 2007);
 - f) a diretriz da intervenção, ou seja, o princípio norteador do profissional em relação a sua atuação;
 - g) o entendimento, por parte do especialista, do que seria um profissional competente (FREIDSON, 1998).

Todos esses elementos podem vir a influenciar para que o grupo profissional se antecipe (ou não) em relação aos atos cometidos, bem como são fatores que, quando bem compreendidos e aplicados, podem evitar erros de atuação (NASCIMENTO; SORIANO; FÁVARO, 2007). Para isso, o profissional deve ter a capacidade de refletir sobre a própria intervenção e avaliar as escolhas realizadas, com base no sucesso ou fracasso atingido.

No segundo grupo (dos atos que procedem à responsabilidade), encontramos exemplos como:

- a) os atos que podem ser considerados infrações perante o código de normas e condutas da profissão (caracterizados por atitudes imprudentes, negligentes e imperitas) (SILVEIRA, 2002; LIMA, 2003; MELO; FREIRE, 2009);
- b) as penalidades aplicadas caso o especialista cometa alguma atitude que cause danos aos beneficiários (mediante comprovação de culpa) (SILVEIRA, 2002; LIMA, 2003; MELO; FREIRE, 2009) .

Uma das características que remetem às escolhas do profissional de Educação Física está no interessar-se pela segurança do indivíduo que procura seus serviços, bem como fazê-lo com prudência, no intuito de evitar possíveis inconveniências e danos a eles. É importante pontuarmos que, no caso da intervenção em academias de ginástica, muitas vezes torna-se um problema a grande quantidade de pessoas a serem atendidas por um número insuficiente de profissionais; podem existir períodos em que um mesmo profissional chega a atender 40 beneficiários por hora (BENATTI, 2011). Essa particularidade pode

aumentar as possibilidades de ocorrer uma atuação irresponsável, já que um mesmo profissional deverá responsabilizar-se por uma grande quantidade de indivíduos, dificultando as possíveis instruções a serem realizadas (prescrição, orientação, avaliação dos treinamentos propostos).

Entendemos que o ato de beneficiar a sociedade em relação a anseios ou problemas a serem resolvidos faz parte das responsabilidades do profissional de Educação Física. O profissional da área que intervém como instrutor de musculação (nas academias de ginástica) deve cumprir com as seguintes competências:

[...] prestar serviços que favoreçam o desenvolvimento da educação e da saúde, contribuindo para a capacitação e/ou restabelecimento de níveis adequados de desempenho e condicionamento fisiocorporal dos seus beneficiários, visando à consecução do bem-estar e da qualidade de vida, da consciência, da expressão e estética do movimento, da prevenção de doenças, de acidentes, de problemas posturais, da compensação de distúrbios funcionais, contribuindo ainda, para consecução da autonomia, da auto-estima, da cooperação, da solidariedade, da integração, da cidadania, das relações sociais e a preservação do meio ambiente, observados os preceitos de responsabilidade, segurança, qualidade técnica e ética no atendimento individual e coletivo. (CONFEEF, 2002).

A configuração dos serviços prestados se caracteriza pela orientação e instrução, por parte do profissional, dos melhores meios para cumprir com os objetivos propostos com base nas especificidades do beneficiário dos seus serviços (VERENGUER, 2004). Em intervenções cuja característica seja atuar junto a indivíduos e em que exista a necessidade de selecionar materiais e equipamentos para efetivar o objetivo proposto, algumas considerações devem ser feitas no sentido de preocupações que deveriam nortear a tomada de decisão do profissional (MELO; FREIRE, 2009):

Falta de prevenção na observância de questões atinentes à segurança, como condições do local e dos materiais, ausência de vigilância, ausência de pessoas capacitadas, má orientação, ou até mesmo a omissão sobre o modo de cumprimento das atividades, além do desrespeito às características singulares a cada ser humano e da omissão de socorro, tudo contribui para a ocorrência dos danos ou lesões (MELO; FREIRE, 2009, p.8).

Fatores culturais, políticos e morais tornam-se referência nas iniciativas adotadas por profissionais de Educação Física, sendo estes influenciáveis

da graduação até a inserção no campo de trabalho, direcionado tanto a fala quanto as atitudes dos indivíduos que intervêm profissionalmente (SORIANO, 2003). Para que o profissional possa tomar decisões adequadas, é necessário o aprendizado de saberes que reúnam técnicas, estratégias, procedimentos e objetivo muito claro daquilo que ele irá fazer.

O processo de tomar decisões (em como agir, por que agir de determinada maneira) sempre estará ligado a alguns fatores como: a adoção ou não de determinadas posturas; seleção de habilidades e conhecimentos específicos para solução de problemas práticos (FREIDSON, 1998); responsabilidade para selecionar a melhor resposta profissional de acordo com a situação em questão (PAZ, 2005).

Entre algumas etapas que se fazem importantes para uma intervenção qualificada em academias de ginástica (pelo instrutor de musculação) encontram-se os seguintes procedimentos: identificar a presença de riscos para a realização das atividades; ter conhecimento das fichas que contêm as informações pertinentes do beneficiário (por exemplo, a anamnese⁴); a definição das atividades adequadas aos indivíduos com base na avaliação física; a intensidade, duração e frequência dos exercícios propostos adequadas ao nível de condicionamento físico do beneficiário (SILVA, 2010).

Em relação às estratégias que devem ser adotadas, podemos destacar: a importância dos exercícios propostos nas primeiras semanas de treinamento serem mais simples, visando às adaptações (fisiológicas, motoras) do beneficiário; o aumento de carga gradual, sendo que nas primeiras semanas as cargas deverão ser leves/moderadas; os objetivos e os exercícios devem ser claramente definidos e orientados pelo profissional, controlando volume, intensidade e duração; monitorar ou ensinar o indivíduo o automonitoramento da frequência cardíaca; deve-se alterar periodicamente o treinamento proposto (tipo de exercício, intensidade, cargas, volume, duração), a fim de provocar ganhos efetivos nas condições físicas do beneficiário (SILVA, 2010).

⁴ Anamnese: questionário a ser preenchido pelo beneficiário no ato da matrícula na academia de ginástica, onde realiza um histórico de vida relativo a doenças, limitações, uso de medicamentos, idade, histórico de patologias da família, ingestão de bebidas alcólicas, objetivo do beneficiário, entre outros itens que servirão de ponto inicial para a prescrição do programa de treinamento.

A falta de preparo e entendimento, por parte do especialista, em relação àquilo que lhe dá competência para atuar, pode levá-lo a possíveis equívocos de intervenção (SILVEIRA, 2002). Estes podem ser intencionais ou não e poderão acarretar os erros profissionais, que se caracterizam pelas ações de negligência, imprudência e imperícia (LIMA, 2003; SILVEIRA, 2002).

Ao considerarmos a intervenção do profissional de Educação Física no intuito de planejar, prescrever, executar, orientar e avaliar programas de exercícios físicos a populações específicas, os processos de negligência, imprudência e imperícia (no caso da responsabilidade civil) sempre estarão relacionados aos atos que os profissionais cometem em relação aos usuários de seus serviços.

A negligência pode estar associada ao ato de descuidar, relaxar, tratar com desleixo, deixar de agir de maneira cautelosa mesmo tendo as condições para tal; distingue-se pela omissão de conduta, em que o profissional deveria adotar um posicionamento e não adota (LIMA, 2003). Além disso, o profissional que age com negligência deixa de cumprir com um dever profissional que uma determinada situação exige (SOUZA, 2010):

A negligência acontece pela falta de cuidado ou de preocupação com que se executam certos atos. É caracterizada pela inércia, indolência, falta de ação e passividade. É um ato omissivo, oposto da diligência que seria agir com cautela, cuidado e atenção, evitando quaisquer distorções e falhas. O negligente não observa a norma técnica que deveria observar, e que todos os outros observam (NETTO; ALVES, 2010, p. 75).

Um segundo elemento interligado ao erro profissional é a imprudência, que está relacionada com a tomada de decisão sem ter a devida cautela; o indivíduo não prevê as consequências do ato cometido, mesmo tendo clareza dos riscos envolvidos na situação (NETTO; ALVES, 2010; SOUZA, 2010). Ao contrário da negligência, na imprudência existe uma ação, e não omissão; o profissional em questão toma a decisão, mas coloca em risco o beneficiário dos seus serviços, já que vai além dos limites da prudência (LIMA, 2003).

Com relação à imperícia, podemos dizer que esta se relaciona à carência de habilidades e conhecimentos específicos para a realização de determinada tarefa, revela falta ou insuficiência de conhecimentos técnicos da

profissão, falta por parte do profissional em observar normas e caracteriza-se pelo despreparo para desempenhar a atividade (SILVEIRA, 2002; LIMA, 2003; SOUZA, 2010):

A imperícia revela-se na deficiência de conhecimentos técnicos da profissão e despreparo prático, que exponham a risco terceiros, no caso, pacientes. Aqui verifica-se uma conduta realizada em desacordo com a melhor técnica, porque o profissional simplesmente não a domina a contento (LIMA, 2003, p. 4).

Nesse caso, destaca-se a importância do indivíduo que irá efetivar sua intervenção, acompanhar os avanços científicos, para assim poder adequar a técnica à tomada de decisão (NETTO; ALVES, 2010). Verenguer (2004) coaduna com a ideia de aprimoramento profissional, sendo que a autora destaca que é fundamental a exigência por profissionais que tenham compromisso com seu trabalho, sua carreira e a preocupação com a qualidade dos serviços que oferece.

O conhecimento formalizado relaciona-se diretamente a questões de erro caracterizadas pela imperícia, já que muitas omissões e condutas inadequadas dependem do conhecimento específico que o indivíduo deveria ter adquirido ao longo de sua formação e também de sua atividade profissional (LIMA, 2003). Em um estudo realizado por Fonseca, Soriano e Nakamura (2007), os dados encontrados revelam que os conhecimentos de caráter aplicados, que são transmitidos no período de graduação, têm pouca relação com a realidade encontrada pelo profissional de Educação Física. Esse conhecimento deve ser específico da profissão, é o que confere *status* e exclusividade do profissional em relação ao campo de trabalho:

O conhecimento e as habilidades próprios de uma profissão têm um caráter exclusivo e esotérico que apenas aqueles que passaram por um processo de treinamento sistematizado podem adquiri-los. Aos detentores destes saberes (conhecimentos e habilidades) está assegurado o monopólio da intervenção mas, em contrapartida, exige-se deles dedicação integral à carreira e compromisso e responsabilidade com os serviços prestados. Tais saberes, inclusive, definem o grau de liberdade e independência nas escolhas e tomadas de decisão. (VERENGUER, 2003, p. 45).

O modo como o profissional irá planejar o cumprimento do programa de exercícios físicos, bem como as estratégias utilizadas por ele para que o beneficiário atinja seus objetivos, dependerá, também, da capacidade do profissional

em avaliar o quanto estes estão adequados às necessidades do beneficiário e realizá-los de maneira responsável.

É importante pontuarmos que, para tomada de decisão, o profissional deverá ir além de características relacionadas às condições de saúde desse beneficiário, por exemplo, se são diabéticos, hipertensos, fibromiálgicos. Fatores de ordem psicológica e social também devem ser considerados, assim como o tipo de trabalho desenvolvido, funções exercidas socialmente (se são pais, mães) (NOBRE; BERNARDO; JATENE, 2003), objetivos, expectativas, condição socioeconômica, tipos de atividades desenvolvidas diariamente, entre outros fatores influenciadores para uma adequação do programa proposto às individualidades do beneficiário.

Essa capacidade em selecionar os conhecimentos necessários, as estratégias mais adequadas à situação, bem como conseguir avaliar os riscos envolvidos nas tomadas de decisões devem ser adquiridos no processo de formação inicial. Já que o indivíduo terá como responsabilidade a prestação de serviços à sociedade, seu curso de graduação deverá oferecer-lhe um saber que permita a tomada de decisões de maneira apropriada (FREIRE; REIS; VERENGUER, 2002).

É importante ressaltar que o processo de formação não se limita ao período da graduação e/ou pós-graduação; a rotina diária e as situações que vivenciam no cotidiano são, também, fortes influenciadores para o contínuo processo de formação, assim como a relação entre os interesses e as necessidades dos profissionais. Parte do conhecimento profissional é transformada a cada dia, quando novos saberes são adicionados àqueles que já foram dominados anteriormente (FONSECA; SORIANO; NAKAMURA, 2007).

Ao reconhecermos que o profissional fará uso desses diferentes conhecimentos, que têm origem tanto do meio científico quanto do meio empírico, passamos a compreender que, muitas vezes, o indivíduo pode vir a realizar adaptações, aproximações, reestruturar os saberes para que possam ser aplicados e efetivados na sua atuação (VERENGUER, 2004).

Se o conhecimento especializado é compreendido como peça fundamental para uma intervenção qualificada e este é adquirido por meio do curso de preparação profissional, entendemos que a Universidade tem grande influência nesse processo, já que é responsável pela formação, treinamento e certificação do especialista (LARSON, 1977). Os recursos cognitivos oferecidos ao futuro

profissional, pelos cursos de preparação profissional, auxiliam para a crença do público de que, fazendo uso dos serviços oferecidos pelo profissional certificado, estarão expostos a menos riscos e danos causados por uma má atuação profissional:

A formação acadêmico-profissional, portanto, configura-se como espaço inicial, para o exercício das primeiras avaliações das consequências da intervenção profissional, pois é nesse espaço que se possibilita o contato com o conhecimento sistematizado de mecanismos que compõem a intervenção profissional (NASCIMENTO; SORIANO; FÁVARO, 2007, p. 394).

Em um estudo realizado por Freire (2007), a autora nos apresenta importantes dados relacionados ao fator intervenção e responsabilidade e relata que 38% dos alunos concluintes do curso de formação em Educação Física acreditam que um dos grandes problemas da área está na qualidade dos profissionais que ingressam no campo de trabalho. Ainda no mesmo estudo, encontramos que 34% dos “concluintes do curso” creem que seus pares adotam atitudes impróprias e 44% questionam a capacidade desses profissionais para atuar profissionalmente.

Sabendo e reconhecendo que essas posturas são inadequadas (dos pares), seria fundamental que os próprios profissionais sentissem que, de uma forma ou de outra, são responsáveis por melhorar a qualidade dos serviços oferecidos pelo grupo, não se omitindo em relação à ocorrência dos erros dos colegas de profissão. O próprio Código de Ética dos Profissionais de Educação Física (CONFEEF, 2013) traz, em seu Capítulo III (art. 8, inciso V), a postura que deveria ser adotada pelo especialista da área quando presenciarem atuação equivocada dos pares profissionais e sem a devida competência para tal. É posto que o especialista da área não deverá pactuar com erros ou atos infringentes das normas éticas ou legais que regem a profissão, podendo ser penalizado por isso.

O fato de não existir uma fiscalização adequada nem punição para as situações que envolvam os equívocos profissionais vivenciadas na intervenção (NASCIMENTO; SORIANO; FÁVARO, 2007) pode ser um fator influenciador para que o grupo profissional realize ou não atos danosos aos usuários de seus serviços. Isso pode contribuir para que os profissionais tenham uma preocupação cada vez menor com as consequências de suas intervenções; dessa forma, podem vir a

prejudicar os beneficiários de seus serviços e também a imagem que a sociedade possui da profissão e dos profissionais.

Além do problema da falta de punição, a fiscalização falha parece levar a outro problema, que se configura na “contratação” de indivíduos que não terminaram o curso de graduação, para atuarem no lugar que deveria ser dos profissionais devidamente preparados para tal (ANTUNES, 2003; VERENGUER, 2004; FREIRE, 2007). Essa situação pode aumentar as chances de o erro profissional vir a ocorrer devido à falta de perícia para intervir; pode também aumentar a visão negativa que a sociedade possui da área e contribuir para condições em que os profissionais recebem baixa remuneração e não possuem vínculo empregatício (ANTUNES, 2003; VERENGUER, 2004).

Um dado já apontado por diferentes autores refere-se aos órgãos de credenciamento da área, que deveriam garantir que as regras básicas de responsabilidade fossem cumpridas (NASCIMENTO; SORIANO; FÁVARO, 2007; VERENGUER et al., 2008). Apesar de o Código de Ética (CONFEF, 2013) trazer as penalidades⁵ aplicadas ao profissional que cometa infrações na sua atuação, parece que prevalece a fiscalização inadequada, fato que prejudica ainda mais a visão que a sociedade tem da profissão e o grupo profissional (FREIRE, 2007; NASCIMENTO; SORIANO; FÁVARO, 2007).

Um dos objetivos do órgão de credenciamento é facilitar a escolha da sociedade em relação ao profissional que irá orientá-la, excluindo aqueles que não têm capacidade para intervir junto à sociedade. Essas características do credencialismo garantem ao profissional certa proteção (exclusividade no mercado de trabalho), tendo como objetivo a garantia de dedicação à carreira e o compromisso com a atividade desenvolvida (VERENGUER, 2003). A partir do momento em que o órgão de credenciamento realiza uma fiscalização falha, contribui também para que ocorram situações em que prevaleça a irresponsabilidade profissional.

⁵ São postas, pelo Código de Ética dos Profissionais de Educação Física (CONFEF, 2013) (no Capítulo V, art. 12), as seguintes penalidades: advertência escrita, com ou sem aplicação de multa; censura pública; suspensão do exercício da Profissão; cancelamento do registro profissional e divulgação do fato.

O grupo profissional, tendo conquistado o direito a essa exclusividade, deve ter em mente que suas responsabilidades diante do cumprimento de seus deveres tornam-se ainda maiores. A omissão de atos que deveriam ser efetivados, a falta de cuidado ao intervir e a carência de habilidades e conhecimentos sobre o que faz são ações inadmissíveis a um grupo profissional que reivindica reconhecimento social, confiança do público atendido e garantias de exclusividade no que compete a sua área de atuação.

Um estudo realizado por Paz (2005) mostra que uma das maiores causas de insatisfação dos beneficiários que fazem uso dos serviços oferecidos por academias de ginástica refere-se ao atendimento oferecido pelos profissionais de Educação Física. Itens como conhecimento, atenção dispensada ao beneficiário e motivação dos especialistas foram os componentes mais relevantes em relação à insatisfação e reclamações dos entrevistados.

Nessas situações, os beneficiários que procuram pelos serviços do especialista da área acabam sendo desrespeitados e tendo seus direitos (de contar com um atendimento qualificado, competente e responsável) violados (ALVES; ÉVORA, 2002). O saber e o fazer do profissional de Educação Física requerem algumas habilidades, como:

[...] dominar técnicas, procedimentos e habilidades que formam um saber fazer. No primeiro contato com seu cliente/aluno ele deverá ser capaz de realizar um diagnóstico das condições motoras, psicológicas, sociais, econômicas, orgânicas, etc. Em seguida, irá identificar objetivos e projetar uma forma de concretizá-los, selecionando e implementando as atividades a serem realizadas (FREIRE; REIS; VERENGUER, 2002, p. 43).

A realização dessas atividades de maneira eficiente é característica de profissionais que adéquam seus saberes àquilo que a situação pede; assim, o indivíduo tem capacidade para resolver, com base nos conhecimentos e habilidades específicos da área, as inúmeras questões e imprevistos que venham a ocorrer (MEGHNAGI, 1998). Fato é que, mesmo possuindo todo o arsenal de elementos que indicam a competência profissional, o especialista está sujeito a cometer equívocos na sua intervenção (LIMA, 2003), seja pelo fato de estar diante de uma situação nunca vivenciada e isso lhe causar dúvidas e inseguranças em como agir, seja pelo

descaso e desleixo diante dos deveres que deveriam ser cumpridos por ele enquanto profissional.

É importante destacar que alguns fatores podem interferir na construção do conhecimento sobre responsabilidade pelo profissional de Educação Física: a combinação das situações vivenciadas no cotidiano, as condutas, os conceitos, as experiências vividas (VERENGUER, 2004; SORIANO, 2010), a maneira como o grupo profissional constrói sua resposta com base em comportamentos que são reforçados pelo sucesso e/ou fracasso são elementos que nos auxiliam na compreensão e entendimento do grupo em relação à responsabilidade.

Todos esses fatores estão diretamente relacionados à posição que os profissionais de Educação Física ocupam e também ao fato de atribuírem, ao grupo, muito ou pouco valor social. Quanto mais competente e responsável for esse profissional, maior reconhecimento social em relação ao serviço prestado ele terá, o que pode acarretar em maior capacidade da profissão ser reconhecida como prestadora de um determinado tipo de serviço (FREIDSON, 1998). A autonomia, que é uma das características de um grupo profissional, está relacionada ao quanto de independência o indivíduo tem para intervir, o quanto de autoridade ele possui para determinar o que faz e como faz (VERENGUER, 2004).

Ao considerar que os conhecimentos, as habilidades, a relação com chefias e beneficiários podem vir a influir na autonomia profissional, cabe refletirmos sobre a maneira como algumas situações se desenham na intervenção, tais como: (a) a configuração da relação profissional e administrador/empresário – sendo importante pensar se realmente há liberdade do especialista em relação às decisões que devem ser adotadas para evitar uma atuação que venha causar danos aos beneficiários; (b) a relação profissional e beneficiários dos serviços prestados – em que cabe a reflexão na maneira como o profissional decide o que é melhor para concretizar os objetivos propostos, de maneira que diminua também os possíveis equívocos de intervenção.

Em um estudo realizado com profissionais de Educação Física, encontrou-se que estes negociam cotidianamente com os beneficiários dos seus serviços. Os fatores que desencadeiam essa situação envolvem desde a organização de tarefas a serem efetivadas até a escolha dos materiais utilizados,

principalmente quando existe certa resistência por parte dos beneficiários em relação ao que é proposto (SORIANO, 2010).

Nesse sentido, nas situações onde há o contato profissional-beneficiário, deve existir prudência, já que muitos elementos que se encontram subentendidos devem ser considerados em relação às estratégias que serão adotadas pelos profissionais (SORIANO, 2004). Alguns desses elementos podem ser descritos da seguinte forma: os diferentes objetivos de cada beneficiário; o papel que o profissional assume para cada um; as inseguranças dos indivíduos que procurarão o especialista, por exemplo, o medo de se expor e o tempo de inatividade (COELHO FILHO, 2000).

Existem indícios de que os programas oferecidos em academias de ginástica, muitas vezes, não possuem relação com as necessidades dos frequentadores do estabelecimento (PAZ, 2005). Podemos considerar que a maneira como o profissional de Educação Física irá atender as exigências de seus beneficiários e conciliar a organização e prescrição de programas de exercícios físicos deve ser permeada pela ideia de uma tomada de decisão com qualidade, evitando ao máximo os possíveis equívocos nas escolhas que realiza (SILVEIRA, 2002).

Com relação ao posicionamento e às escolhas realizadas pelo indivíduo, existem três níveis de juízos que irão interferir na relação profissional-beneficiário e nas possíveis decisões a serem tomadas. São eles: o juízo prudencial, que provém de uma sabedoria referente à prática; o juízo deontológico, que se relaciona a normas dos códigos de ética; e, por último, o juízo do tipo reflexivo, que se efetiva baseado em tradições éticas (RICOEUR, 1996).

Seria importante que o profissional conhecesse normas de conduta que devem ser seguidas segundo o Conselho de Educação Física e refletisse também sobre elas. O próprio Código de Ética dos Profissionais de Educação Física (CONFEF, 2013) traz as responsabilidades e deveres que deveriam ser efetivados pelo grupo profissional, a fim de evitar atuações cerceadas pela falta de comprometimento com os beneficiários, pares profissionais e com a profissão. Exemplos desses deveres podem ser visualizados no Capítulo III (art. 6, art. 7, art. 8, art. 9):

- a) assegurar (ao beneficiário) que o serviço prestado será seguro, atualizado, utilizando os conhecimentos, habilidades e

- experiências para intervir, sendo que o profissional deverá garantir também que tem capacidade de realizar o serviço assumido por ele;
- b) elaborar o programa de exercícios físicos considerando as condições de saúde do beneficiário;
 - c) realizar a prescrição segura dos exercícios físicos a serem realizados, preferencialmente por escrito;
 - d) manter-se atualizado em relação aos conhecimentos técnicos, científicos e culturais relativos à profissão, com a intenção de prestar sempre um serviço com qualidade;
 - e) somente aceitar encargos quando julgar que realmente possui a competência técnica e legal, a fim de oferecer uma intervenção segura ao beneficiário;
 - f) responder por falta cometida no exercício das suas atividades profissionais, independente de ter sido efetivada individualmente ou em equipe;
 - g) usar adequadamente materiais e equipamentos específicos da área;
 - h) cumprir e fazer cumprir os preceitos éticos e legais da profissão;
 - i) não aproveitar-se dos beneficiários para obter vantagens física, emocional, financeira ou qualquer outra;
 - j) não depreciar o trabalho desenvolvido por pares profissionais.

Esses e muitos outros tópicos (presentes no código de conduta profissional) referem-se a algumas obrigações profissionais que são apresentadas como fundamentais ao grupo profissional. Infelizmente nem sempre vemos profissionais intervindo com excelência e preocupados com as responsabilidades associadas às suas escolhas. Mesmo com a presença de normas expressas pelo código de conduta dos profissionais, a tomada de decisão não envolve somente o seguir ou não as regras estabelecidas. A ação do especialista também será norteada por atitudes que vão ao encontro das necessidades vivenciadas diariamente (ALVES; ÉVORA, 2002).

Diante do que o Código de Ética traz, podemos agrupar os deveres do Profissional de Educação Física em três ordens: o dever de instrução e

aconselhamento (pelo qual o profissional deverá prevenir e aconselhar o beneficiário, esclarecendo sobre elementos necessários para que o usuário possa decidir pela contratação ou não dos serviços oferecidos); o dever de assistência constante (refere-se ao dever de prestar o serviço com interesse e cuidado, mantendo-se informado sobre as condições do beneficiário); e o dever de prudência (que consiste em intervir baseado pela boa-fé, não podendo o profissional realizar atividades que ofereçam grandes riscos sem a autorização do beneficiário ou familiar). Esse último vem acompanhado também do dever de atualizar-se constantemente, acompanhando as técnicas e metodologias específicas da Educação Física e que influenciam diretamente na sua intervenção (SILVEIRA, 2002).

Os deveres e responsabilidades dos profissionais de Educação Física que intervém como instrutores de musculação estão associados tanto às funções atribuídas pelo CONFEF (2013) quanto a obrigações específicas de seu campo de intervenção. Sabe-se que as academias de ginástica têm passado por um aumento de quantidade e qualidade nos últimos anos (ANTUNES, 2003; FURTADO, 2007; COELHO FILHO, 2010). Esse fator requer que o profissional que intervém com os programas de musculação domine uma diversidade de conhecimentos e habilidades cada vez mais especializados (CARMO JR.; GOBBI; TEIXEIRA, 2013). Podemos considerar algumas responsabilidades associadas à intervenção específica dos profissionais que atuam como instrutores de musculação (SILVA, 2010; FURTADO, 2007) como, por exemplo:

- a) conhecer e dominar as novas tecnologias presentes nos equipamentos de ginástica/musculação;
- b) promover o uso adequado dos materiais e equipamentos específicos de ginástica/musculação;
- c) adequação do programa de musculação às necessidades e características do beneficiário;
- d) o domínio (no sentido de realizar e interpretar) das avaliações físicas, para que assim efetivem a prescrição do programa de musculação adequado às reais necessidades do beneficiário;

- e) observação, identificação e avaliação de fatores de risco associados ao programa de musculação (com base na anamnese do beneficiário);
- f) adequação de carga, volume e intensidade dos exercícios propostos no programa de musculação;
- g) observar as condições de segurança dos equipamentos de musculação;
- h) aferir e acompanhar a frequência cardíaca do indivíduo ou orientá-lo para que possa realizar essa etapa sozinho, principalmente na sessão de exercícios aeróbios, objetivando manter a zona-alvo de treinamento e a intensidade do exercício;
- i) descrever os exercícios de musculação a serem realizados numa ficha (por escrito);
- j) orientar (explicar, corrigir) e acompanhar a execução do programa de musculação.

O cotidiano das academias de ginástica pode trazer diferentes elementos influenciadores da maneira como o profissional pensa sua prática e responde profissionalmente às situações de intervenção (FONSECA; SORIANO; NAKAMURA, 2007). Supõe-se que o local/ambiente de trabalho com todas suas particularidades pode vir a influir na resposta emitida pelo profissional de Educação Física, de acordo com cada situação vivenciada. Exemplos de fatores a serem considerados são: características do público atendido; localização do estabelecimento; se é uma academia de pequeno/médio ou grande porte; tipo de administração desenvolvida no local; a relação que possui com membros administrativos/gerentes/proprietários e pares profissionais; o grau de informação que os beneficiários possuem em relação à atividade física; o caráter da relação estabelecida entre profissional-beneficiário.

Existem elementos fundamentais para impulsionar um bom posicionamento na relação profissional/beneficiário, por exemplo: propósitos e valores, necessidades pessoais, exigências de trabalho, tradições, incentivos financeiros, necessidades comunitárias, entre outros (GARDNER, 2009). Esses e tantos outros fatores podem interferir e modificar a maneira de pensar do profissional, bem como o modo de agir no cotidiano. Parece existir uma tendência de

incutir, no profissional de Educação Física, a sua adaptação à demanda imposta pelo mercado, ideia essa produzida e propagada também pela mídia (COELHO FILHO, 2000).

A compreensão do grupo profissional sobre a responsabilidade profissional, bem como as atitudes que possuem diante de situações que envolvem o tema, podem nos auxiliar a descobrir o nível de conhecimento que possuem sobre o tema (NASCIMENTO, SORIANO, FÁVARO, 2007), assim como elementos que não se apresentam de maneira clara, mas que estão subentendidos na tomada de decisão do profissional de Educação Física.

A relação entre as representações sociais associadas à noção de responsabilidade desses profissionais poderá nos auxiliar no sentido de elucidar os apontamentos realizados, já que, como Pires e Calciolari Jr. (2006, p.34) trazem,

[...] as Representações Sociais produzem e determinam comportamentos, sendo a utilização desse conhecimento determinada pelas regras sócio-culturais de maneira intencional, tendo a função construtiva da realidade na qual o indivíduo está presente, dotado de conhecimentos e experiências a partir das quais as pessoas se movimentam e relacionam socialmente.

Quando um indivíduo vivencia uma nova experiência ou tem o contato com conhecimentos que ainda não tinham sido pensados e/ou concretizados, ocorre todo um processo de familiarização. A sociedade passa a ter novas maneiras de pensar e agir, sendo que o ato de compartilhar e aplicar novas visões e posicionamentos permite a configuração das representações sociais (MOSCOVICI, 1978). Com relação à intervenção dos profissionais de Educação Física e as possíveis representações que orientam e justificam suas escolhas, encontramos que

As vivências e experiências profissionais que eles tiveram anteriormente, e que vieram ao encontro de seu desenvolvimento profissional, foram tão importantes quanto o conhecimento que acumularam, pois elas impingiram em seus “modos de ser” a importantíssima questão sobre “como posso melhorar aquilo que ofereço” (SORIANO, 2004, p. 325).

A valorização de determinadas atitudes e comportamentos pelos profissionais de Educação Física, bem como seu compartilhamento com a categoria

profissional, ao propagar ideias, orientar condutas e contribuir para a construção da realidade, podem estar relacionados à maneira como pensam a responsabilidade e a maneira como esta se configura no cotidiano profissional.

A preparação do indivíduo para intervir profissionalmente e a ação de estar permeado por diferentes fatores influenciadores de seus posicionamentos, nos leva a ressaltar que: o profissional deveria utilizar todo seu arsenal de habilidades e conhecimentos profissionais (SILVEIRA 2002; SORIANO, 2004) para assim beneficiar aqueles que o procuram; se não o faz, poderá cometer uma falha, caracterizada pela omissão e despreparo técnico, o que pode levar ao erro profissional (SILVEIRA 2002; LIMA 2003; NASCIMENTO; SORIANO; FÁVARO, 2007):

Seria desejável que o cotidiano da intervenção profissional pudesse ser desafiador e enriquecedor para aqueles que se dedicam a prestar serviços na área e, ao fazerem, estabelecessem com a sociedade relações e condutas inspirados em valores universais, através da capacidade de discernimento e julgamento adquiridos ao longo da vida acadêmica e profissional, tornando-se, assim, os porta-vozes da área (VERENGUER, 2003, p. 54).

O profissional deve ter um desempenho com qualidade e utilizar para tal os conhecimentos da sua formação e também aqueles informais, adquiridos com base nas suas experiências e que lhe conferem, na maioria das vezes, a capacidade de inovar; enfrentar os imprevistos, analisar problemas, tomar a devida decisão e propor soluções (MEGHNAGI, 1998). A intervenção profissional possui uma intensa característica de complexidade, sendo que além da preocupação com o conhecimento acadêmico e refinamento tecnológico, temos também que dispender atenção à articulação de saberes e recursos, bem como nos ater às maneiras individuais de os profissionais organizarem e elaborarem suas respostas no campo de trabalho (SORIANO, 2003).

Também deve existir a preocupação em construir conhecimentos que sejam favoráveis para sua tomada de decisão, ou seja, pessoas que tenham conhecimento do que fazer ou dizer (em relação a sua área de atuação), além da formação de legítimos cidadãos que façam uso apropriado do profissionalismo (MARTÍNEZ, 2002 apud SILVERA, 2003, p. 56). A necessidade da presença de profissionais que entendam a seriedade da relação que irão estabelecer com os

beneficiários, que valorizem as especificidades envolvidas em cada caso a ser atendido se faz importante para que o compromisso com o outro seja efetivado.

Ricoeur (1996, p. 6), ao discorrer sobre a relação médico/paciente e os possíveis problemas que podemos identificar nessa situação, coloca que é de extrema importância compreender que existe um “pacto de confidencialidade” entre ambos (profissional e beneficiário). Este, por sua vez, é baseado na confiança: de um lado, o indivíduo que se compromete a cumprir todo o tratamento proposto; do outro lado, o profissional que se compromete a diagnosticar e prescrever o tratamento mais eficaz para cada situação encontrada, tendo essa aliança um caráter moral.

Com os profissionais de Educação Física, a situação é semelhante, já que este propõe uma rotina de exercícios, um programa de treinamento que deverá ser seguido pelo beneficiário, mas, nessa situação, existem elementos que podem vir a dificultar a relação de ambos, desde a postura adotada pelo profissional até dificuldades em relação ao cumprimento do programa por parte dos beneficiários.

Ao pensarmos no atual quadro da Educação Física e a relação com as mudanças sociais, percebe-se que há necessidade de o grupo adotar uma nova postura frente à profissionalização pela qual a área tem passado. Alguns fatores vêm influenciar para tais transformações, como “maior demanda pelos serviços, clientes mais bem informados e exigentes, maior número de profissionais intervindo, regulamentação da profissão” (VERENGUER, 2005, p. 51).

Além de a tomada de decisão envolver conhecimentos, experiência, habilidades, negociações com os beneficiários e a administração (SORIANO, 2009), envolve também fatores que podem vir a influenciar uma atitude que leve ao erro profissional, por exemplo, sobrecarga de trabalho, sono, estresse, barulho, baixos salários, entre outros que caracterizam a intervenção em Educação Física. Benatti (2011) traz uma descrição sobre profissionais de Educação Física que atuam em academias de ginástica e a relação de horas trabalhadas semanalmente, concluindo que a média de tempo dispendido no trabalho é de 45 a 70 horas/semanais e que a maior parte dos entrevistados acumula entre 2 a 4 funções no local de trabalho.

O profissional, frente às dificuldades encontradas devido a determinantes políticos, sociais e econômicos de sua profissão, muitas vezes pode assumir as jornadas de trabalho duplas, até triplas. Essa pode ser uma maneira de

obter uma renda que lhe permita satisfazer suas necessidades de sobrevivência ou até mesmo para ter uma condição de vida melhor. Mas é importante lembrarmos que o trabalho excessivo pode levar o profissional a não estabelecer vínculos maiores com os beneficiários e com as empresas para as quais trabalham. Esse fator pode também desencadear uma intervenção desmotivada e descompromissada com os deveres profissionais e com os direitos dos indivíduos que fazem uso dos serviços oferecidos pelo especialista (ALVES; ÉVORA, 2002).

Um estudo realizado com médicos e professores mostra que o acúmulo de funções, de atividades e o pouco tempo para resolver assuntos referentes aos problemas no campo do trabalho, levam ao esgotamento dos profissionais, levando à diminuição da capacidade dos profissionais em cumprir com suas responsabilidades (GARDNER, 2009).

Ao falar do estudo das representações sociais e a relação com o objeto a ser estudado, entendemos que estará implícito nesse processo compreender aquilo que é modificado pelo indivíduo, ou seja, como transformam o objeto representado de acordo com valores, crenças, normas, regras. Vamos adotar o posicionamento de que em cada grupo analisado as representações se efetivarão de maneira diferente, e não cabe realizar julgamentos, no sentido de certo e errado, visto que as origens que irão configurar as representações são diversas, bem como as respostas encontradas no grupo estudado (MOSCOVICI, 1978):

Acreditamos ser normal que as diferenças de julgamentos e atitudes sejam encontradas facilmente, pois, consideramos o campo da produção e inserção de um determinado conteúdo, como sendo atitudes organizadoras das Representações Sociais e atribuição de valores que o indivíduo nelas despeja (PIRES; CALCIOLARI JR., 2006, p. 36).

Ao nos referirmos às escolhas e atitudes adotadas pelos profissionais, encontramos alguns indícios mostrando que os especialistas da área acabam se baseando mais no bom senso, nas experiências adquiridas, na reprodução de comportamentos entendidos como “de sucesso” e também em cursos de “finais de semana” para intervir profissionalmente (BENATTI, 2011). Verenguer (2004, p. 128) traz a seguinte observação:

O treinamento a que jovens profissionais se submetem ao realizarem cursos de final de semana para poderem estar “em dia com as novas tendências da ginástica” é uma estratégia comercial bem sucedida para aqueles que padronizaram os programas, transformando-os, inclusive, em marcas. Não obstante, do ponto de vista da intervenção, o profissional não interfere e não tem liberdade para o planejamento e aplicação dos programas [...].

Importante se faz compreender de que maneira esse tipo de posicionamento, adotado por profissionais de Educação Física, pode vir a acarretar em uma intervenção despropositada, pouco prudente e conformada com os resultados negativos que poderá trazer.

Diferentes fatores podem vir a modificar a resposta profissional emitida no ambiente de trabalho, como: o contexto no qual acontece a inserção, a experiência de vida e de trabalho, formação inicial e continuada; as características do público; as relações com o empregador/administrador; questões culturais e de valores também. As relações estabelecidas entre os “donos dos meios de produção” e os “donos da força de trabalho” são agentes influenciadores no mercado de trabalho em Educação Física. Sendo elementos comuns a essa interdependência: salários, condições de trabalho, leis e benefícios, satisfação no trabalho, carreira profissional, identidade profissional e reconhecimento social (VERENGUER, 2005).

Soriano (2009) nos alerta para o cuidado de não atribuir toda responsabilidade dos problemas encontrados na intervenção aos cursos de formação inicial. Pontua-se que “existem variantes, tais como instituições e contextos sociais, nos quais os profissionais desempenham seus papéis e que são poucas vezes observados, também, como agentes desencadeadores de pressão e coerção” (SORIANO, 2009, p. 159).

[...] é importante acrescentar que os grupos profissionais desempenham um complexo de atividades, balizado por normas (por exemplo, poder público, órgãos de credenciamento ou estabelecimentos de trabalho), quanto por estratégias informais, tacitamente colocadas (por exemplo, negociações com usuários, coação de grupos profissionais contíguos, ponderações com chefias) que são fonte de diversas pressões, às quais os profissionais são submetidos individual e/ou coletivamente. (SORIANO; SILVA; CALCIOLARI JR., 2012, p. 429).

Os valores que permeiam as atitudes de um indivíduo podem estar associados à ideia de concepções, atributos, anseios que eles entendem como

sendo fundamentais para terem uma intervenção competente, onde se configura a capacidade para resolver determinado problema. Um estudo envolvendo profissionais de Educação Física mostra que, para os indivíduos entrevistados, ser competente remete à ideia de responsabilidade, comprometimento, profissionalismo, dedicação e ética no trabalho (NASCIMENTO; SORIANO; FÁVARO, 2007). O fato de algumas características serem elencadas como resultado de um bom profissional pode associar-se à ideia do tipo de valores que estão presentes na intervenção desses profissionais.

[...] por mais que uma área profissional seja academicamente orientada, esse é apenas um aspecto do dinâmico e complexo mundo das interações, construções e reconstruções relacionadas ao conhecimento profissional, pois as formas ou critérios de seleção para tomada de decisão passam, também, pela dimensão social e moral [...] (SORIANO, 2003, p. 51).

A concepção de formação para valores surge também como propósito dos cursos de formação profissional, sendo fundamental a orientação dos futuros profissionais para uma intervenção responsável, comprometida, permeada pelos valores éticos da profissão. Além de saber dizer ou fazer na resolução de problemas da sua área de conhecimento, esse profissional deve também ter noção do que dizer e como fazer, de maneira que prevaleçam características de um bom profissional (MARTINEZ, 2002 apud SILVERA, 2003, p. 56).

A interdependência entre profissional e beneficiário remete à ideia da confiança/desconfiança, em relação aos quais fatores como o abuso de poder e o não cumprimento das expectativas podem fragilizar o pacto existente entre ambos (RICOEUR, 1996). Uma das características importantes relacionadas aos valores profissionais está associada à ideia de respeito às pessoas e a importância de fazer cumprir os papéis de determinada profissão no âmbito social (SILVERA, 2003). Aliado a esse conceito, trazemos a importância de o profissional ter a capacidade de submeter seus interesses em favor das necessidades dos beneficiários dos serviços prestados:

[...] os clientes dos profissionais devem depositar mais confiança neles do que nos outros. Deve existir uma relação fiduciária entre os profissionais e seus clientes. Espera-se que os profissionais honrem a confiança que os clientes depositam neles por que não lhes resta outra alternativa. As necessidades e o benefício dos clientes devem ter precedência sobre a necessidade do profissional de ganhar a vida. (FREIDSON, 1998, p. 247).

Mesmo que o profissional possua os conhecimentos e habilidades para intervir, esse fator não irá garantir que a sociedade procure seus serviços. Deverá existir uma crença no desempenho do grupo profissional, bem como o entendimento do valor das tarefas desempenhadas por eles. Somente o controle formal ou oficial da profissão perante o Estado não garantirá que a população use seus serviços, já que os indivíduos podem procurar qualquer outro profissional ou até mesmo não fazê-lo por não confiar e não acreditar nos benefícios que determinado grupo profissional poderá lhe trazer (FREIDSON, 2001).

A relação entre uma intervenção profissional ideal e a ideia de “ação responsável” associa-se ao fato de ir além da aquisição de conhecimentos e habilidades profissionais. O especialista deve preocupar-se em provocar mudanças no contexto social e assim beneficiar os beneficiários dos serviços oferecidos, sendo que este deve ir além do saber-fazer, e incorporar a ele atitudes e valores que irão nortear as tomadas de posição (VERENGUER, 2004).

Quando pensamos na ideia do profissional e a relação com a orientação das suas condutas com base em valores, percebemos que preocupar-se com as consequências das atitudes tomadas e as implicações para todos deve ser um dos fatores a serem considerados na tomada de decisão do profissional (BUB, 2005). A questão da moral poderá estar associada tanto à ideia de um conjunto de valores que irão nortear as relações sociais e a conduta humana, como também à qualidade que compete ao indivíduo com relação a princípios e valores morais (JAPIASSÚ; MARCONDES, 1996).

Ricoeur (1996) ensina que é importante desenvolvermos o juízo deontológico, além do juízo prudencial, justamente para que o pacto de confiança existente entre profissional/beneficiário possa ter caráter universal. Além do que, as normas existentes num código deontológico auxiliam no processo de fazer cumprir os direitos e deveres do profissional, bem como do beneficiário. A noção de responsabilidade que se desenvolve nas pessoas estará associada ao senso de

identidade/propósito moral. A existência, no indivíduo, de um propósito moral, pode levá-lo a sentir que deve agir a favor daquele objetivo. Esse fator poderia desencadear também maior noção de responder pelos seus atos, sendo esta alimentada pelo propósito moral (GARDNER, 2009).

Um estudo que envolvia o processo de tomar decisões num grupo de professores apresentou dados relevantes em relação às respostas dos entrevistados. Os profissionais adotavam, como estratégia para facilitar o processo de resolução de problemas, a centralização do foco de seus trabalhos nos alunos; colocados como primeira responsabilidade da intervenção profissional. Os autores do estudo destacam ainda que os “profissionais exemplares” (GARDNER, 2009, p. 67) são definidos como aqueles que focam noções de ética, bem como aqueles que valorizam a manutenção de relacionamentos no campo de trabalho. Dessa forma, enaltecem fatores como: considerar as necessidades e os desejos das outras pessoas integrando-os aos anseios particulares do profissional em questão, ressaltando que “o cuidado para com os outros se encontrava em primeiro plano em suas mentes” (GARDNER, 2009, p. 68).

A Educação Física, enquanto portadora dos elementos característicos de uma profissão, tem como objetivo favorecer a sociedade em relação aos problemas e/ou anseios postos pela comunidade, sendo que “faz parte da responsabilidade de um profissional orientar e esclarecer quais são os melhores e mais adequados caminhos para que ela atinja seus objetivos” (VERENGUER, 2004, p. 132).

2.3 A RELAÇÃO ENTRE A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E O OBJETO RESPONSABILIDADE PROFISSIONAL NA ÁREA DA EDUCAÇÃO FÍSICA

A tentativa de buscar a configuração e o sentido presentes na intervenção do profissional de Educação Física sob o enfoque da responsabilidade profissional torna fundamental a compreensão dos elementos que orientam e auxiliam as tomadas de posição em relação à prática profissional. Dessa maneira, compreende-se que a teoria das representações sociais pode vir a nos auxiliar para mapear, identificar e entender como as representações do grupo profissional se configuram e de que maneira as concepções desses profissionais poderiam interferir

na intervenção. Dessa maneira, realizamos algumas aproximações com os aspectos teórico-metodológicos da Teoria das Representações Sociais, seguindo a corrente teórica proposta por Moscovici e Jodelet.

A Teoria das Representações Sociais surge, pela primeira vez, em 1961, com a obra de Serge Moscovici, *La Psychanalyse, son image, son public*. As discussões de Moscovici tomam por base a sociologia de Durkheim, contudo a teoria proposta por Moscovici não obtém êxito de imediato. Em 1978, Moscovici realiza uma pesquisa tendo como ponto central a elaboração e construção do conhecimento sobre psicanálise pelo público francês; o autor faz emergir a concepção de uma forma de conhecimento socialmente elaborada. (ARRUDA, 2002).

Para o autor, as representações são sociais porque são partilhadas, mas não são homogêneas, já que as pessoas encontram-se em posições socialmente desiguais (NÓBREGA, 2001). Desse modo, Moscovici defende a ideia de que existe uma articulação entre o individual e o social, o que auxilia para a transformação da realidade, ou seja, o ambiente transforma o indivíduo, mas este também é transformado pelo ambiente (HOLLANDA, 2001; JODELET, 2001). Moscovici define, então, duas maneiras de comunicação e conhecimento entre os indivíduos: a consensual (marcada pela conversação informal, na vida cotidiana) e a científica (marcada pelo conhecimento científico, com seus padrões de linguagem) (ARRUDA, 2002).

Ao considerar que os conhecimentos produzidos pela ciência influenciam na maneira de a sociedade representar os fenômenos e objetos, devemos nos atentar para a seguinte questão: o saber produzido cientificamente passa para o universo social de maneira reestruturada, modificada. Desloca-se o significado, o lugar e a aplicação para formar outro tipo de conhecimento, que vai ser adaptado às necessidades de um contexto social específico (MOSCOVICI, 1978; SPINK 1993). O ato de representar faz surgir um novo saber, que se torna a própria realidade para o grupo social que o pensou (LAPLANTINE, 2001). Dessa maneira, as representações são também sustentadas pelos conhecimentos produzidos cientificamente; que circulam através da mídia e das muitas versões populares que se cria deste conhecimento (SPINK, 1993).

Assim, quando surge uma nova descoberta, a sociedade poderá sentir a influência desta em diferentes aspectos, por exemplo, nos valores que são compartilhados e também no modo em que comportamentos são valorizados: “[...]”

As normas são simultaneamente mudadas: o que era permitido revela-se agora proibido, o que era irrevogável parece revogável, e vice-versa” (MOSCOVICI, 1978). Quando falamos em representações podemos ressaltar a seguinte questão: nas representações, experiências pessoais e modelos sociais se deparam, com o intuito de compreender o real de uma maneira singular; esse processo é carregado de características afetivas e grande quantidade de conceitos que não seguem a razão.

As representações sociais sempre estarão nos discursos, sendo concretizadas pelas palavras, que podem se propagar por meio de mensagens ou imagens; é importante pontuar também que “não há representação sem objeto” (JODELET, 2001, p. 22). Existem diversos estudos que trazem o tema representação social e a relação com algum objeto, encontramos estudos nas áreas da psicologia, medicina, educação e em maior crescimento, estudos na área da enfermagem (LACERDA; PEREIRA; CAMINO, 2002; XAVIER, 2002; BRITO; SOUZA, 2004; GOMES; OLIVEIRA, 2005; SIMAN, 2005; MAZZOTTI, 2007; PORTO, 2007; BATISTA et al., 2011; BORGES; QUEIROZ; SILVA, 2011). Os temas propostos a serem investigados referem-se a fenômenos como: saúde-doença, doença mental/loucura, AIDS, relação aluno/professor, maternidade, relações de trabalho, profissões, entre outros (SÁ, 1998).

Quando uma representação é formada (sobre algo ou alguém), podemos dizer que o objeto está sendo animado com base em dois referenciais: um deles é o sistema de valores e práticas que orientam a sociedade; o outro se refere à classificação e categorização do mundo e da história de cada indivíduo em partes para que conhecimentos possam ser compartilhados e reconfigurados: “Representá-los conduz a repensá-los, a reexperimentá-los, a refazê-los à nossa maneira, em nosso contexto [...]” (MOSCOVICI, 1978, p. 64).

Os valores do indivíduo e/ou sociedade estarão atrelados à ideia de inclinações e preferências com base no que é considerado ideal/desejável; são eles que auxiliam na formação de nossa personalidade, bem como dão sentido aos conhecimentos que possuímos (LAVILLE; DIONNE, 1999).

Dessa forma, ao pensarmos na atuação dos profissionais de Educação Física e as possíveis ideias e concepções que orientam suas práticas, deparamo-nos com alguns pontos a serem destacados: que elementos alicerçam as representações dos profissionais sobre responsabilidade; que fatores influenciam as

concepções e atitudes dos especialistas; qual a influência dos valores pessoais na representação que possuem.

Existem diferentes situações que ocorrem na intervenção dos profissionais de Educação Física que podem influenciar nas concepções desses profissionais, bem como nas atitudes que adotam no cotidiano. Diversos problemas são apontados por Nascimento, Soriano e Fávares (2007) como estando presentes na realidade brasileira, por exemplo: a admissão de estagiários que trabalham no lugar de profissionais, o que aumenta a possibilidade de os equívocos profissionais ocorrerem pela incapacidade técnica e pela pouca experiência que possuem; a insuficiência, do ponto de vista dos especialistas, da formação profissional para auxiliar na parte técnica e ética da intervenção; a falta de fiscalização pelo órgão de credenciamento; o fato de os profissionais não denunciarem os erros de seus pares e a falta de conhecimento sobre as consequências do erro.

As representações são importantes na vida cotidiana e auxiliam na formação do indivíduo, já que este precisa aprender a compreender, administrar ou enfrentar o mundo. É dessa forma que somos guiados na maneira de definir a realidade; interpretar os fenômenos; tomar decisões e adotar posicionamentos frente às situações diárias (JODELET, 2001). Nesse processo de agir e comunicar-se com o mundo, as informações de naturezas diferenciadas são constantemente elaboradas, transformadas e recriadas no sentido de auxiliar os indivíduos a situarem-se e estabelecer limites: “tal postura pressupõe a consideração do indivíduo na especificidade das relações que fazem sua inserção numa dada totalidade social, ao mesmo tempo em que exige atenção ao que o singulariza” (CAMPOS, 2001, p. 130).

Ao entender que um grupo profissional também constrói seus conceitos sobre elementos diversos, que influenciam diretamente nos posicionamentos adotados pelos profissionais, cabe a tentativa de compreender como ocorre a construção desse conhecimento e a aplicabilidade da responsabilidade no cotidiano desses profissionais. A imagem que um indivíduo tem sobre um determinado objeto vem a ser formulada por diversos fatores, bem como pode servir de base para que novos conceitos se formem com base nas sensações e impressões já existentes (MOSCOVICI, 1978):

Podemos supor que essas imagens são espécies de “sensações mentais”, de impressões que os objetos e as pessoas deixam em nosso cérebro. Ao mesmo tempo, elas mantêm vivos os traços do passado, ocupam os espaços de nossa memória para protegê-los contra a barafunda da mudança e reforçam o sentimento de continuidade do meio ambiente e das experiências individuais e coletivas. Pode-se, para esse efeito, revocá-las, reanimá-las no espírito, do mesmo modo que comemoramos um evento, evocamos uma paisagem ou contamos um encontro que teve lugar outrora. (MOSCOVICI, 1978, p. 47).

A representação que é feita pelo indivíduo, aqui no caso sobre responsabilidade, pode direcionar seus comportamentos e atitudes, dessa maneira “inscrever o objeto em nosso universo, isto é, naturalizá-lo e fornecer-lhe um contexto inteligível [...]” (MOSCOVICI, 1978, p. 65) torna-se peça-chave para que possa contribuir para a construção de uma dada realidade. Esta será partilhada socialmente, o que influencia diretamente nos valores, posicionamentos e tomadas de decisão dos indivíduos:

[...] as representações sociais devem ser estudadas articulando-se elementos afetivos, mentais e sociais e integrando – ao lado da cognição, da linguagem e da comunicação – a consideração das relações sociais que afetam as representações e a realidade material, social e ideativa sobre a qual elas têm de intervir (JODELET, 2001, p. 26).

No cotidiano dos indivíduos, existe a comunicação, o pensamento e a análise das situações que compartilham, sendo que essas circunstâncias vão influenciar na elaboração de suas representações. A comunicação existente entre os indivíduos pode ser diversa devido a objetivos, pensamentos e culturas diferentes que geram universos próprios de pensamento (SILVA, 2012).

Outro elemento característico das representações é que o conhecimento tem um caráter consensual, ou seja, os pensamentos, sentimentos, crenças, etc. dos membros de uma dada sociedade são confluentes e têm caráter de concordância (JODELET, 2001; SPINK, 1993). Mesmo assumindo o caráter de consentimento entre os membros do grupo, é importante pontuar que a diversidade (do senso comum) ainda assim estará presente (SPINK, 1993), já que representar também toma por base a história de vida de cada um.

Esse fator contribui para que um novo tipo de conhecimento se forme, influencie atitudes, argumentos, explicações e posicionamentos adotados

pelos indivíduos (MOSCOVICI, 1978; NÓBREGA, 2001), bem como a visão de um grupo pode não ser a mesma de outro, o que gera conflitos e guia as ações do dia a dia (JODELET, 2001).

O comportamento de grupos específicos, ou mesmo de indivíduos, pode distinguir-se devido à maneira que possuem de interpretar, diferenciar e traduzir os objetos sociais. Uma mesma palavra pode ser aplicada com significados diferentes dependendo da pessoa e/ou grupo, sendo que valores e regras influenciam diretamente para que isso ocorra (MOSCOVICI, 1978). As representações sociais podem estar presentes, dessa maneira, nas falas, expressões, nas atitudes e nas comunicações (MOSCOVICI, 1978), sendo entendidas como o pensamento do senso comum que constroem significados para objetos e fenômenos do meio social (LACERDA; PEREIRA; CAMINO, 2002). Desse modo, as representações podem vir a auxiliar na interpretação das maneiras de pensar de um grupo específico, bem como seus posicionamentos.

Na Teoria das Representações Sociais, o conhecimento que se produz pelos indivíduos é tratado como algo que difere da ciência, mas, mesmo assim, não deve ser entendido sob a ótica de falso, enviesado, inválido. Faz-se importante e fundamental compreender como o sujeito pensa, o que sabe, de onde sabe, como sabe e de que maneira esses fatores interferem na ação dos indivíduos no mundo (JODELET, 2001).

A reflexão sobre alguns assuntos é importante para entendermos como o grupo profissional se posiciona em relação a elementos que fazem parte do fazer profissional, sendo que de alguma maneira podem direcionar a intervenção e influenciar na noção de responsabilidade que os profissionais possuem, por exemplo: como classificam uma intervenção de qualidade, quais elementos estão presentes numa atuação permeada pela responsabilidade e como classificariam um profissional habilidoso e competente da área (SORIANO, 2010).

Segundo Moscovici (1978, p. 49), “uma representação social é uma preparação para a ação”; dessa maneira, entende-se que as tomadas de posição de um grupo poderão ter seu sentido desvendado através do conhecimento das ideologias, valores, noções que estão incutidas nas falas, imagens e posicionamentos dos indivíduos e/ou grupos.

A teoria das representações sociais apresenta dois eixos principais que a caracterizam: um deles seriam as formas de conhecimento prático, que

auxiliam na comunicação e entendimento do mundo pelos indivíduos; o outro estaria relacionado à construção de conhecimentos (pelos sujeitos sociais) a respeito dos objetos (JODELET, 1989 apud SPINK, 1993, p. 301). Se considerarmos que as representações serão compartilhadas socialmente, então se entende que o lugar, a posição social, as funções assumidas irão marcar os conteúdos representacionais, sua organização, bem como a maneira como se efetivam na sociedade (JODELET, 2001).

Dessa maneira, alguns elementos que permeiam as atividades desenvolvidas pelos profissionais de Educação Física podem apresentar características importantes que influem na formação, organização e propagação das representações do grupo, como: negociações com os beneficiários, ponderações com chefias (SORIANO; SILVA; CALCIOLARI JR., 2012) e as funções exercidas pelos membros de um grupo profissional.

Existem diferentes meios pelos quais as representações podem ser produzidas e propagadas pela sociedade: pela cultura de um grupo (valores, modelos) e através da linguagem e da comunicação entre as pessoas (JODELET, 2001; NÓBREGA, 2001). Dessa maneira, as representações sociais são formuladas e acabam por instruir as condutas, orientam as comunicações, influenciam na formação identitária e interferem na maneira como os indivíduos descrevem, justificam, argumentam e explicam os acontecimentos cotidianos (SPINK, 1993; NÓBREGA, 2001). Quando um indivíduo representa um algo/alguém, este inicia uma relação de simbolização e interpretação, cujos significados são atribuídos ao objeto representado e permitem a expressão do sujeito (JODELET, 2001).

Para compreender o conceito de representações sociais, podemos dizer que para todo indivíduo uma figura irá remeter a um significado, que estará baseado nos elementos do meio-ambiente e na interação deste com o sujeito, assim como para cada sentido existe a possibilidade de uma figura, no intuito de exteriorizar a imagem que se tem de um determinado objeto e /ou fenômeno, ou seja, é a representação simbólica de algo, de alguma coisa ou de alguém (MOSCOVICI, 1978; NÓBREGA, 2001).

A ideia de associar a representação à reconstrução do objeto por parte do indivíduo leva à proposição de que sempre haverá uma defasagem entre o que é real e o elemento representado. Se entendermos as representações como interpretações do sujeito em relação a um dado objeto, então se pressupõe que “a

relação com o real nunca é direta, é sempre mediada por categorias histórica e subjetivamente constituídas” (SPINK, 1993, p. 304).

Assim sendo, pode vir a produzir três efeitos em relação ao conteúdo representado: as distorções (todas as características do objeto representado estão presentes, entretanto acentuados ou atenuados); as suplementações (são conferidas ao objeto representado atributos que não lhe pertencem, acrescentam-se conotações); as subtrações (extinção de características do objeto representado, pode associar-se ao efeito de censura devido às normas sociais) (JODELET, 2001).

O fato de os indivíduos interiorizarem novos saberes, condutas, remodelarem aquilo que já está posto, partilhar novas maneiras de agir e pensar relaciona-se a dois processos pelos quais passam, chamados de objetivação e amarração/ancoragem (MOSCOVICI, 1978).

A objetivação associa-se à ideia de familiarizar-se com o objeto, de modo que há uma naturalização das ideias (MOSCOVICI, 1978; SPINK 1993); o ato de “materializar as abstrações, corporificar os pensamentos, tornar físico e visível o impalpável” (NÓBREGA, 2001, p. 73), também se caracteriza no processo de objetivação. Nessa etapa ocorre um distanciamento do objeto representado de acordo com os valores, interesses e necessidades do grupo.

Fazem parte da objetivação os processos de naturalizar e classificar os objetos; o primeiro está associado à ideia de transportar os elementos do universo desconhecido (abstrato) para o meio cognitivo (MOSCOVICI, 1978; SPINK, 1993). O segundo processo relaciona-se à ideia de organizar os elementos novos em uma ordem preexistente, resultando, portanto, na atenuação do choque para uma nova ideia e/ou ponto de vista (MOSCOVICI, 1978).

Em relação à amarração/ancoragem, podemos dizer que esta se relaciona ao ordenamento das ideias de acordo com valores e condutas, ou seja, ancora-se o desconhecido em representações que já existem (SPINK, 1993), o que leva a um caráter de aplicabilidade do novo conhecimento. (MOSCOVICI, 1978; ARRUDA, 2002). Através da incorporação do desconhecido para uma rede de categorias comuns, a ancoragem auxilia na compreensão do mundo e na orientação de ações e relações sociais; dessa forma, caracteriza-se pelo seu valor funcional, ou seja, de uso prático e utilitário (SPINK 1993; NÓBREGA, 2001).

Para a efetivação desses dois processos (objetivação e amarração/ancoragem), os indivíduos servem-se das experiências pessoais, mas também de significados produzidos no grupo social ao qual ele está inserido. Dessa maneira, pode-se dizer que as crenças, convicções e os valores de um grupo específico podem ser inferidos através do estudo das representações (DUARTE; MAZZOTTI, 2001):

A representação assim entendida não é ato isolado ou estático, nem provém de uma individualidade abstrata. É processo no qual o sujeito, ao se apropriar do objeto, circunscreve espaços e aponta confim. Ao tornar o objeto palavra, o sujeito o articula e integra à linguagem do seu viver; àquela que o particulariza, ao mesmo tempo em que o insere entre iguais, secularizando-o frente à angústia do isolamento (MADEIRA, 2001, p. 130).

Dessa maneira, sempre que um conhecimento novo é introduzido no grupo ou para o indivíduo, um saber sobre o objeto é incorporado, discutido, transmitido, novas formas de expressão e visualização do mundo são formuladas e validadas; esses fatores vêm, portanto, auxiliar no surgimento das representações sociais e são importantes para que os indivíduos deem significado à sociedade à qual pertence (MOSCOVICI, 1978).

Por as representações serem sempre elaboradas a partir de um campo socialmente estruturado, compreende-se que duas situações serão encontradas ao realizarmos estudos nesse campo de investigação: de um lado; estarão os elementos mais estáveis, que auxiliam no surgimento de identidades compartilhadas; do outro, teremos acesso ao que é distinto e contraditório no discurso das pessoas (SPINK, 1993).

Também é importante destacar que, quando algo é representado, o grupo e/ou indivíduo não apenas reproduz algo, mas reconstrói e modifica o objeto em uma relação de conceituação e percepção através do que acreditam que é o mundo ou como deveria ser: “O trabalho de representação consiste em atenuar as estranhezas, introduzi-las no espaço comum, provocando o encontro de visões, de expressões separadas e dispares que, num certo sentido, se procuram” (MOSCOVICI, 1978, p. 61).

3 ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

3.1 TIPO DE PESQUISA

Para a realização do estudo, fizemos a opção pela abordagem qualitativa de pesquisa por pretendermos compreender como a responsabilidade profissional é significada pelo profissional de Educação Física em seu imaginário. Este tipo de pesquisa permite o entendimento de um fenômeno a partir da realidade do indivíduo a ser estudado e se caracteriza por compreender o sujeito em seu contexto habitual (SILVA, 1996):

Há uma possibilidade de conhecer melhor os seres humanos e compreender como ocorre a evolução das definições de mundo destes sujeitos fazendo uso de dados descritivos derivados de registros e anotações pessoais, de falas de pessoas, de comportamentos observados. (SILVA, 1996, p. 9).

Uma das mais marcantes características da pesquisa qualitativa é que ela permite ao pesquisador compreender os fenômenos de maneira integral, levando em conta “todos os componentes que compõem uma situação em suas interações e influências recíprocas” (ANDRÉ, 1995, p. 17). A autora destaca que esse tipo de pesquisa preocupa-se em interpretar os significados dos fenômenos ao mesmo tempo em que coloca como uma de suas principais preocupações evitar que o pesquisador manipule as variáveis presentes no estudo. Para isso, é importante a realização do estudo no ambiente natural onde ele aconteça, com o intuito de compreender os elementos que compõem cada situação a ser estudada.

A pesquisa qualitativa se diferencia, ainda, por preocupar-se com a radicalização⁶ das discussões dos dados obtidos, a sua finalidade não fica limitada a contar opiniões, mas associa-se a ideia de “explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão” (GASKELL, 2002, p. 68). Além dessa característica, justifica-se pela necessidade de compreensão da natureza do objeto estudado, descreve a complexidade de um problema, apreende

⁶ Utilizamos a palavra *radicalização* com o significado daquilo que pertence à origem, à raiz.

os processos vividos por grupos sociais e também pode auxiliar na compreensão do comportamento do ser humano (RICHARDSON, 2008).

Para explicar a importância do ambiente na coleta e análise dos dados, recorreremos a Triviños (1987, p. 122):

O ambiente, o contexto no qual os indivíduos realizam suas ações e desenvolvem seus modos de vidas fundamentais, tem um valor essencial para alcançar das pessoas uma compreensão mais clara de suas atividades. O meio, com suas características físicas e sociais, imprime aos sujeitos traços peculiares que são desvendados à luz do entendimento dos significados que ele estabelece.

Ao considerar a ideia de apreender que fatores influenciam na constituição da representação de responsabilidade do profissional de Educação Física, destaca-se uma característica importante da pesquisa qualitativa: a realização do estudo fora de um ambiente organizado artificialmente, mesmo porque o objetivo é buscar experiências cotidianas. Para conseguir dados relevantes, é necessário selecionar sujeitos e contextos onde o fenômeno a ser estudado esteja acontecendo (SILVA, 1996).

3.2 O PROCESSO DE OBTENÇÃO DAS INFORMAÇÕES

Triviños (1987), quando discorre sobre como selecionar participantes para as pesquisas qualitativas, alerta que o pesquisador tem liberdade para escolher a população a ser estudada de maneira intencional e para isso deve considerar diferentes condições, como a escolha de indivíduos que sejam indispensáveis para compreensão do assunto a ser pesquisado, por exemplo. O autor também destaca outros fatores como: a seleção de sujeitos que não dificultem o processo de obtenção de informações e também a disponibilidade de tempo, dos indivíduos selecionados, para participar das entrevistas.

A princípio, tínhamos a intenção de formar dois grupos de profissionais de Educação Física, que seriam caracterizados pela diversidade do tempo de intervenção profissional, cujo objetivo constituiria em relatar possíveis diferenças nas representações sobre responsabilidade profissional. Mas, parece

haver uma tendência de profissionais com mais de dez anos de formação atuarem somente como *personal trainer*⁷ e/ou assumirem outros cargos, como gerência/coordenação do local de trabalho (COELHO FILHO, 2000; VERENGUER, 2004).

A intervenção dos profissionais em tarefas diferenciadas também pode distinguir a resposta em relação ao objeto do estudo, já que o contexto muda e, muitas vezes, dependendo da função que exercem, não há o contato direto com beneficiários dos serviços prestados. Alguns autores apontam problemas referentes ao avanço da idade e à experiência profissional para os profissionais que atuam em academias de ginástica. Verenguer (2004) ressalta o fato de muitas vezes os proprietários/empresários dos estabelecimentos contratarem estagiários para a efetivação dos serviços oferecidos e, quando estes concluem o período de formação, acabam sendo “dispensados” por encarecerem a mão de obra. Já Coelho Filho (2000) traz em seus dados que os profissionais experientes não são valorizados pelo mercado de trabalho, destacando que a perspectiva de vida útil desse profissional é baixa e que existe o preconceito associado à idade, e normalmente a juventude e a imagem são indicadores de aceitabilidade.

Para a obtenção das informações foram, primeiramente, selecionadas academias de ginástica da região central da cidade de Londrina-PR que oferecessem o serviço de musculação. Posteriormente, entramos em contato com os proprietários e/ou gerentes do local para obtermos a permissão para efetivação da pesquisa.

Em relação à seleção dos profissionais participantes estabelecemos como critérios: atuar como instrutores em programas de musculação (instrutor de academia) há pelo menos dois anos⁸, com o intuito de selecionar profissionais com um mínimo de experiência no ambiente de trabalho e que fossem formados em Educação Física. No entanto, tivemos dificuldade em encontrar profissionais que

⁷ *Personal trainer*: profissional com formação em Educação Física e habilitado através do CONFEF, capacitado a ministrar e supervisionar os treinamentos de maneira individualizada, seguindo os objetivos de quem o contrata e respeitando os princípios básicos do treinamento.

⁸ Entendemos que dois anos de formação profissional é o mínimo de tempo para que o profissional passe por algumas vivências que auxiliarão em sua experiência profissional, por exemplo: passar pelo período de experiência exigido pela empresa (normalmente três meses); vivência da maneira como o local de trabalho é organizado e o entendimento de como são construídas as relações com os pares, os beneficiários e chefias.

fossem formados e trabalhassem como instrutores de musculação⁹. Dessa maneira, realizamos as entrevistas com quatro profissionais que intervinham com programas de musculação.

A maioria das pessoas com quem entramos em contato não havia completado a formação na área, mesmo desempenhando todas as funções de um profissional graduado. Essa dificuldade também é mencionada por Freitas, Silva e Ludorf (2008) no estudo sobre “O corpo e a prática dos professores de academias de ginástica”. Também observamos que grande parte dos profissionais com formação em Educação Física está atuando apenas com o serviço de treinamento personalizado/*personal trainer*. Esse fator pode estar associado aos baixos salários pagos pelas academias, às condições de trabalho (sem registro em carteira e sem garantias), ao preenchimento das vagas por estagiários, ao invés da contratação de profissionais formados, bem como à ocupação e visualização (dos especialistas da área) dessa nova demanda do mercado de trabalho, que é a área do treinamento personalizado.

Os profissionais de Educação Física vêm assumindo uma diversidade de atribuições e funções de acordo com as demandas do mercado, o que acarreta a crescente complexidade dos papéis desempenhados, a diversidade da rede de relações e o aumento das responsabilidades sociais (SORIANO, 2004). Dessa maneira, a escolha do perfil dos profissionais participantes do estudo esteve atrelada à compreensão de que esse tipo de estabelecimento (academias de ginástica) tem crescido demasiadamente nos últimos anos (COELHO FILHO, 2000; ANTUNES, 2003; PAZ, 2005), agrupando dessa maneira grande quantidade de beneficiários e profissionais. Importante também se faz entender que o trabalho desenvolvido nesse ambiente está associado ao planejamento, prescrição, orientação e avaliação de programas de exercícios físicos, o que remete à ideia de o profissional ter que tomar decisões norteadas pelo senso de prudência e diligência.

⁹ Essa dificuldade pode estar associada à precarização do trabalho, que no Brasil relaciona-se às formas flexíveis de contratação e ao trabalho terceirizado. Fatores como o desemprego, os baixos salários, a falta de contratos por serviços e o tempo indeterminado desses contratos estão presentes na precarização do trabalho, tendo como um dos objetivos a diminuição dos custos empresariais. A tentativa de diminuição dos gastos tem levado à efetivação do trabalho sem registro (em carteira), sem garantia dos direitos a férias, fundo de garantia, décimo terceiro salário, seguro desemprego e aposentadoria. Outro elemento resultante da precarização é a maior quantidade de trabalhadores autônomos (o crescimento do trabalho informal) (LEITE, 2004; VERENGUER, 2005).

Por último, entendemos que esse ambiente nos possibilita encontrar uma diversidade de fatores que influenciarão nas concepções e nas respostas emitidas por esses profissionais, por exemplo: a diversidade de relações (entre pares profissionais, beneficiários, empresários/administradores); a ambiência característica do local de trabalho; e as especificidades do público atendido.

Os participantes, portanto, foram selecionados de acordo com indicações de profissionais da área, e a escolha se deu por aqueles que não apresentaram entraves para que a pesquisa fosse realizada. Os profissionais foram informados quanto aos objetivos do estudo e como aconteceria o processo de coleta das informações, sendo que, após concordarem em participar, assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido¹⁰.

O número de profissionais que constituiu o estudo não foi delimitado, já que o intuito era aprofundar o entendimento do cotidiano dos profissionais de Educação Física. Se considerarmos que o objetivo do estudo esteve atrelado à necessidade de obter profundidade nos dados coletados, bem como explicar as falas encontradas (RICHARDSON, 2008), não houve necessidade de nos preocuparmos com a quantidade de indivíduos que participaram, até por que “a representação manifestada por certo número de sujeitos e por um número maior seria a mesma” (SÁ, 1998, p. 92).

O recurso empregado para a obtenção das informações foram as entrevistas¹¹, utilizadas com a finalidade de conseguir elementos e informações precisas da população estudada sobre o objeto determinado (BASTOS, 1999). A entrevista nos traz os dados básicos para compreender a relação dos participantes e as situações diárias. Envolve também o entendimento mais específico das crenças, atitudes, valores, motivações associadas aos comportamentos encontrados no contexto estudado (GASKELL, 2002).

A entrevista envolve uma situação em que entrevistador e entrevistado interagem e ambos se influenciam, já que as palavras que dizem, os

¹⁰ Anexo B.

¹¹ Primeiramente, tínhamos o intuito de realizar, também, as observações do cotidiano dos profissionais participantes. O intuito era identificar como as representações dos profissionais, sobre responsabilidade profissional poderiam influenciar nas decisões tomadas por eles na intervenção. Por sugestão da banca, decidimos então abrir mão do segundo objetivo da pesquisa e consequentemente das observações.

gestos que realizam, as expressões faciais, a maneira de olhar e o comportamento apresentado podem causar diferentes efeitos sobre a conversa de ambos (NOGUEIRA, 1968).

No processo de realização da entrevista, o entrevistador serve de intermediário para que o entrevistado pense e fale sobre si, e deva lembrar-se de fatos, histórias, relações vividas, valores, crenças e tudo o que auxilia para que o entrevistado relate e organize suas experiências e sua vida. Nas falas dos sujeitos, podemos encontrar tanto as descrições de suas vidas quanto as representações que possuem sobre essas vivências (ROMANELLI, 1998).

Para compreender e interpretar as representações desses profissionais, bem como explicar as possíveis falas que iriam surgir, é importante destacar que os sujeitos deverão ter voz e vez, caso contrário estaríamos considerando que os indivíduos são iguais e negando-lhes a especificidade que os mantém parte do mundo (CAMPOS, 2001).

As entrevistas nos auxiliaram também para descobrir os fatores que influenciavam nas ideias, sentimentos e condutas dos entrevistados (MARCONI; LAKATOS, 1996), bem como conhecer como os profissionais pensavam a responsabilidade profissional. Destacamos que a técnica de coleta por meio das entrevistas pode apresentar algumas limitações, como a disposição do entrevistado em dar as informações necessárias e retenção de dados com receio de a identidade ser revelada, por exemplo. Nesse sentido, selecionamos participantes que realmente estiveram dispostos a participar do estudo, para que, assim, pudéssemos evitar falsas interpretações ou uma compreensão limitada do objeto a ser estudado.

A opção pela entrevista semiestruturada ocorreu pela tentativa de alcançar uma melhor apreensão da realidade vivenciada pelo entrevistado, já que esta permite a inclusão de perguntas que supostamente não estariam no planejamento de acordo com a fala e/ou assunto que poderia vir a surgir. Também houve a preocupação em não impor nenhum ponto de vista ao entrevistado, deixando o participante com maior autonomia para falar sobre os temas abordados durante a entrevista. Esse fator contribuiu para o entendimento das representações desses profissionais e possíveis fatores intervenientes. Para explicar esse tipo de entrevista, recorreremos a Laville e Dionne (1999, p. 188): “[...] série de perguntas abertas, feitas verbalmente em uma ordem prevista, mas na qual o entrevistador pode acrescentar perguntas de esclarecimento”.

A entrevista semiestruturada tem a particularidade de oferecer “todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação” (TRIVIÑOS, 1987, p. 146). O autor também destaca que esse tipo de entrevista permite não só a descrição dos fenômenos, mas também auxilia para esclarecer e entender a sua universalidade.

Alguns cuidados foram tomados em relação ao preparo e desenvolvimento das entrevistas: a atenção ao formular as perguntas, elaborando-as com frases compreensíveis e deixando aquelas que tratassem de assuntos mais delicados para o final, quando a comunicação entre entrevistador e entrevistado estaria, provavelmente, num estágio melhor, com maior afinidade entre ambos (NOGUEIRA, 1968; RICHARDSON, 2008). Outro cuidado que tivemos foi a elaboração de “lembretes”, ou seja, perguntas que poderiam auxiliar a desenvolver e aprofundar as ideias dos entrevistados em relação aos temas propostos (RICHARDSON, 2008). Ainda em relação ao preparo, marcamos as entrevistas com antecedência¹², optando por um local onde outras pessoas não tivessem acesso, para que, assim, o entrevistado pudesse falar sobre os temas de maneira espontânea e com tranquilidade (NOGUEIRA, 1968).

Em relação ao desenvolvimento das entrevistas, tomamos alguns cuidados como: criar um ambiente de amizade; não adotar a postura de aconselhar nem realizar considerações a respeito das falas; explicar o objetivo do trabalho; assegurar o anonimato do entrevistado; (RICHARDSON, 2008); obter e manter a confiança do entrevistado; dispomo-nos a ouvir mais do que falar (já que o objetivo era apreender o que o informante iria dizer); demos tempo para que o entrevistado falasse livremente sobre cada tema, explorando o máximo de suas ideias; evitamos perguntas que sugerissem algum tipo de direcionamento da resposta; e, ao encerrarmos cada entrevista, sempre perguntávamos se o informante gostaria de acrescentar algo que não havia sido dito (NOGUEIRA, 1968).

Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas posteriormente, para que assim pudéssemos obter o máximo das informações coletadas e também com o objetivo de manter a fidelidade e veracidade das respostas (RICHARDSON,

¹² As entrevistas foram agendadas de acordo com a disponibilidade de horário do entrevistado e aconteceram de forma individual.

2008). A intenção de transcrever as entrevistas logo após efetuá-las esteve alicerçada na ideia de buscar informações que poderiam nos auxiliar a explorar o assunto proposto, bem como levantar possíveis questões de esclarecimento que não havíamos vislumbrado antes:

Temos expressado reiteradamente que o processo da pesquisa qualitativa não admite visões isoladas, parceladas, estanques. Ela se desenvolve em interação dinâmica retroalimentando-se, reformulando-se constantemente, de maneira que, por exemplo, a Coleta de Dados num instante deixa de ser tal e é Análise de Dados, e esta, em seguida, é veículo para nova busca de informações. (TRIVIÑOS, 1987, p. 137).

Deve existir ainda o cuidado para alguns fatores como: que tipo de entrevista fazer; quais participantes representarão melhor o grupo que deverá ser estudado, ou seja, deve haver menor preocupação em quantas entrevistas deverão ser realizadas e por quanto tempo devemos observar e maior preocupação em como formular boas perguntas, que sejam significativas para o objetivo do estudo (JANESICK, 2000).

Com relação à quantidade de entrevistas realizadas, Sá (1998) ressalta que a partir do momento que percebermos que as informações começam a se repetir, não contribuindo mais para a compreensão do objeto a ser estudado, o processo de obtenção das informações deverá ser finalizado, sendo esse o critério adotado para finalizar as entrevistas realizadas.

A repetição e reprodução das informações associam-se à ideia de existir uma saturação para a variabilidade das respostas dadas pelos entrevistados. Pelo fato de as representações serem também resultado das interações sociais e dela resultarem através do compartilhamento de ideias, entendemos que haverá um número limitado de declarações (GASKELL, 2002). Toda comunicação terá um emissor, sendo que este sempre exprimirá uma mensagem que se propõe a um objetivo específico; é importante nos atentarmos para fatores como: “Quem fala? Para dizer o quê? A quem? Como? Com que resultado?” (FREITAS; JANISSECK, 2000, p. 62).

Antes de iniciarmos as entrevistas com os participantes da pesquisa, realizamos um estudo-piloto¹³ com um profissional formado e atuante na área. Após essa etapa, reformulamos algumas perguntas com uma escrita mais coloquial e informal, para que assim os entrevistados pudessem sentir-se à vontade. Também incluímos algumas questões na tentativa de identificar os fatores que influenciavam na representação de responsabilidade que o profissional apresentava.

Após a reformulação das questões, o roteiro de entrevista ficou dividido em três partes: a) caracterização do respondente; b) caracterização do local de intervenção (características da chefia, dos beneficiários e o perfil das academias); c) as representações sobre responsabilidade profissional na intervenção profissional.

3.3 A ANÁLISE DOS DADOS

Para análise dos dados coletados foi utilizada a técnica da análise de conteúdo. Essa técnica é utilizada para as análises de processos de comunicação. Ela é realizada a partir de procedimentos sistemáticos para descrever o conteúdo das mensagens, com o objetivo de conseguir indicadores que auxiliem no processo de inferência dos conhecimentos produzidos através das mensagens (BARDIN, 1977; LAVILLE; DIONNE, 1999; FREITAS; JANISSEK, 2000).

A análise de conteúdo tem por princípio desmontar a estrutura e os elementos do conteúdo estudado, visando esclarecer as particularidades ali presentes e interpretar o sentido da mensagem analisada (LAVILLE; DIONNE, 1999). A inferência dos conhecimentos pode responder a perguntas como: Por que tal proposição é formulada? Qual a origem ou precedente dessa mensagem? Quais seriam as possíveis implicações da mensagem produzida? (RICHARDSON, 2008).

Também é uma técnica utilizada para estudar material do tipo qualitativo, que auxilia para compreendermos melhor uma mensagem, na tentativa

¹³ O estudo-piloto foi composto de duas fases: primeiro (fase pré-piloto) elaboramos um roteiro com as possíveis questões que deveriam nortear a entrevista. Esse roteiro foi apresentado à banca examinadora que sugeriu que alterações fossem realizadas. Após as sugestões feitas, esse instrumento (roteiro) foi aprimorado e refinado para num segundo momento, ser aplicado ao profissional que participou do estudo-piloto. Após essa fase o instrumento teve sua versão final apresentada e aplicada aos outros participantes do estudo.

de avaliar as características do que é dito, fazendo derivar da análise os momentos mais importantes (RICHARDSON, 2008).

Considerando que a análise de conteúdo tem por função e/ou objetivo a inferência dos conhecimentos produzidos, os resultados encontrados na análise nos permitem retornar às causas das comunicações. Um olhar atento às falas das pessoas pode nos levar a descobrir elementos que antes, diante de uma leitura imediata, não havíamos percebido (BARDIN, 1977, p. 38): “o interesse não reside na descrição dos conteúdos, mas sim no que estes nos poderão ensinar após serem tratados [...]”.

Essa técnica de análise objetiva estudar as ideias da ação humana e não as palavras em si. Dessa maneira, permite que seja aplicada ao conteúdo de livros, revistas, discursos, propagandas, registros de voz ou imagem, discussão em grupos, entrevistas, etc. (MARCONI; LAKATOS, 1996; FREITAS; MELLO; CUNHA, 1997). O comportamento ou as ideias das pessoas podem ser expressas de forma verbal ou escrita, sendo que, ao realizarmos as análises das mensagens por meio da análise de conteúdo, devemos nos atentar para resumir e organizar os dados obtidos, para que assim possamos examinar as expressões do grupo estudado (FREITAS; JANISSEK, 2000).

As falas das pessoas nos trazem fatos e relações, que, quando escolhidos, descritos e interpretados pelo próprio indivíduo, nos mostram o que direciona suas vidas (ROMANELLI, 1998). O objetivo é compreender melhor as falas encontradas, aprofundando suas características e obter, dessa maneira, os pontos mais relevantes (RICHARDSON, 2008).

Dessa maneira, a análise de conteúdo nos auxiliou no sentido de identificar as representações instituídas sobre responsabilidade profissional (pelos profissionais de Educação Física atuantes em programas de musculação), visto que o objetivo foi identificar os sentidos dessas representações, mas, se elas existiam ou não, e se existiam, quais os temas mais recorrentes (que aparecem com maior força) nas falas dos profissionais.

É importante destacarmos que a análise de conteúdo segue algumas fases para que possa ser efetuada. Primeiramente, realiza-se a pré-análise; posteriormente, a análise do material; e, por último, a inferência e interpretação dos resultados (BARDIN, 1977; TRIVIÑOS, 1987; RICHARDSON, 2008).

As etapas da análise podem ser entendidas da seguinte maneira: a fase de pré-análise se configura por ter alguns objetivos a cumprir, por exemplo, a escolha dos documentos a serem analisados, a formulação de hipóteses e a prévia formulação de indícios que irão auxiliar a interpretação final (BARDIN, 1977; RICHARDSON, 2008). Dois procedimentos são vistos como fundamentais, são eles: a leitura flutuante, que foi realizada no intuito de termos um primeiro contato com os documentos que foram analisados e, posteriormente, a escolha dos documentos que fariam parte da análise. Ainda na fase de pré-análise, deve-se atentar para temas que sejam mencionados e/ou percebidos como importantes para o entrevistado, até por que esses é que servirão para iniciar o processo de categorização e codificação dos dados (BARDIN, 1977).

Seguindo esses procedimentos, fizemos a exploração do material, que foi caracterizada pela transformação dos dados em unidades de registro a partir das frases ou orações. Após essa etapa, realizamos um recorte das falas e as classificamos de modo a permitir a escolha das categorias que iriam compor a análise dos dados. O intuito ao utilizar as frases dos entrevistados esteve atrelado à tentativa de identificar os valores, atitudes, crenças e opiniões (RICHARDSON, 2008), referentes ao tema responsabilidade profissional que se apresentava nos discursos selecionados.

Desse modo, estabelecemos como técnica de análise de conteúdo a análise por temas e categorias, que se baseia na interpretação do significado de um texto em diferentes elementos, que são classificados e agrupados de acordo com o problema pesquisado (LAVILLE; DIONNE, 1999; RICHARDSON, 2008).

No processo de análise dos dados, estabelecemos, *a priori*, temas centrais¹⁴ que tinham relação com os assuntos abordados nas entrevistas, sendo que o desdobramento desses temas e o entendimento de expressões e frases utilizadas pelos entrevistados foi fundamental para a classificação das categorias (RICHARDSON, 2008). Todos os temas foram abordados associados à ideia de

¹⁴ Os temas abordados nas entrevistas estiveram relacionados aos fatores que compõem a Responsabilidade Profissional segundo o Código de Ética dos Profissionais de Educação Física (CONFEF, 2013). Dessa maneira, ficaram divididos da seguinte maneira: 1) Deveres do profissional de Educação Física; 2) Conhecimento especializado; 3) Experiência profissional; 4) Autonomia profissional; 5) Infrações e penalidades; 6) Valores e crenças; 7) Competências do profissional.

responsabilidade profissional e à maneira como os profissionais significaram cada um deles, considerando o tipo de trabalho que desenvolviam.

As categorias de análise foram estabelecidas, *a posteriori*, levando em consideração a presença de elementos que se fizeram presentes nas falas dos entrevistados, perante cada tema abordado. A categorização é entendida como “o procedimento essencial da Análise de Conteúdo, visto que elas fazem a ligação entre os objetivos de pesquisa e seus resultados” (FREITAS; JANISSEK, 2000, p. 46). A escolha das categorias é vista como parte essencial da análise de conteúdo, por permitirem a ligação entre o objetivo do estudo e os resultados encontrados (FREITAS; MELLO; CUNHA, 1997).

É através da escolha das categorias que podemos explorar as falas dos entrevistados, para então verificar o que delas irão surgir: “Classificar elementos em categorias, impõe a investigação do que cada um deles tem em comum com outros. O que vai permitir o seu agrupamento, é a parte comum existente entre eles” (BARDIN, 1977, p. 118). Deve-se ter o cuidado em evitar escolher categorias muito particulares e em grande quantidade, reproduzindo, dessa forma, todo o texto. Também deve-se atentar para que as categorias não sejam elaboradas de maneira superficial, não revelando, dessa forma, a distinção entre os elementos que compõem a mensagem (FREITAS; MELLO; CUNHA, 1997).

As categorias, para que sejam válidas, devem ser direcionadas pelas seguintes regras: ser homogêneas, exaustivas, exclusivas, objetivas e adequadas ou pertinentes (BARDIN, 1977; RICHARDSON, 2008). Essas divisões em temas e categorias fazem parte da análise de conteúdo e têm por objetivo considerar as significações das palavras, ou seja, entender fatores de ordem psicológica, sociológica e histórica que influenciam aquilo que é dito ou escrito (BARDIN, 1977). A codificação dos dados por meio da categorização é um método subjetivo e clássico da análise de conteúdo, mas, ao final, representa a realidade específica da população estudada (FREITAS; JANISSEK, 2000).

Por último, temos o tratamento dos resultados obtidos e sua interpretação. Esta é compreendida como sendo os significados que vamos atribuir às características das mensagens que encontrarmos: “a análise de conteúdo procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça” (BARDIN, 1977, p. 44). A autora alerta que, se conseguirmos condensar e realçar informações importantes da fase de análise, podemos chegar a resultados significativos, que

darão a possibilidade de realizar inferências sobre o objetivo proposto e, dessa maneira, antecipar as interpretações que serão realizadas sobre os dados encontrados.

A inferência (ou deduções lógicas) pode associar-se a dois tipos de problemas: às causas ou antecedentes que resultaram na produção de determinada mensagem e às consequências/efeitos dessa mesma mensagem produzida. Inferir algo sobre o conteúdo estudado nos permite compreender o sentido da comunicação e também olhar outro significado para o mesmo conteúdo; ou seja, realçar aspectos “de natureza psicológica, sociológica, política, histórica, etc.” (BARDIN, 1977, p. 41) associados às comunicações.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

Tivemos como questão central da pesquisa descobrir a representação social de responsabilidade profissional, a partir do ponto de vista dos profissionais de Educação Física atuantes como instrutores de musculação. As representações sociais sempre estarão atreladas em um sujeito (no caso os profissionais de Educação Física) e um objeto (a responsabilidade profissional) (JODELET, 2001; MOSCOVICI, 1978). Como a intenção foi identificar se existiam, no grupo, representações sobre o tema responsabilidade profissional, não nos ativemos a avaliar as mensagens no sentido de criticar ou julgar o que foi encontrado, mas, sim, compreender como pensam e por que pensam dessa maneira o objeto do estudo.

Dessa maneira, organizamos a apresentação e discussão dos dados da seguinte maneira:

- 1) Num primeiro momento apresentamos a caracterização dos respondentes.
- 2) Num segundo momento apresentamos a caracterização do local de intervenção.
- 3) E, por último, apresentamos as concepções de responsabilidade profissional e os possíveis fatores intervenientes nas ideias apresentadas pelos profissionais participantes do estudo.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS RESPONDENTES

As questões referentes à caracterização dos respondentes nos permitiu identificar os seguintes dados:

- a) Leandro¹⁵: atuava como instrutor de musculação e *personal trainer*¹⁶. Leandro era natural da cidade de Ourinhos e mudou-se para Londrina-PR por influência de um docente da graduação, buscando melhores oportunidades de

¹⁵ Optamos por alterar os nomes dos participantes para manter, assim, a confidencialidade e identidade dos profissionais.

¹⁶ Todos os entrevistados atuavam mais vinte e cinco a trinta horas semanais como *personal trainer*, tendo por objetivo o aumento dos lucros mensais enquanto Profissional de Educação Física.

emprego e estudo. A insatisfação de Leandro em relação ao salário pago o fez pedir demissão do emprego¹⁷ (após nove meses de trabalho) e atuar somente como *personal trainer* (função exercida por ele fora do horário de trabalho).

b) Bárbara¹⁸: atuava como instrutora de musculação e *personal trainer*. Um fator mencionado por Bárbara foi a intenção de não atuar mais na área, tendo como objetivo principal (quando a pesquisa foi realizada) a tentativa de prestar concursos em outras áreas e manter uma estabilidade financeira. Assim como Leandro, ela pontua que o salário recebido é baixo, o que culminou na sua decisão de não atuar mais como instrutora de musculação.

c) Luciana: atuava como instrutora de musculação, supervisora¹⁹ do horário e *personal trainer*. Por ter o cargo de “supervisora do horário”, Luciana adotava uma postura mais severa, rígida e de cobrança constante dos estagiários do horário. Essa era uma estratégia adotada para evitar possíveis equívocos de intervenção que culminariam em penalidade aplicada à própria profissional. Como fator secundário, essa estratégia era uma maneira de evitar uma relação de muita intimidade entre ela e os demais colegas de trabalho, já que Luciana relata ter tido problemas no emprego anterior como consequência das posturas adotadas na intervenção.

d) Larissa: atuava como instrutora de musculação, professora de ginástica e *personal trainer*. Larissa, assim como os demais, não possuía pós-graduação na área de Educação Física, mas estava finalizando sua segunda graduação (em nutrição), tendo a intenção de agregar serviços às funções desempenhadas. A familiaridade com esportes e o bom condicionamento físico (devido ao período de infância e adolescência vividas no sítio) foram fatores que, no ponto de vista de Larissa, auxiliaram para que ela escolhesse cursar Educação Física.

Em relação à caracterização do respondente, o perfil dos participantes do estudo pode ser descrito da seguinte maneira:

¹⁷ Quando realizamos a pesquisa, Leandro ainda atuava como instrutor de musculação.

¹⁸ Leandro e Bárbara atuavam na mesma academia.

¹⁹ Os profissionais que atuavam como supervisores do horário ficavam responsáveis por: instruir que funções os estagiários deveriam cumprir, orientá-los em relação à prescrição e orientação dos treinos de musculação; verificação dos treinos prescritos pelos estagiários; deveriam ainda encaminhar os novos “alunos” a algum estagiário do horário; verificar o bom funcionamento dos equipamentos; comunicar ao coordenador e/ou gerente problemas maiores a serem resolvidos.

a) Tempo de formação: Leandro, Bárbara, Luciana estavam formados há 2 anos e Larissa há 4 anos.

b) Em relação à idade: Leandro e Luciana tinham 23 anos, Larissa tinha 24 anos, e Bárbara tinha 27 anos.

c) Tipo de formação: todos os profissionais eram formados no curso de bacharelado em Educação Física; apenas a participante Luciana apresentava a formação em bacharel e licenciatura.

d) Formação continuada: nenhum dos profissionais entrevistados possuía pós-graduação. Apenas Larissa relatou estar finalizando o curso de graduação em nutrição.

e) Local de formação profissional: Bárbara, Luciana e Larissa foram formadas na cidade de Londrina-PR, pela Universidade Norte do Paraná (particular), e Leandro na cidade de Ourinhos-SP, pela Faculdade Estácio de Sá (particular).

f) Das atividades realizadas: Leandro e Bárbara realizavam 02 atividades (instrutor (a) de musculação e *personal trainer*); Luciana desempenhava a função de instrutora, *personal trainer* e supervisora do horário trabalhado totalizando 3 atividades realizadas; Larissa realizava 3 atividades (instrutora de musculação, *personal trainer* e professora de ginástica). As funções realizadas como instrutor de musculação estavam relacionadas à prescrição, acompanhamento e avaliação do treinamento (que incluía funções como ensinar, corrigir e auxiliar na execução dos exercícios propostos e regulagem do maquinário); supervisão e organização da sala de musculação; manutenção dos aparelhos; interpretação da avaliação física para elaboração do treinamento e auxílio dos estagiários na aprendizagem da prescrição de treinamentos, atendimento e cumprimento das funções estabelecidas pela chefia.

g) Quantidade de horas trabalhadas como instrutor (a): Leandro trabalhava 25 horas semanais; Bárbara trabalhava 20 horas semanais; Luciana trabalhava em média 35 horas semanais (incluindo a atividade de supervisão), Larissa trabalhava 25 horas semanais na musculação (mais 12 horas com aulas de ginástica). Todos eles relataram que além das horas trabalhadas pela empresa também atuavam com o treinamento personalizado, o que acrescentava em média mais 20 a 25 horas semanais na carga horária de trabalho.

h) A faixa de rendimento apresentada pelo serviço de instrutor de musculação esteve entre R\$ 650,00 e R\$ 670,00²⁰ (variando pela quantidade de horas trabalhadas). Somente Luciana, que trabalha também como supervisora do horário, relata receber um salário de R\$ 1.000,00 a R\$ 1.200,00 pelos serviços prestados. A faixa de rendimento total, incluindo as horas trabalhadas como *personal trainer*, esteve entre R\$ 2.000,00 e R\$ 2.500,00.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DE INTERVENÇÃO

Em relação à caracterização do local de intervenção, identificamos os elementos referentes ao perfil das chefias, das academias e dos beneficiários.

a) Características do proprietário do estabelecimento (formado em que área): Leandro e Bárbara relatam que os proprietários são formados em Educação Física (licenciatura plena); Luciana expõe que o estabelecimento conta com três sócios (investidores) cuja formação ela desconhece, mas que o gerente e o coordenador do local são formados em Educação Física, e que são eles os responsáveis pelas decisões do local de trabalho; Larissa relata que os dois sócios majoritários (que possuem o maior percentual do estabelecimento) também são formados em Educação Física.

b) Características do estabelecimento (academia): todas as academias estavam localizadas na região central da cidade de Londrina. A academia de Leandro e Bárbara possuía os serviços de musculação, grupo de corrida, *personal trainer* e avaliação física (optativa). A academia de Luciana oferecia os serviços de musculação, ginástica, treinamento funcional, lutas, nutricionista e avaliação física (“optativa”). A academia de Larissa oferecia o serviço de musculação, ginástica e avaliação física (obrigatória), lutas, grupo de corrida, nutricionista e pilates. Todos os estabelecimentos estavam localizados na região central da cidade de Londrina e contavam com uma média de 450 a 1.300 matriculados. Os valores das mensalidades ficavam entre R\$ 90,00 e R\$ 120,00.

c) Características dos beneficiários:

²⁰ O valor do salário mínimo nacional vigente quando a coleta foi realizada era de R\$ 678,00. E os valores do salário mínimo no Estado do Paraná estavam entre R\$ 882,59 a R\$ 1.018,94.

- Em relação à idade: os entrevistados Leandro e Bárbara relatam atender um público que varia em média de 15 até 60 anos; Luciana relata atuar junto a pessoas de 18 até 40 anos, e Larissa atua junto a pessoas de 35 a 55 anos (Larissa diz que o estabelecimento passou, recentemente, por alterações no valor da mensalidade cobrada, na tentativa de mudar o público atendido, que antes era na faixa etária de 15 a 25 anos).

- Em relação à classe socioeconômica: os beneficiários são classificados pelos entrevistados como classe média a média alta. Quando questionados sobre como conseguiam identificar o nível socioeconômico dos beneficiários, os participantes relataram fatores como vestimenta, automóvel, características das conversas, nível de conhecimento dos frequentadores, as características do lazer dos beneficiários, o valor da mensalidade cobrada pelo estabelecimento (“*valor alto*”), a ação de os beneficiários realizarem também o acompanhamento com nutricionista e muitas vezes acabarem contratando o serviço de *personal trainer*.

- Em relação às condições físicas: todos os profissionais relatam que a maior parte do público atendido é de pessoas com condição física normal²¹. Apenas Larissa relatou atuar com dois casos diferenciados, em que um beneficiário tem deficiência visual e outros dois têm deficiência física. Os demais casos citados pelos entrevistados referem-se a problemas relacionados à coluna vertebral (“*hérnia de disco, escoliose, lordose*”) e casos pós-cirúrgicos.

4.3 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE RESPONSABILIDADE PROFISSIONAL

A terceira parte da entrevista esteve relacionada às representações de responsabilidade profissional e os possíveis fatores intervenientes nas ideias apresentadas pelos profissionais participantes do estudo. Os temas presentes na entrevista estiveram relacionados a²²: 1) Deveres do profissional de Educação Física; 2) Conhecimento especializado; 3) Experiência profissional; 4) Autonomia

²¹ Os entrevistados classificavam como normais as pessoas que não possuíssem nenhum tipo de deficiência.

²² Os temas abordados na entrevista tiveram por base as responsabilidades apresentadas no Código de Ética dos Profissionais de Educação Física (CONFED, 2013).

profissional; 5) Infrações e penalidades; 6) Valores e crenças; 7) Competências do profissional.

4.3.1 Elementos da Responsabilidade Profissional: A Compreensão dos Profissionais de Educação Física

As falas encontradas permitiram classificar os dados em três categorias de análise: 1) “Conhecimento”, 2) “Postura profissional” e 3) “Individualidade do aluno”²³. O objeto responsabilidade profissional será, portanto, confrontado com todas as categorias de análise.

4.3.1.1 Categoria 1: O “Conhecimento” como elemento da responsabilidade profissional

Ao iniciarmos o processo das entrevistas, tivemos o intuito de identificar, nas falas dos entrevistados, os indícios de como eles representavam a responsabilidade profissional de acordo com suas crenças, valores e história de vida. A fim de esclarecer o modo como a entrevista foi organizada, procuramos iniciá-la perguntando questões mais simples para depois iniciarmos as questões que abordassem temas mais delicados.

Pelo fato de (desde o início) explicar aos profissionais o objetivo pretendido e a importância de compreender a maneira como eles realmente pensavam a responsabilidade profissional, não sentimos dificuldade em relação ao que foi perguntado e os posicionamentos adotados por eles durante a entrevista. Até porque, como iniciamos perguntando por dados pessoais (local de formação, tempo de formado, idade, funções exercidas, etc.), ao chegar à terceira parte da entrevista, percebemos que os entrevistados já se sentiam mais à vontade e dispostos a colaborar com a pesquisa.

Abaixo apresentamos a terceira parte do roteiro da entrevista realizada, referente à responsabilidade profissional:

²³ Os nomes dados às categorias de análise estão entre aspas, pois se referem aos termos utilizados pelos profissionais.

- 1) Você poderia me falar um pouco sobre o que você faz no seu trabalho?
- 2) No seu entender, o que deveriam ser considerados deveres dos profissionais de Educação Física que atuam na área?
- 3) Como você descreveria um profissional competente?
- 4) Quando você observa a atuação de outros profissionais, ou pensa na sua própria atuação (profissional), como você descreveria possíveis infrações, no sentido de não cumprir com um dever profissional?
- 5) Você poderia me dar um exemplo de uma atuação profissional irresponsável?
- 6) Em sua opinião, como os conhecimentos que você possui auxiliam nas suas escolhas na atuação profissional? E sua experiência?
- 7) Uma das particularidades do seu trabalho está relacionada ao fato de você atuar diretamente com os anseios da população atendida em relação à atividade física. O que você consideraria ser a diretriz (o que vai nortear) para sua atuação profissional?
- 8) Considerando as normas estabelecidas pela empresa e sua relação com a “chefia”, você alguma vez precisou abdicar de uma atitude que achava mais conveniente para a situação para se enquadrar no que a empresa exige?
- 9) O que você define como essencial para que a sua atuação como profissional de Educação Física seja considerada segura?
- 10) Você poderia me falar um pouco sobre o que você entende por responsabilidade profissional?
- 11) Em sua opinião, qual o impacto que as normas estabelecidas pelo CONFEF/CREF, através do código de ética, interferem no modo como você pensa a responsabilidade profissional?
- 12) O que você jamais faria enquanto profissional responsável? Você poderia me dar exemplos?

A partir das respostas dadas pelos entrevistados, identificamos como tema recorrente e um dos atributos centrais da responsabilidade profissional a

importância de o profissional de Educação Física possuir o conhecimento específico da área para poder intervir junto à população atendida. Durante as entrevistas, quando questionados sobre por que acreditavam ser o conhecimento uma característica importante da responsabilidade, encontramos as seguintes falas:

Bárbara: “[...] Como que uma pessoa sem conhecimento pode montar um treino sem lesionar, sem machucar ou prá corrigir, saber a necessidade?”.

Larissa: “[...] o conhecimento te traz segurança do que você tá fazendo ou não. Quando você sabe... ah eu sei aquilo, mas será que eu sei mesmo? Aí já vem a insegurança, aí você já não sabe se você vai passar aquele exercício, se vai ser um exercício efetivo, se você vai conseguir atingir os objetivos do aluno, se você vai conseguir ter o resultado que você pretende. Então eu acho que o conhecimento nesse caso é tudo. É o ponto fundamental”.

Na fala de Bárbara, identificamos a necessidade dos conhecimentos específicos da área, por exemplo: domínio da execução correta dos movimentos propostos; saber adequar o programa de treino de acordo com as necessidades de cada “aluno”, sendo que não possuir esses conhecimentos pode ser um caminho para cometer infrações. Na fala de Larissa, notamos também o conhecimento como ponto fundamental para poder atuar de maneira adequada no planejamento, prescrição e avaliação do treinamento proposto ao “aluno”, sendo que a entrevistada faz associação direta entre a ideia de uma intervenção com segurança baseada no conhecimento que possui. Nesse sentido, essa relação entre conhecimento e segurança o afasta de correr os riscos do insucesso de sua atuação como profissional:

Larissa: “[...] isso é muito cobrado, a parte de você saber trabalhar, saber qual exercício prescrever, saber falando de, anatomicamente falando, você tem que saber qual exercício você faz que abrange aquela região, quais fibras musculares são recrutadas, qual angulação do movimento que você pode fazer, que não vai prejudicar aquele indivíduo”.

A prática de exercícios físicos muitas vezes vem associada, pelo grupo profissional bem como pela sociedade, como meio para promoção da saúde, formação cidadã, inclusão social e outros tantos discursos que fazem parte dos valores relativos à cultura profissional em Educação Física. Mas é importante lembrar que a presença de um profissional da área (que tenha o domínio sobre os

conhecimentos e habilidades especializadas) é fundamental para que a intervenção seja realizada de maneira a evitar um programa de exercícios mal orientado e que ofereça riscos para quem o pratica (STEINHILBER, 2006).

Um elemento importante para direcionar o bom uso desse conhecimento é o fato de o Profissional de Educação Física não abusar de sua “superioridade técnica” para decidir (de maneira arbitrária) sobre a condução da vida do beneficiário, no que diz respeito ao seu campo de atuação. A partir do momento em que o especialista explica e orienta o beneficiário sobre riscos, consequências, malefícios em relação a fatores intervenientes²⁴ de um programa de exercícios físicos e mesmo assim o indivíduo opta por realizá-los, fica o profissional isento de culpa, caso algum dano venha ocorrer. Se a situação for diferente, se o próprio especialista intervier de modo a expor seu beneficiário a riscos, muitas vezes injustificados, então deverá responder por efetivar uma intervenção descuidada e omissa em relação aos seus deveres profissionais (SILVEIRA, 2002).

Uma das características de um grupo profissional é possuir a capacidade de resolução dos problemas com base nos conhecimentos específicos que o grupo profissional possui (ABBOTT, 1988; FREIDSON, 2009; LARSON, 1977). Dessa maneira, controlam a essência do trabalho realizado, desenvolvendo a capacidade de intervir sobre a realidade daquele indivíduo, adequando o conhecimento que possuem às necessidades das pessoas (FREIDSON, 2009). Os conhecimentos utilizados pelos especialistas podem ser obtidos e transformados com base no contexto em que intervêm, assim como com base na história de vida e formação a que foram submetidos (FONSECA; SORIANO; NAKAMURA, 2007).

Os entrevistados também relatam suas estratégias em casos em que os usuários de seus serviços apresentavam algum tipo de “*limitação de saúde*”, que pudesse oferecer maior risco em relação ao cumprimento de uma rotina de exercícios físicos. Mesmo não sendo a maior parte do público atendido, existe uma crescente procura pelo exercício físico pelas pessoas que apresentam limitações,

²⁴ Poderíamos citar como exemplos desses fatores intervenientes algum problema de saúde do beneficiário que venha dificultar a efetivação das atividades, oferecendo riscos à vida; o uso de esteroides anabolizantes; a execução de maneira errada dos exercícios propostos; a utilização de equipamentos que não estejam em boa conservação e/ou adequados para o bom desenvolvimento das atividades; o excesso de exercícios físicos desenvolvidos num mesmo dia; a intensidade e sobrecarga inadequadas ao nível de desenvolvimento do beneficiário, etc.

como “*cardiopatas, diabéticos, população especial*”, por exemplo. Ao se deparar com essas condições, o profissional é levado à necessidade de buscar e adquirir os conhecimentos necessários para sua intervenção de maneira segura. Em todos os discursos coletados, identificamos situações relacionadas à presença de restrições, do beneficiário e a postura que os profissionais adotaram em relação ao caso:

Leandro: “O caso mais grave que teve aqui, que eu vi, foi um rapaz que ele tem pino em todas as cervi...(pensativo) vértebras. Ele tinha uma escoliose muito gigantesca, aí ele fez a cirurgia, corrigiu e mesmo a cirurgia corrigindo dava prá ver, é visível, como ele é... (pensativo) como ele tinha escoliose. [...] Era bem complicado porque imagina um moleque de 18 anos, cheio de coisa na cabeça, é...(pensativo), ele queria ser forte. Então quando possível era um olho no peixe e outro olho no gato, sempre colocando ele em máquina, esse tipo de coisa. Mas na maioria das vezes eu tentava ficar bem de olho nele, sabe?”.

Larissa relata que no estabelecimento onde ela atua, para poder intervir de maneira segura, cada profissional procurou realizar um curso de especialização²⁵ voltado a um tipo específico de público. A profissional relata que uma colega de trabalho (que atua no mesmo estabelecimento) está finalizando um curso para deficientes visuais e foi impulsionada a realizá-lo devido à presença de um “*aluno*” com essa característica.

Leandro apresenta um caso em que precisou intervir com um “*aluno*” que apresentava limitações físicas (especificamente na coluna), mas que utilizou como estratégia, para não causar prejuízos ao beneficiário, a prescrição de exercícios de maneira segura, optando por execuções mais simples e utilizando a postura sentada ou exercícios com apoio.

Luciana descreve que, normalmente, quando o beneficiário possui algum problema de saúde, ela procura prescrever o treino e acompanhá-lo, até por que é a única profissional formada em seu período de trabalho e será responsabilizada por algum dano causado ao “*aluno*”.

Bárbara se refere ao atendimento de um caso pós-cirúrgico e diz que na época não tinha segurança para intervir com o beneficiário, já que considerava não possuir conhecimento suficiente para prescrever um programa de

²⁵ Larissa não soube informar se os cursos realizados pelos pares profissionais eram cursos de finais de semana ou se eram cursos de pós-graduação relacionados a populações especiais.

treino específico ao caso dele. A estratégia utilizada por Bárbara foi, num primeiro momento, prescrever um treinamento somente para membros superiores, como maneira de manter a segurança do “aluno”, evitando, dessa forma, danos ou riscos. Num segundo momento, optou por conversar com pares e pesquisar sobre possíveis exercícios que poderiam ser prescritos com base em artigos vistos na internet:

Bárbara: “Uma vez eu peguei um caso de um menino que ele tinha acabado de fazer uma cirurgia de ligamento no joelho, e eu não sabia como agir [...]. Só que eu fiquei com medo de passar exercício pra ele, a princípio, falei meu Deus o que eu vou fazer?”.

Cada profissional, a partir de seu conjunto de conhecimentos, busca realizar uma intervenção adaptada às particularidades dos beneficiários de acordo com a situação específica encontrada. A ideia de segurança presente nas falas dos profissionais remete à: “*presença mínima de erros e danos*”; “*convicção de o profissional estar intervindo com sucesso*”, trazendo bons resultados aos beneficiários e a ideia do “*profissional como aquele em quem se pode confiar*”, pois possui conhecimentos e habilidades específicas para os problemas referentes aos programas de exercícios físicos. O fato de o profissional trazer os resultados esperados ao beneficiário, fundamentados pelo conhecimento que possuem, será fator preponderante para que o grupo profissional obtenha cada vez mais confiança e respeito da sociedade (FREIDSON, 2009).

Os entrevistados também relatam que, para saber se obtiveram sucesso nas escolhas realizadas por eles, utilizam, na maior parte das vezes, o retorno dos próprios “alunos”. A partir do que os beneficiários relatam e do ato de solicitarem aos profissionais para que continuem a prescrever e orientar o programa de treinamento garante-se uma confiança de que o trabalho está sendo realizado de forma efetiva.

A confiança e credibilidade da sociedade são fatores que conferem posição favorável ao grupo profissional, sendo essa característica obtida a partir do momento em que os membros de um grupo convencem a população de que os profissionais daquela área são a autoridade mais segura para lidar com os problemas das pessoas (ABBOTT, 1988; FREIDSON, 2009; LARSON, 1977). Dessa maneira, é ponto fundamental o grupo profissional sempre saber mais e fazer mais do que o público espera, aumentando assim a crença de que os membros da

profissão em questão são os únicos que possuem qualificação para realizar as tarefas de maneira segura (FREIDSON, 2009).

Outro ponto identificado em relação à segurança profissional está relacionado à imagem corporal que o profissional possui. Os entrevistados colocam que um dos fatores para que o beneficiário sinta-se seguro é sua própria imagem, sua “boa aparência” como sinônimo de conhecimento. Dessa maneira, acreditam na existência de uma relação entre imagem e conhecimento, o que pode levar a uma relação de maior confiança do público atendido:

Leandro: “[...] você estar bem, você transmitir saúde, sua especialidade é ser professor de Educação Física. [...] Por que você não vai num dentista banguelo, entendeu? E eu sempre sinto isso, uma vez um professor falou pra mim e eu concordo. Então acho que você não precisa ser um marombado, ou fortão, mas eu acho que você tem que transmitir saúde”.

Os entrevistados também relatam que é fundamental a ideia de, através do quanto sabem, poder transmitir ao “aluno” segurança ao executar o programa de exercícios físicos. Isso deve ser efetivado, segundo os profissionais, através de argumentações, explicações e esclarecimentos sobre cada detalhe do treinamento, bem como as opções realizadas pelo profissional. Relatam que, atualmente, o público está mais bem informado devido à presença de temas que abordem a atividade física na mídia, o que exige do profissional a constante busca pelo conhecimento e a prescrição segura do treino e adequada a cada caso:

Larissa: “[...] desde o primeiro instante, quando o aluno vai fazer pela primeira vez aquele exercício, a demonstração correta é pra que não haja erros. Você deixa claro pro aluno: ‘ó nesse exercício a gente tá priorizando essa região da musculatura, essa parte do corpo’. ‘Ah, mas eu tô sentindo dor nas costas’, por exemplo, ‘então você não tá fazendo da forma correta’. Então vamo fazer de novo, diminuir a carga, priorizar pra você sentir essa região”.

Mesmo demonstrando a preocupação em dar explicações e demonstrar os exercícios, o exemplo dado pela entrevistada demonstra um erro profissional, materializado na inadequação da sobrecarga posta ao beneficiário que teve como resultado a execução incorreta do exercício. Esses e muitos outros exemplos que ocorrem no cotidiano do profissional de Educação Física são indicadores de que a intervenção não vem ocorrendo da maneira mais apropriada e

que as estratégias adotadas pelos especialistas nem sempre são as mais indicadas para a situação.

O ato de o profissional de Educação Física atuar junto à população leva-nos a pensar que o grupo sempre deverá convencer os indivíduos que utilizam seus serviços de que as estratégias utilizadas pelo profissional são as melhores, as mais seguras, as mais apropriadas para o caso atendido (FREIDSON, 2009). Essa pode vir a ser uma maneira de o público confiar mais no trabalho desenvolvido, bem como um estímulo para mover o profissional em direção à busca constante do conhecimento e dos cuidados ao intervir.

Ainda quando questionados em relação à importância atribuída ao conhecimento e à relação com a responsabilidade, os profissionais apontam a pouca contribuição da formação inicial, mais especificamente do curso de graduação, para auxiliar com os conhecimentos específicos necessários para a área de atuação atual. O discurso dos participantes expõe que esse período deveria ser uma parte do processo para aquisição dos conhecimentos específicos da Educação Física:

Luciana: “Primeiro, na faculdade eu não aprendi nada... do que eu vejo aqui, poucas vezes eu tive aulas dentro da academia. Nada... o que eu aprendi hoje de academia foi da vivência dentro de academia. Não na faculdade. Agora é lógico, na teoria a gente aprende, mas é muito pouco (ênfatisa). Por exemplo, uma fisiologia, uma biomecânica, é tão pouco que hoje se você quiser você tem que voltar e fazer uma pós-graduação pra você se especializar, por que não foca.”

Larissa: “[...] eu acho que quatro anos de graduação em Educação Física é muito pouco pra te passar tudo o que você tem que conhecer na vida prática. Então você estuda, você tem aquele embasamento, cê saiu da faculdade daí você cai no mercado de trabalho, no mercado de trabalho nem sempre você encontra aquilo que você viu na faculdade. Então é aquela história, a prática nem sempre é igual à teoria, enfim, você às vezes vê uma coisa na faculdade daí quando você cai na vida profissional você vê que a realidade é totalmente diferente, você vai colocar em prática é totalmente diferente” [...].

Podemos identificar nas falas dos entrevistados uma relação de distanciamento entre teoria e prática em suas graduações: Leandro declara que as disciplinas que abordavam os temas referentes à musculação foram ministradas de maneira superficial. Bárbara relata também que a graduação foi deficiente e que dificultou sua inserção no mercado de trabalho, gerando inseguranças em relação a

como atuar e como planejar e prescrever um treinamento de maneira não lesiva ao “aluno”. Larissa acredita que o tempo de quatro anos é insuficiente para que o futuro profissional possa sair qualificado para a intervenção, além do que a profissional também declara o distanciamento entre as disciplinas abordadas no curso e a prática profissional. Já Luciana, além de colocar a relação teoria/prática distanciada, acredita que houve pouca prática que tratasse das questões específicas de sua área de atuação, o que levou à necessidade de realizar cursos de especialização após o término do período de graduação.

Os entrevistados destacam também que a “disciplina de ética”, que poderia dar um suporte maior para que compreendessem as responsabilidades profissionais (associadas ao campo de atuação do profissional de Educação Física), foi ministrada em pouco tempo e no início do curso. Esse fator dificultou a compreensão da importância dos assuntos abordados, já que os entrevistados julgaram ser um período de imaturidade do estudante.

Os profissionais entrevistados mencionam que um dos componentes que auxiliaram nas posturas que adotam hoje estão relacionados às observações que fizeram da postura profissional de seus professores universitários, através de exemplos que julgavam como positivos ou negativos. Essas posturas transmitiram valores que foram incorporados pelos profissionais em sua maneira de intervir:

Leandro: “Me inspirei em vários professores meus, é, tanto em atitudes que eu tomaria como em atitudes que eu não tomaria na minha profissão”.

Luciana: “Eu tive uma matéria de ética, que teve na faculdade, o professor era muito bom, mas foi no começo da faculdade, eu entrei com 17 anos na faculdade. Eu acho que tinha que ter colocado no final do curso”.

A observação da conduta desses professores, bem como as disciplinas que abordavam temas referentes à responsabilidade profissional, só vieram a fortalecer e complementar os valores e as convicções que os profissionais já possuíam, segundo eles, resultado de sua educação familiar:

Bárbara: “Eu tive um semestre de aula de ética né, era praticamente as mesmas coisas que eu seguia, assim, algumas coisas você acaba acrescentando, mas a maioria algumas coisas que eu seguia”.

Luciana: “Ah, eu acho que não vem da profissão não, eu acho que vem de lá da educação”.

O fato de os docentes serem vistos como um modelo a ser seguido e como agentes formadores de opinião deve ser considerado, sendo motivo de reflexão de como a aprendizagem de valores se dá nos cursos de graduação em Educação Física (SILVERA, 2003). As atitudes dos docentes podem ser motivo de muitos posicionamentos adotados pelos futuros profissionais, o que podemos identificar no discurso de Leandro, quando diz que se mudou de sua cidade natal para Londrina por incentivo de professores que teve na graduação:

Leandro: “Minha educação que eu tive em casa, o convívio com alguns professores que eu tive na faculdade, que eu tive professores que até me influenciaram a vir para cá, é (pensativo), que me estimulou. E exemplos ruins também, por que eu vendo aquele exemplo eu não quero aquilo pra mim, então eu não faço, entendeu?”.

Outro elemento identificado nos discursos dos profissionais foi a falta de vínculo entre a atualização profissional e as pesquisas realizadas na área. Nesse sentido, apesar de a Educação Física estar constituída e presente nas Universidades, realizando pesquisas que produzem conhecimentos e reflexões sobre a área e sobre a maneira como ela se configura, percebemos que esses fatores não aparecem como sendo orientadores do processo de intervenção profissional. Fato que foi identificado nos discursos que remetem à busca de conhecimento em sites na internet, pares profissionais, grupos de estudos do próprio local de intervenção e cursos de final de semana:

Luciana: “Curso de Educação Física, musculação, alongamento, direcionado a academia, cursos de final de semana”.

Bárbara: “[...] Sempre que eu tenho tempo eu procuro ver, algum exercício, alguma matéria que sai, às vezes os meninos comentam alguma coisa a gente vai e lê”.

Larissa: “Bastante congressos, Jopéf, eu fui pra dois Jopéfs, é cursos de final de semana, geralmente esses”.

Um fator influenciador para esta situação pode estar associado à produção de conhecimento, enfática às necessidades de áreas como anatomia, fisiologia, psicologia, biomecânica, contribuindo muito pouco aos reais problemas de intervenção. Um segundo elemento refere-se à especialização e fragmentação do conhecimento que se produz na área, o que distancia as pesquisas realizadas e o

conhecimento produzido, da realidade vivenciada pelos profissionais de Educação Física (ANTUNES, 2003; SORIANO, 2009, 2010; VERENGUER, 2004).

Seja pelo distanciamento entre teoria e prática, seja pelo pouco tempo de curso, pela superficialidade das disciplinas ou pela falta de pesquisas que retratem os problemas de intervenção, essa situação pode ocasionar um sentimento de insegurança no profissional, sendo sua atuação marcada pelo despreparo e pelas tomadas de decisões equivocadas (ALVES; ÉVORA, 2002). Apesar de a graduação ser o período quando o indivíduo terá o contato com questões específicas da área, é importante lembrar que a constituição desse profissional não se dá apenas na fase em que passa pelo curso de formação inicial. O aperfeiçoamento deve ocorrer de maneira contínua, incluindo aqui os cursos de pós-graduação, as experiências pessoais e a prática profissional (FONSECA; SORIANO; NAKAMURA, 2007).

Dessa maneira, após os profissionais discorrerem sobre sua história de vida e tecerem considerações sobre a responsabilidade profissional, fizemos a eles a seguinte pergunta: “No seu entender, o fato de o profissional ter passado pelo período de treinamento/formação inicial, para obter os conhecimentos e habilidades necessários para atuar profissionalmente, garantem que ele terá uma atuação responsável? Por quê?”

Todos os entrevistados responderam que não e enfatizaram que grande parte dos profissionais pensa primeiramente nos benefícios financeiros, para posteriormente pensar em atualizar-se e realizar seus deveres de maneira segura. A ocorrência desse fato pode estar relacionada à expansão dos serviços referentes ao ramo do exercício físico, em que, cada vez mais, há esforços para garantir uma “clientela” que dê o retorno financeiro esperado.

Isso também pode levar a um segundo fato, que é a aquisição dos conhecimentos e habilidades específicas (por parte do profissional) visando primeiramente à venda dos serviços e à obtenção de lucros. (LARSON, 1977). Os entrevistados relatam também que muitas vezes não há nem a reflexão (por parte do especialista) dos resultados de uma intervenção irresponsável.

Como já mencionado anteriormente, o profissionalismo que deverá permear o trabalho desenvolvido por profissionais deverá ter como um de seus atributos principais as habilidades e conhecimentos especializados, mas entendemos que junto a essa característica deverá vir relação de confiança entre profissional e beneficiário.

As habilidades e os conhecimentos especializados devem ser adquiridos ao longo do período de treinamento, quando os futuros profissionais irão aprender como realizar uma intervenção que, mesmo sendo complexa, não deixa de ser segura e eficiente à população. O período de treinamento tende a desenvolver no profissional um sentimento de compromisso com o conhecimento, fazendo-o sentir um interesse intelectual pelo seu trabalho (FREIDSON, 1998).

A relação de confiança entre profissional e beneficiário é caracterizada pela confiança depositada no profissional. Até pela dificuldade do beneficiário em avaliar e julgar com precisão o trabalho desenvolvido devido à complexidade do conhecimento envolvido. Dessa maneira, o profissional deve sempre manter-se digno da confiança que lhe foi depositada, priorizando as necessidades dos indivíduos antes mesmo da necessidade de ganhar a vida (FREIDSON, 1998):

Luciana: “Eu acho que tá todo mundo assim querendo... elas (se referindo as pessoas) pensam primeiro em ganhar dinheiro e depois se atualizar. Isso daí acho que a maioria. Dinheiro é importante, lógico, mas existem outros fatores mais importantes”.

Bárbara: [...] esses que levam a sério, que já tem uma carga boa, tem responsabilidade suficiente. Agora eu acho que quem dá treino por dá, só pra tirar o dinheiro do mês, não tem responsabilidade.

Diante do exposto pelos entrevistados, percebemos que existe um rompimento (por parte do profissional) da confiança depositada nele (pelo beneficiário). O pacto existente entre especialista e beneficiário sugere que ambos irão realizar suas funções, de um lado, o indivíduo que sabe o que faz e por que faz e, do outro, aquele que deverá cumprir com a prescrição realizada pelo especialista. Dessa forma, aparece como consequências desse tipo de posicionamento, a desconfiança, por parte do beneficiário, dos serviços oferecidos pelo grupo profissional (RICOEUR, 1996).

Como os profissionais enfatizaram que o período de formação inicial não contribuiu para a ideia que possuem de responsabilidade, assim como não contribuiu para serem mais ou menos responsáveis em relação às atitudes que adotam hoje enquanto profissionais, perguntamos aos entrevistados o que eles acreditavam que havia sido o grande propulsor para que pudessem ter uma intervenção responsável. Os participantes relatam que, durante o período de

graduação, o que foi mais impactante para a atuação responsável foram os estágios realizados na área de musculação e, após concluírem a graduação, as “vivências práticas” (adquiridas através da intervenção como profissionais) resultaram em mais conhecimento e mais responsabilidade com os posicionamentos adotados.

O conhecimento advindo das “vivências práticas” mencionadas pelos entrevistados remete ao que apreenderam com base nas experiências, valores e habilidades subentendidas na prática profissional, bem como na observação dos pares profissionais. O espaço de intervenção não fica limitado à aplicação de saberes acadêmicos; é importante lembrar que toda situação vivenciada pelo profissional é passível de produzir, transformar e mobilizar os saberes apreendidos na formação profissional (VERENGUER, 2004).

A adoção ou não de determinadas posturas (pelos profissionais), pode estar baseada no conhecimento que é formulado ao longo da atuação como especialista fundamentado no cotidiano e na observância dos pares profissionais, ou seja, a intervenção passa a ser baseada na prática profissional, não necessariamente considerando os conteúdos aprendidos no período de graduação (ARAÚJO et al., 2006).

No caso dos profissionais entrevistados, identificamos que os conhecimentos que possuem para prescrição dos treinamentos de musculação advêm principalmente da prática profissional. Apesar de discorrerem sobre a importância da formação inicial, desconectam o conhecimento formal da atuação prática, já que se baseiam na vivência profissional para intervir:

Luciana: “[...] como eu comecei a trabalhar em academia eu paguei personal pra me dar aula, então assim, já é assim um diferencial, né, você tá aprendendo com outro profissional, aquilo que você tem que fazer dentro de uma academia, treinar e passar o treino, isso me ajudou bastante”.

Leandro: “Eu era atleta de handebol, eu joguei dez anos, ajudou bastante também, por que a gente tinha preparação física na academia também. [...] Mas também me ajudou a saber como não trabalhar, por que uma coisa é você estar na academia e outra coisa é você trabalhar com rendimento, é totalmente diferente.”

A entrevistada Luciana relata que o resultado do conhecimento que possui esteve associado ao treinamento efetivado com outro profissional da área e ao cumprimento, desde o primeiro ano de formação, dos estágios em diferentes áreas. Para Luciana, o intuito dos estágios realizados era ter melhor discernimento

de qual área de atuação ela gostaria de seguir, sendo que esse fator resultou em mais experiência e conhecimentos para intervir após a formação profissional.

Leandro relata que a vivência como atleta foi preponderante para adquirir os conhecimentos e habilidades para atuar com os programas de musculação. Destaca também a importância do estágio na área de musculação na própria academia da faculdade onde se formou como elemento fundamental para auxiliar na intervenção que realiza hoje. Bárbara também cita os estágios realizados, bem como um projeto em que atuou com terceira idade e exercícios resistidos, na própria faculdade onde se formou. E Larissa menciona a inserção, como estagiária, em academias de ginástica e musculação quando ainda estava na graduação, o que foi preponderante para que a profissional conseguisse aliar os conhecimentos teóricos apreendidos no curso de formação profissional às vivências práticas do estágio:

Bárbara: “Os estágios da faculdade, não fiz só um né, fiz vários, eu acho que é aí que a gente consegue enxergar melhor, quando a gente tá na prática, tá com as pessoas”.

Leandro: “Eu fiz estágios, me ajudou bastante, na área de musculação. Até foi um estágio muito bom, que a faculdade tinha uma academia e os instrutores, os instrutores, é... (pensativo) eram... a gente assim, que ficava lá e ajudava e tal. [...] A partir do momento que eu saí da sala de aula, que eu tava ali no estágio, na vivência mesmo, depois que eu me formei também, que foi que eu aprendi mesmo, sabe? Na sala em si não”.

Identificamos que, para aquisição do saber específico para prescrição e orientação dos programas de musculação, os profissionais fazem uso de um conhecimento técnico, aprendido na vivência prática. Para que consigam prescrever, orientar, avaliar os programas de musculação prescritos, utilizam modelos (de execução de exercícios, regulação dos equipamentos, montagem dos treinamentos) aprendidos ao longo dos estágios e das práticas profissionais:

Bárbara: “Quando eu entrei eu peguei um treino pronto, pra iniciante, eu falava, todo iniciante eu vou passar esse. Eu mudo alguma coisa. [...] Aí ia mudando né, conforme homem ou mulher, mais velho e mais novo”.

Os estágios carregam em si a importância de preparar o profissional para a intervenção que irá realizar ao finalizar o período de graduação; dessa maneira, têm por função fazer os futuros profissionais vivenciarem a parte prática da

profissão. Pelo que conversamos com os entrevistados, quando eles cumpriram com essa etapa da formação inicial, realizavam as mesmas tarefas que um especialista na área, desde o acompanhamento para correções dos exercícios até a prescrição dos treinamentos.

Infelizmente, no ambiente das academias de ginástica, o indivíduo que procura um estágio para apreender os conhecimentos específicos da área acaba assumindo as mesmas funções e responsabilidades de um profissional formado. Esse foi um elemento apresentado pelos entrevistados e que fazia parte da maneira de as academias se estruturarem, elemento citado também nos estudos de Antunes (2003); Freitas, Silva e Ludorf (2008) e Verenguer (2008). Além do problema de assumirem um lugar destinado ao profissional formado, aumentam as chances de infrações ocorrerem, devido à incapacidade técnica e pouca experiência profissional (ANTUNES, 2003; NASCIMENTO; SORIANO; FÁVARO, 2007; VERENGUER, 2003).

Ao pensarmos nos conhecimentos dos profissionais de Educação Física e nos posicionamentos que eles adotam frente a diversos temas e situações, temos que muito do que sabem e fazem, mesmo antes de concluírem o período de formação, vêm de uma visão do senso-comum e também da propagação de ideias pela mídia (VERENGUER, 2005).

A qualidade da inserção do estudante ao mercado de trabalho pode influenciar diretamente na qualidade da carreira que será construída, sendo que se essa realidade ainda existe é por que tanto estagiários quanto os proprietários das academias tiram proveito dela. O que muitas vezes passa despercebido pelos futuros profissionais é que intervir na condição de estagiários pode comprometer a maneira como a sociedade valoriza o grupo profissional (VERENGUER, 2004).

Podemos visualizar a ocorrência desse problema quando a entrevistada Luciana relata que, ao passar pelo período de estágio, não tinha tanto comprometimento com a intervenção realizada. A profissional menciona que estava em período de treinamento e não respondia pelos possíveis erros; dessa maneira, acabava não adotando uma postura tão rigorosa como hoje.

Um dos fatores primordiais que poderiam auxiliar na formação desses profissionais seria a ação dos professores universitários de incutir nos estudantes o senso de responsabilidade, pelos quais os fariam compreender que intervirão junto à população e que esse fator coloca nas mãos do futuro profissional

a possibilidade de vir a ser o causador de maus resultados para os indivíduos (SILVERA, 2003).

Quanto às “*vivências práticas*” enquanto profissional atuante, os profissionais relatam que foi um dos momentos quando tiveram, também, maior aprendizado, fato esse que vem culminando em maiores responsabilidades, já que, como profissionais formados, eles entendem que, caso cometam um ato danoso ao beneficiário, terão que responder pelo erro profissional:

Leandro: “[...] eu aprendi mesmo na vivência, trabalhando mesmo, meu maior... maior aprendizado, não tem o que falar”.

Bárbara: “Não é sair da graduação, tem que sair da graduação e saber na prática, por exemplo, pelo menos na minha experiência né, eu saí sem saber nada, não tinha nenhuma responsabilidade”.

Mesmo sendo um consenso entre os entrevistados que a graduação em Educação Física não foi suficiente para que adquirisse o conhecimento necessário para intervir de maneira responsável, todos os profissionais reconhecem a necessidade da formação profissional e da legalização perante o CONFEF/CREF. Os profissionais associam que a falta de uma base de conhecimentos para intervir pode levar o especialista a cometer erros na intervenção. Acreditam também que a existência de um órgão que legalize o trabalho desenvolvido por eles leva ao maior reconhecimento social e uma posição favorável aos olhos da sociedade.

O credencialismo vai agir como uma maneira de proteger o público dos profissionais desqualificados e que não possuem o cuidado ao tomar suas decisões. Apesar de a credencial não garantir um desempenho satisfatório, ela atua como simplificador do processo de escolha, já que contribui para que a sociedade selecione um profissional qualificado para atender às suas exigências (VERENGUER, 2004).

É pelo entendimento do Estado, de que determinada profissão necessita do treinamento formal e princípios morais, que este exclui os indivíduos que não possuem esses atributos para intervir (ABBOTT, 1988; FREIDSON, 2009). A fase do treinamento inicial deve garantir conhecimentos específicos e formalizados suficientemente para garantir um mínimo de atributos uniformes aos profissionais que carregam a titulação de especialista (LARSON, 1977).

A proteção e exclusividade oferecidas pelo credencialismo podem auxiliar no sentido de o profissional dedicar-se integralmente à carreira, investindo

tempo e esforço para adquirir a expertise necessária e aumentando, dessa maneira, a relação de compromisso e responsabilidade com o que faz e por quem faz (FREIDSON, 1998; VERENGUER, 2004).

O sistema de credenciamento em Educação Física entrou em vigor em primeiro de setembro de 1998, com a lei número 9.696 (BRASIL, 1998), tendo como um de seus interesses assegurar algum benefício no campo de trabalho. É importante lembrar que a caracterização do grupo profissional como perito na atividade específica da profissão irá trazer, ao profissional de Educação Física, a responsabilidade de responder pelas possíveis infrações que realizar (NASCIMENTO; SORIANO; FÁVARO, 2007). Os participantes submetem a legalização e a regulamentação da profissão a fatores como: uma condição favorável de reconhecimento social; seriedade do grupo profissional; e o respeito com os pares que passaram pelo período de treinamento profissional:

Leandro: “[...] apesar de eu achar que o conselho não é nada, é uma porcaria [...] Eu acho que quanto mais profissionais legalizados, quanto mais pessoas levando a sério, mais as outras pessoas vão achar que é sério”.

Embora coloquem que a regulamentação é primordial para um profissional responsável, alegam que o órgão de credenciamento, bem como o Código de Ética dos Profissionais de Educação Física não foram influenciadores e nem causaram transformações na responsabilidade que possuem. Parece existir um comportamento marcado pela aversão às organizações (CONFED/CREF) que regulam a profissão e que estabelecem regras de condutas referentes à responsabilidade profissional:

Leandro: “O código de ética do CREF, eu nunca li o código de ética do CREF”.

Larissa: “Na verdade eu acho que assim, nosso conselho... (pensativa) o que muda tua forma ética de trabalhar é o teu profissionalismo. É nato de cada um. Já vem da pessoa”.

Bárbara: “Eu tive um semestre de aula de ética né, era praticamente as mesmas coisas que eu seguia [...]”.

O Código de ética é compreendido, pelo Conselho de Educação Física, como peça crucial para motivar e estabelecer parâmetros de comportamentos indispensáveis à categoria profissional (TOJAL, 2006). O CONFED, através do código de ética, tem por objetivo elevar a qualidade dos profissionais de

Educação Física, assim como responsabilizá-los por possíveis danos que vierem a causar (SILVEIRA, 2002). O Código de Ética dos Profissionais de Educação Física (CONFED, 2013), no cap. II, art. 5, inciso V, apresenta que deve existir a “priorização do compromisso ético para com a sociedade, cujo interesse será colocado acima de qualquer outro, sobretudo do de natureza corporativista”.

Infelizmente, a presença de um código formalizado de atitudes que deveriam ser seguidas não assegura que o profissional terá bom comportamento (ALVES; ÉVORA, 2002; CAZELATO, 2006). Este deverá ter como pré-requisito para intervir na presença de princípios morais, como a virtude, o bem, a honestidade, para que possa agir em favor da humanidade, sem pensar nos próprios interesses profissionais (FREIDSON, 2009).

Os participantes que relatam presenciar a intervenção de profissionais sem o título e/ou credencial acreditam que esse tipo de situação ocorre por dois motivos: a fiscalização falha do Conselho e também pelas relações de amizade que existem entre proprietários dos estabelecimentos (academias) e os indivíduos sem formação em Educação Física que atuam como instrutores de musculação e/ou *personal trainer*.

A crítica realizada em relação à maneira como a fiscalização ocorre na área da Educação Física é um elemento já apresentado no estudo realizado por Nascimento, Soriano e Fávoro (2007), em que as autoras relatam que, do ponto de vista dos profissionais de Educação Física, o conselho deveria preocupar-se mais com pessoas sem formação atuantes na área do que com profissionais formados e não credenciados. Esse dado também é apresentado por FREIRE (2007), o qual pontua que concluintes do curso de graduação em Educação Física apontam que um dos maiores problemas da área refere-se à fiscalização inadequada por parte do Conselho Regional de Educação Física.

Um estudo realizado para identificar o perfil dos instrutores de musculação mostra que 64,62% dos profissionais eram formados em Educação Física, 24,62% não finalizaram o curso e o restante era graduado em outras áreas, como administração, fisioterapia, odontologia e economia. O dado que mais chama a atenção é que, apesar de 64,62% alegarem ser formados, quando receberam a proposta para atuarem profissionalmente, apenas 15,38% já haviam concluído a graduação em Educação Física. (ANTUNES, 2003). Esses dados são indícios de que a contratação (pelos proprietários/administradores das academias) de

profissionais sem a devida formação para intervir ainda ocorre. Dessa maneira, aumentam as chances de uma atuação marcada pelas condutas inadequadas e escolhas baseadas no senso comum, sem o devido embasamento do conhecimento específico e das habilidades necessárias para cumprir com os deveres profissionais.

A formalização da base cognitiva que sustenta as ações profissionais é um elemento importante para que as respostas emitidas na intervenção sejam cada vez mais distintas pela sua qualidade. Por conseguinte, o grupo profissional passa a ser reconhecido e valorizado pela sociedade como único e exclusivamente capaz de resolver os problemas referentes àquela profissão, sendo aceitos como porta-vozes da área (LARSON, 1977; ABBOTT, 1988).

Para que uma profissão possa cumprir com as funções a que se propõe, deve ter também o poder de controlar a maneira como atua ou se comporta o grupo profissional. Esse é um dos componentes da autonomia profissional e fator preponderante para que o grupo atue cada vez mais longe das posturas inadequadas (FREIDSON, 2009).

A conquista da autonomia garante que somente o grupo profissional decida sobre as condições de trabalho e conteúdos técnicos daquela profissão (LARSON, 1977), além do que exige do especialista que faça valer as ações e propostas de regulamentação da profissão, sendo este (o profissional) visto como corresponsável pela ocorrência ou não dessas situações dentro do grupo ao qual pertence (COELHO FILHO, 2000).

Ainda em relação ao conhecimento e como ele estaria atrelado à responsabilidade, os participantes enfatizaram a necessidade da atualização do que aprenderam durante o processo de graduação, sendo este um caminho para evitar os erros profissionais referentes à imperícia, exemplificada por situações de infrações referentes²⁶:

- a) a prescrever um treinamento em que carga e intensidade dos exercícios estivessem inadequadas ao “aluno”, podendo vir a causar lesões físicas;
- b) ao profissional de Educação Física que abdica de realizar as devidas correções pela desatualização;

²⁶ Todas as situações mencionadas nos itens foram comuns nos discursos de todos os entrevistados.

- c) à desatualização em relação aos conhecimentos e não conseguir colocar em prática a prescrição de exercícios mais adequada a cada caso a ser atendido;
- d) ao planejamento errado ou à falta dele, por exemplo: um profissional que, ao prescrever um treinamento de musculação, não considera o grau de dificuldade dos exercícios e o nível de desenvolvimento do beneficiário;
- e) à falta de preparo referente à prescrição e avaliação do treino pelo profissional, em que não há correção da execução efetuada pelo “aluno”, bem como à interpretação errada do profissional em relação aos dados de uma avaliação física, por exemplo;
- f) a aceitar atuar com o “aluno” que possua especificidades/limitações que o profissional desconhece ou que não possua o conhecimento suficiente para intervir.

Os equívocos referentes à atuação do profissional de Educação Física foram associados tanto à falta de conhecimento e falta de atualização, quanto à falta de noção em relação às consequências que um ato lesivo pode causar:

Leandro: “Algumas coisas que eu vejo que podem ser lesivas pro aluno. Algum exercício, execução de exercício e a pessoa. Acho que não tem a dimensão da coisa que pode acontecer com o aluno”.

Bárbara: “Eu já vi aqui na academia um personal que passava treino, hoje ele não tá mais aqui, que passava treino, que todo mundo falava, não só eu, todo mundo via, observava o jeito, a gente achava que os alunos dele não tinham se machucado ainda por Deus! Erros de execução de todos, de todos os exercícios que ele passava. Nenhum completo, outro que às vezes, na coluna, parecia que ia quebrar, era um absurdo. Eu acho que ele achava que era o jeito certo, por que todo aluno era igual”.

Pelos discursos dos profissionais, identificamos que a ideia de responsabilidade profissional revelada esteve associada a duas concepções diferentes: a) as atitudes adotadas a fim de evitar um erro profissional, o que poderia acarretar em consequências negativas ao beneficiário; b) a preocupação com as punições/penalidades que seriam aplicadas caso cometessem algum erro profissional. Nessa segunda caracterização da responsabilidade, identificamos que a

preocupação maior não estava associada ao compromisso com o beneficiário e/ou com o grupo profissional, mas, sim, às possíveis punições aplicadas ao profissional que comete um equívoco:

Bárbara: “[...] por que enquanto os alunos tão ali é responsabilidade minha e do outro profissional, Deus o livre acontece alguma coisa ali. [...] Ou conversar com o responsável da academia e dizer: Ó já corrija, vê que que cem faz. Já deixar avisado, se um dia acontecer, já foi avisado”.

Luciana: “[...] se o aluno for muito... (pensativa), tiver alguma, alguma individualidade, doença, eu não vou por estagiário pra fazer isso. Por que se acontece alguma coisa sobra pra mim”.

Na fala de Luciana, identificamos que a profissional pensa primeiro nas consequências para ela, enquanto profissional, caso viesse a efetivar uma intervenção equivocada, ao invés de pensar nos danos causados aos beneficiários. É fundamental a compreensão de que o ato de concretizar uma intervenção inadequada, em que as escolhas realizadas não obtiveram sucesso, pode trazer consequências que representam perigo ao público atendido, bem como implicações para o profissional. Pelo cap. V, art. 12, do Código de Ética dos Profissionais de Educação Física (CONFEF, 2013), o descumprimento dos deveres profissionais poderá acarretar em: advertência escrita (com ou sem multa), censura pública, suspensão do exercício da profissão, cancelamento do registro profissional e divulgação do fato.

O conhecimento dos elementos que podem caracterizar uma intervenção pouco qualificada, cercada pela má prática, é fundamental para que possamos reconhecer como e por que devemos evitar situações que tem por característica a imprudência, a imperícia e/ou a negligência em relação ao que é dever de um profissional de Educação Física.

É importante lembrar que o risco oferecido ao beneficiário é maximizado, dependendo das atitudes adotadas pelos profissionais, o que pode causar danos físicos, estéticos e/ou morais por toda a vida do beneficiário. Por essa razão, é importante que o profissional de Educação Física saiba como uma postura equivocada pode vir a causar danos aos indivíduos que fazem uso de seus serviços (MELO; FREIRE, 2009). Além de terem conhecimento dos possíveis equívocos profissionais que podem compor a intervenção, é fundamental que o especialista da

área tenha a capacidade de se antecipar às situações de erro e, a partir disso, realizar a intervenção com cautela e atenção.

No cap. III, art. 6, inciso III do Código de Ética dos Profissionais de Educação Física (CONFEF, 2013) é mencionado o fato dos beneficiários poderem ter um serviço profissional seguro, competente e atualizado, bem como, no inciso XII, a necessidade de os profissionais da área se atualizarem em relação aos conhecimentos técnicos e científicos, no sentido de oferecer um serviço de qualidade aos beneficiários.

Além dos conhecimentos e habilidades advindos do período de graduação, é fundamental que os profissionais busquem absorver as novas demandas do mercado, acompanhando avanços em relação às tarefas que competem à sua área de atuação (ABBOTT, 1988).

Quando perguntamos aos profissionais qual a estratégia adotada por eles para estarem atualizados em relação aos conhecimentos específicos da área, os participantes pontuaram que o fazem através dos cursos de finais de semana específicos da área de atuação deles, bem como as leituras, a participação em grupos de estudo no próprio local de trabalho e as informações trocadas com pares profissionais.

É interessante pontuarmos que, apesar de os profissionais enfatizarem a importância da atualização dos conhecimentos para intervir com responsabilidade, nenhum deles possui especialização na área de Educação Física. Além disso, enfatizam que o conhecimento que utilizam para prescrever os programas de exercícios físicos está baseado muito mais na experiência, na prática e nas vivências enquanto profissionais:

Bárbara: “Até quando eu comecei na instrução eu comecei a treinar mais firme. Treinava eu e uma outra personal, aí ela foi me ensinando, como mexer, peso, antes de entrar na instrução, eu via o povo regulava máquina, eu ficava pensando: ‘meu, como que ele sabe, que altura essa tá boa, altura do banco, declinado, inclinado’. Eu ficava super na dúvida. Só com o tempo”.

Outro recurso utilizado pelos profissionais para adquirir a atualização dos conhecimentos foi a relação de troca (de conhecimentos) com os pares. Esta foi uma estratégia que pareceu bem comum entre os profissionais entrevistados, sendo utilizada como meio para suprir conhecimentos que não possuíam sobre

determinado assunto ou como maneira de resolver problemas encontrados na intervenção.

Considerando a relação dos entrevistados com os pares profissionais, os participantes relatam que alguns acontecimentos foram também resultantes para a aquisição de mais conhecimento em relação às especificidades do trabalho desenvolvido: o ato de realizar o próprio treinamento (vivência prática) de musculação com um amigo formado em Educação Física e também as conversas encadeadas entre os colegas de profissão.

O dever de aperfeiçoamento torna-se necessário a partir do momento em que consideramos que as técnicas e conhecimentos específicos da área se desenvolvem constantemente e que o especialista deverá contar com esses conhecimentos e habilidades especializadas para intervir com perícia e prudência (ALVES; ÉVORA, 2002; SILVEIRA, 2002; VERENGUER, 2004).

4.3.1.2 Categoria 2: A “postura profissional” como Elemento da Responsabilidade Profissional

A categoria “postura profissional” também foi identificada como indicativo de responsabilidade profissional e se relaciona a comportamentos que, do ponto de vista dos entrevistados, representam as “*atitudes positivas e negativas*” que diferenciam uma atuação responsável. Na mesma questão em que perguntamos sobre o que vinha à mente do entrevistado quando este pensava a responsabilidade profissional, destacaram-se várias vezes as respostas com direcionamento à ideia de “*postura profissional*”, havendo maior destaque para questões relacionadas à “*ética profissional*” (associada ao modo de proceder do profissional). Ao perguntarmos aos entrevistados como explicariam as questões de “*ética*”, encontramos falas referentes tanto à ética com os beneficiários, quanto à ética relacionada aos pares profissionais:

Leandro: “Postura... é (pensativo) algumas pessoas não tem um pouco de postura pra lidar com o outro, a gente lida com o público e a pessoa no modo de falar, no modo de agir, já vi profissionais dando em cima de alunos”.

Bárbara: “[...] tratar as pessoas, os alunos, por mais que não seja nada, um personal com aluno com muita intimidade as pessoas acabam falando.

Não tem como. Às vezes não é nada, às vezes é muito tempo que eles convivem, mas é, mas as pessoas comentam, eu acho que deveria pelo menos no horário de treino ali, dar mais um... ficar mais... não mais sério, menos brincadeira, menos gracinha”.

Quanto à questão do profissional aproveitar-se da situação para tirar vantagem física e/ou mental do “aluno” foi um elemento citado várias vezes e por todos os profissionais participantes do estudo. Os entrevistados pontuam que não concordam com esse tipo de comportamento, associando-o a profissionais irresponsáveis e que não sabem separar o profissional do pessoal. As declarações referentes à presença desses comportamentos na prática profissional caracterizam um posicionamento em que o profissional assume um risco ao agir de maneira imprudente, efetivando, assim, uma intervenção caracterizada pela falta de qualidade.

Leandro, em uma de suas falas, usa a palavra *amador*, para se referir ao profissional que adota esse tipo de atitude, associando à ideia de incompetência para cumprir com seus deveres enquanto profissional de Educação Física:

Leandro: “[...] o modo de trabalhar... muito amador ainda na nossa profissão, eu sei que é uma profissão nova, mas a gente tá muito amador ainda”.

A diferença entre o amador e o profissional pode ser descrita da seguinte maneira: o primeiro é aquele que realiza um conjunto de tarefas sem a preocupação consciente e calculada com seu valor no mercado de trabalho, sendo que o segundo efetiva sua intervenção de modo a vincular o que faz ao mercado, garantindo assim a sua sobrevivência (FREIDSON, 1998; VERENGUER, 2004). O que se contrapõe ao amadorismo é também a presença de conhecimentos e habilidades adquiridos pelos especialistas com o intuito de cumprir com as tarefas referentes à profissão (VERENGUER, 2004).

Ao pensarmos num grupo profissional e na intervenção realizada, existem as atitudes e posturas consideradas ideais e aquelas que realmente acontecem (BUB, 2005). O profissionalismo que deve manifestar-se no grupo profissional também estará atrelado ao comprometimento com o trabalho desenvolvido na profissão e a ênfase que é dada ao ato de beneficiar primeiramente ao público, para posteriormente pensar em si (FREIDSON, 2009).

Outro elemento que deverá fazer parte do cotidiano profissional é a capacidade do especialista em saber justificar suas escolhas, suas decisões e as condutas adotadas; esses fatores também fazem parte das habilidades específicas de um profissional de Educação Física (VERENGUER, 2004). Vale lembrar que é necessário o profissional ter o bom senso de saber que os posicionamentos adotados por ele devem ser cerceados pelo cuidado e pela segurança (MELO, FREIRE, 2009).

O profissional, sendo cauteloso em relação à intervenção que realiza, pode minimizar a necessidade de responder por imprudência, imperícia ou negligência, ação que vem ocorrendo cada vez mais, concebida pelo aumento dos processos jurídicos movidos contra profissionais de Educação Física e academias de ginástica/musculação (OLIVEIRA; SILVA, 2005).

Outras questões referentes à falta de “*ética*” que os entrevistados mencionaram estiveram associadas ao:

a) profissional que, no seu horário de trabalho, está realizando a prática de exercícios físicos (com objetivos particulares), ao invés de estar cumprindo com suas funções de auxílio, correção, explicação dos programas de musculação;

b) profissional que abdica de suas funções por preguiça, desleixo, descaso, cansaço;

c) dar ao “*aluno*” informações que desconhece;

d) não explicar ao “*aluno*” que existem limites para obter os resultados, ludibriando-o com falsas informações e prometendo resultados que muitas vezes não serão alcançados;

e) não ter o cuidado para explicar/instruir o beneficiário, agindo muitas vezes de maneira rude e desagradável;

f) não pensar que, através do tipo de trabalho desenvolvido, o profissional pode trazer, ao beneficiário, resultados negativos;

g) não conseguir separar o profissional do pessoal, priorizando o atendimento de “*alunos-amigos*”, o que os acaba distinguindo por uma atuação em que o nível de intimidade, a maneira de receber o beneficiário e a atenção dada durante o treinamento é diferenciada.

As condutas citadas acima, pelos profissionais entrevistados, estão alicerçadas em atitudes consideradas omissas, marcadas pela falta de cautela e

despreparo técnico-profissional. Também podemos considerar que são ações que provêm da falta de reflexão (por parte do especialista) das possíveis consequências de seus atos, bem como da carência de valores que orientem a intervenção do especialista em Educação Física.

Em relação às falas identificadas nas entrevistas e os possíveis posicionamentos adotados pelos profissionais entrevistados, foi possível perceber a presença de princípios que orientavam a postura adotada e que estavam alicerçados na história de vida desses profissionais. Em diferentes momentos da entrevista, os profissionais se referiam aos pais, aos pares profissionais e a valores que tinham como ideais para uma intervenção responsável.

Nesse sentido, perguntamos então o que os profissionais acreditavam que influenciava para que eles pensassem a responsabilidade profissional daquela maneira. Sem hesitar, todos os profissionais responderam que em primeiro lugar vinha a educação que tinham recebido dos pais. O fato de aprenderem em casa que sempre deveriam agir de maneira honesta em relação às pessoas do seu convívio, cumprir com seus deveres profissionais, sem realizar atos onde tentassem tirar proveito do outro (profissional) ou passá-lo para trás para obter sucesso:

Leandro: “Ela (se referindo a mãe) sempre falou para eu ser o mais profissional possível, o mais sincero possível, nunca passar por cima de ninguém, que do mesmo jeito que você passa alguém pode passar por cima de você, então é mais ou menos isso, a grosso modo, que ela sempre passou pra mim, e que eu procuro levar para a vida profissional”.

Bárbara: “Meus pais sempre me ensinaram o certo e o errado, amigos também, a gente sempre conversa. Não só na profissão né, mas em tudo, cê sempre faz o certo, faz o seu, se outra pessoa te passar a perna, faz o seu”.

Os valores adquiridos pelos indivíduos se formam no relacionamento social, ao abrigo da família, que desde os primeiros anos de vida introduz características na personalidade da criança. Os princípios que norteiam as condutas e comportamentos cotidianos serão formados com base na personalidade de cada um associado à realidade vivenciada pelo indivíduo. (ALVES; ÉVORA, 2002; SILVERA, 2003).

Não só a exigência e instrução dos pais foram citadas pelos profissionais entrevistados como também a observação da maneira como seus pais

trabalhavam e os valores que norteavam suas vidas. Dessa maneira, associam os comportamentos adotados por eles, em relação à responsabilidade, ao fato de ter ou não recebido uma educação que lhe garantisse o aprendizado de princípios e valores que orientassem suas condutas ao longo da vida:

Luciana: “[...] por eles sempre serem rígidos no trabalho deles. Nunca foi nada forçado, eu vendo eles”.

Larissa: “[...] já vem de família, a minha mãe é muito espontânea: ‘Ah! Tem que fazer então vamos fazer, não sei que, não sei que, não sei que’. Mas eu sou muito daquela assim, se você vai fazer isso, faça bem feito!”.

Os entrevistados mencionaram a educação e os exemplos dos pais como fator preponderante para os posicionamentos que adotam hoje enquanto profissionais e também a maneira como compreendem a responsabilidade profissional. Isso nos mostra que elementos particulares da história de vida desses profissionais fazem-se presentes no modo como descrevem o objeto. Além do que, a partir das falas dos entrevistados, identificamos que o que leva esse profissional a ser ou não responsável está relacionado a um fator externo. Os profissionais são movidos por valores familiares a efetivarem uma intervenção em que cumpram com suas obrigações, e não necessariamente por valores profissionais ou normas de conduta estabelecidas pela profissão.

Identificamos que, pela influência dos valores pessoais, os profissionais entrevistados sempre tinham a preocupação em orientar o beneficiário ao longo do programa de musculação proposto, fazendo parte das atitudes adotadas: a correção das execuções, postura, regulação dos equipamentos, adequação da sobrecarga e auxílio na execução dos exercícios, prescrição do treino de musculação.

Entendemos que, além de o profissional de Educação Física ter o dever de cumprir com as funções a que se propõe, deve ter o cuidado em instruir e explicar o programa de exercícios físicos para o beneficiário, bem como alertá-lo de possíveis acidentes e resultados insatisfatórios, caso as instruções dadas pelo especialista não sejam seguidas (CONFEEF, 2013, cap. III, art. 6, inciso VI) .

Os entrevistados também relatam a presença de beneficiários que, muitas vezes, não seguem as orientações dadas por eles em relação a como executar o exercício de forma correta, assim como sobrecarga adequada ao nível de desenvolvimento do indivíduo. Esse componente pode vir a ser causador de danos

aos usuários dos serviços do profissional de Educação Física, só que, nesse caso, caracterizado pela falta de observância do próprio beneficiário.

Além da prescrição, orientação e acompanhamento por parte do especialista, é importante que seja realizada a instrução com caráter educativo ao beneficiário (ALVES; ÉVORA, 2002). A tentativa é minimizar atitudes como as relatadas pelos entrevistados, o que pode diminuir possíveis acidentes e riscos ao próprio beneficiário. Além da maior segurança para a execução das atividades propostas, é possível que existam melhores resultados ao beneficiário se ele for orientado e instruído sobre como um programa de exercícios realizado de maneira correta pode otimizar os resultados esperados, caso ele cumpra com as orientações realizadas pelo profissional de Educação Física.

A realidade das academias de ginástica oferece um ambiente onde, muitas vezes, o indivíduo praticante de musculação acredita que, por sua experiência no treinamento, está apto a prescrever seu próprio programa de exercícios físicos, assim como existem aqueles que, por não objetivarem melhoras relacionadas às características físicas, não se importam em executar os movimentos de maneira inadequada. Esse tipo de postura atrapalha a adaptação, progressão e conscientização dos beneficiários e aparece como dificuldade também para o profissional intervir de maneira adequada (COELHO FILHO, 2000).

Como mencionado por Bárbara em uma de suas falas, a entrevistada relata já ter vivenciado esse tipo de situação, sendo que, pelo desgaste e cansaço de conversar e instruir diversas vezes o mesmo beneficiário, a profissional abdica de uma atitude mais efetiva para resolver o problema:

Bárbara: “Já aconteceu da pessoa falar: ‘ah, eu quero emagrecer não sei o que’. Você dá um treino de um jeito e a pessoa muda por conta [...] Algum aluno que faz... (pensativa) que sempre faz errado, que você vai corrigir e continua. Às vezes eu penso que eu deveria tomar uma outra atitude com o aluno e eu não tomo. E acabo deixando ele fazendo do jeito que ele tá fazendo. Mesmo ele sabendo o certo e continua fazendo errado, eu também acho que eu tenho uma parcela de responsabilidade sobre ele”.

Os comportamentos inadequados, por parte dos especialistas, na intervenção profissional podem estar associados às deficiências pessoais do indivíduo, assim como podem ser resultantes de uma formação profissional que não foi suficiente para despertar no profissional o sentimento de solidariedade e

cooperação. A educação recebida na graduação, além de ser um meio importante para efetivar o credenciamento, é responsável por compor um núcleo comum de conhecimentos e modos de proceder do grupo profissional (FREIDSON, 2009).

É fundamental que o grupo profissional adote posicionamentos e comportamentos baseados também em atitudes e valores que sejam universais, desenvolvidos não só ao longo de sua vida e educação pessoais, como também adquiridos na formação acadêmica e profissional (VERENGUER, 2004).

Além do que os serviços oferecidos por um grupo profissional sempre estarão atrelados à necessidade de beneficiar a sociedade em relação aos seus anseios, o que confere ao profissional a responsabilidade de esclarecer aos indivíduos quais os melhores e mais adequados meios para atingir o objetivo proposto (VERENGUER, 2004). A competência adquirida pelo grupo profissional, através do curso de formação inicial, confere a ele a capacidade de agir em situações em que os leigos sentem-se incapacitados, mas carregam também a responsabilidade de sempre fazer algo, no sentido de adotar posicionamentos que resolvam os problemas humanos (ABBOTT, 1988; LARSON, 1977).

Pelas falas dos entrevistados, podemos perceber que, mesmo que os profissionais de Educação Física finalizem o curso de graduação na área, saem com deficiência na formação que tiveram. A discussão de temas relacionados à responsabilidade profissional é fundamental nos cursos de graduação, para que, assim, o futuro profissional possa inserir-se na carreira tendo conhecimento de suas obrigações e responsabilidades (MELO; FREIRE, 2009).

Parece que essa carência está relacionada à falta de uma formação referente aos valores profissionais, que poderiam contribuir para uma intervenção marcada pelo comprometimento e capacidade de avaliação/julgamento de suas próprias atitudes. Diversas vezes, nas falas dos profissionais entrevistados, podemos identificar que o que diferencia a intervenção deles, mais do que o conhecimento e as habilidades que possuem, são os valores familiares que carregam:

Larissa: “Então se tratar um trata cem... da mesma forma. Sempre ocorre aquela coisinha de ‘ai, eu não tenho afinidade com esse, eu não tenho afinidade com aquele’. A gente tem uma faixa tolerável, mas isso não pode se sobressair. Tem que ter uma homogeneidade de atendimento geral, entre todos”.

Leandro: “Atenção com o aluno, com a execução do movimento, por que não adianta, existem várias maneiras de se executar um exercício, eu acho que é assim, mas eu acho que existem maneiras que são erradas e são lesivas. Entendeu? Eu acho que você pode executar o exercício de várias maneiras, sem ser lesivo, a partir do momento que é lesivo não é seguro [...]”.

Os entrevistados associam que a falta de responsabilidade é a razão para que os pares profissionais criem as situações em que cometam esse tipo de erro profissional. Alegam também que essas atitudes são um caminho para levar à desvalorização da profissão e do profissional de Educação Física, além das questões negativas trazidas ao “aluno”, como não atingir o objetivo do beneficiário, causar danos físicos e morais, diminuir os resultados do beneficiário, diminuir a qualidade do treinamento proposto, causar a desistência e descontentamento do “aluno”, por exemplo.

Larissa: “[...] cai qualidade, cai qualidade aumenta descontentamento. Aumenta descontentamento a chance do aluno permanecer na academia cai. Enfim, vai aumentando, então a gente minimiza o máximo possível os erros, tanto de execução, tanto de planejamento, tanto de atendimento [...]”.

Bárbara: “Tanto pra negativa que pode machucar, quanto o aluno dele não chegar no objetivo dele né?”.

Identificamos que a relação estabelecida entre os entrevistados e os pares foi influenciadora, também, para que evitasse determinadas posturas julgadas (por eles) como irresponsáveis. Dessa relação destacam-se as conversas com os pares profissionais, bem como a observação da atuação de seus parceiros de trabalho:

Larissa: “Eu comecei assim a olhar pro lado e ver uma amiga assim: ‘Putz, tem que acordar, nossa tem que trabalhar, nossa tem que fazer isso, ai meu Deus eu não aguento’. E eu olhava pra mim e: ‘Nossa! Não deu a hora de ir pra academia ainda? Nossa mais essa hora não passa! Quero ir logo pra academia, quero fazer o que eu gosto’. Então assim eu via em mim a ansiedade de colocar em prática o que eu gostava de fazer, o que eu não via em algumas pessoas”.

Bárbara: [...] até a gente procura se espelhar em alguns né? Você admira o trabalho de alguns, e outros não. “[...] Eu tiro como exemplo, ela fez isso comigo eu não faria com alguém”.

Outro componente que apareceu como razão para ter ou não posturas responsáveis na intervenção profissional esteve associado ao “*gostar do que faz*” (quando se escolhe uma área de atuação), elemento este colocado como fator decisivo para as tomadas de decisões dos profissionais:

Bárbara: “[...] amor no que faz, eu gosto do que eu faço, adoro o que eu faço”.

Larissa: “O meu gostar da profissão, é algo que impulsiona a fazer as coisas, coisas que eu vejo que outras pessoas que não gosta do que faz não tem esse mesmo estímulo”.

O ato de “*gostar do que faz*” pode levar o profissional a adotar posturas como: colocar a questão financeira em segundo lugar, evitando dessa maneira possíveis equívocos de intervenção; não assumir encargos que não possa cumprir devido à sobrecarga de trabalho e realizar seus deveres de maneira efetiva.

Os entrevistados relatam que a maior parte dos profissionais que atuam como instrutores de musculação procura uma segunda fonte para obter rendimento financeiro, devido aos baixos salários pagos pela chefia, fato já confirmado por Coelho Filho (2000), que aponta que, mesmo existindo um crescimento no mercado das academias de ginástica, não há acréscimos salariais efetivos para o profissional de Educação Física que intervém nesse meio. O pouco reconhecimento social, bem como os baixos salários pagos aos profissionais da área, são também responsáveis do grupo profissional, já que este pode reforçar ou não estereótipos e posturas existentes na profissão, que dificultam a ascensão social (FREIRE, 2007).

Identificamos também nos discursos dos profissionais que, pelo desgaste e cansaço devido à grande quantidade de horas trabalhadas, eles podem vir a deixar de cumprir com as obrigações que lhes são destinadas, o que pode trazer maiores riscos aos beneficiários. Sempre que o profissional necessitar intervir junto à sociedade, deve pautar-se por três princípios que o auxiliarão a tomar as decisões com responsabilidade (TOJAL, 2006). São eles:

- o saber: o profissional, ao intervir, deve avaliar se dispõe do conhecimento necessário para realizar o melhor atendimento e, com base nessa avaliação particular, aceitar ou não prestar o serviço;

- o dever: após avaliar que possui o conhecimento, necessitará identificar suas possibilidades de atendimento do indivíduo em questão,

vislumbrando sempre trazer resultados positivos aos beneficiários que necessitam de seus serviços;

- o poder: após decidir que deve efetivar o atendimento, deverá avaliar se realmente tem condições de prestar um serviço qualificado, considerando questões como: se terá tempo necessário; se está disposto a empenhar-se para o benefício do indivíduo; se profissional e beneficiário concordam com os requisitos para que a intervenção obtenha sucesso.

A reflexão sobre o que devem fazer e como fazê-lo demonstra uma responsabilidade associada à reflexão sobre o ato, ou seja, antes mesmo de cometerem uma infração ou um ato danoso, associam se o que farão compete com suas funções e as possíveis consequências do posicionamento adotado.

O profissional de Educação Física tem com seu beneficiário uma obrigação de garantir que utilizará todos os meios, de maneira segura, para que atinja o objetivo deste. Isso não quer dizer que o especialista tem a obrigação de alcançar o resultado esperado (SILVEIRA, 2002; SOUZA, 2010), já que o profissional não tem controle sobre todos os fatores que interferem para que o objetivo seja alcançado (por exemplo, o indivíduo que diverge das recomendações dadas; a dificuldade do beneficiário em organizar sua vida de maneira que siga as recomendações sobre modificações de hábitos; assiduidade do beneficiário; cumprimento das recomendações dadas pelo especialista; hábitos de vida (etilismo, uso de tabaco, etc.), horas de sono).

É importante pontuarmos que nenhuma ação estará isenta de erros, eles podem vir a ocorrer, mas cabe ao profissional de Educação Física ter a consciência de prestar sempre o melhor serviço, a fim de evitar que inconveniências e perigos venham a acontecer (SILVEIRA, 2002; LIMA, 2003). Baseados na premissa da possibilidade de cometerem danos aos usuários de seus serviços, o grupo profissional deve ter a capacidade de desenvolver mecanismos para prevenir e detectar os erros antes mesmo de estes acontecerem (CARVALHO; VIEIRA, 2002).

Um segundo elemento identificado nos discursos dos entrevistados foi a ética com os pares. Os entrevistados alegam que na área de atuação deles existem muitos profissionais que não possuem respeito para com os colegas de profissão. Associam que essa falta de “postura” é a razão para agirem com pouca

responsabilidade em relação aos pares profissionais. Os participantes destacam comportamentos como:

- a) fazer comentários maldosos da atuação do colega;
- b) retirar a autonomia do par profissional perante o beneficiário;
- c) demonstrar orgulho exagerado e tentar sobressair-se em relação

aos demais.

Esses comportamentos são considerados, pelo Código de Ética dos Profissionais de Educação Física (CONFEEF, 2013), como condutas inadequadas; são infrações que, quando cometidas com os colegas de profissão, podem resultar em punições/penalidades. Ainda em relação a condutas indevidas, o Código traz, no cap. III, art. 8, que também são violações as seguintes atitudes: apropriar-se de trabalho, iniciativa ou solução encontrados por colega, apresentando-os como próprios e provocar o desentendimento com colega que venha a substituir no exercício profissional.

Todos os entrevistados apresentam que o profissional responsável deve realizar o cumprimento de suas funções independentemente do que o outro (o par profissional) faça e ressaltam que os profissionais da área deveriam preocupar-se menos com a atuação dos colegas e mais com sua própria atuação:

Larissa: “[...] hoje em dia, é cada um em cima de um tapete... aí você escolhe um você pega e puxa, então isso vai da ética profissional de você saber lidar com outros profissionais, saber reconhecer o trabalho de outros profissionais, sabe principalmente o que você pode falar [...]. [...] Ética profissional é você cuidar do seu trabalho e respeitar o do outro, o limite. Por mais que você não concorde. Não concorda guarda pra você”.

Luciana: “Toda profissão acho que gera uma fofoca, assim, acho que isso é o que mais estraga. A pessoa tem que fazer o dela, ter certeza que está certo e não ficar preocupada com o trabalho dos outros”.

Além da responsabilidade profissional associada aos beneficiários, existe ainda a responsabilidade associada às condutas dos pares profissionais. Devemos refletir também na maneira como os especialistas da área reagem quando avaliam que um colega de profissão está atuando de maneira equivocada. O próprio Código de Ética dos Profissionais de Educação Física, no cap. III, art. 8, inciso V (CONFEEF, 2013), traz que é considerado um dever profissional não pactuar com erros ou atos infringentes das normas éticas e/ou legais que orientam a profissão.

Por isso, quando os entrevistados relataram exemplos de atuações inconsequentes dos pares profissionais, perguntamos qual a postura adotada frente ao problema.

Leandro, Bárbara e Luciana responderam que, se fosse um profissional próximo e amigo, iriam conversar sobre o ocorrido e tentar aconselhar sobre o equívoco acontecido. Relatam que, se o profissional em questão não fosse tão próximo, nada fariam, alegando que, se há um erro de atuação, quem responderá por isso será o próprio especialista. Os profissionais demonstram, assim, que a responsabilidade estará associada a algo pessoal, não consideram o que aquele comportamento inadequado pode causar para os beneficiários, bem como para o grupo profissional:

Leandro: “Por que ele tá assumindo a responsabilidade dele, ele é profissional. Ele tá recebendo pra isso. [...] E se acontecer alguma coisa ele vai responder, então eu não interfiro em nada”.

Bárbara: “Se é algum bem próximo eu vou e pergunto o porquê. Já aconteceu de eu perguntar por que e a pessoa me explicar de um jeito dela, daí ela acha de um jeito e eu acho de outro”.

Luciana: Isso me atrapalha muito, por que eu não sei direito, o que eu faço na hora. Hoje tinha, têm 3 supervisores, eu e mais 2. Eu venho treinar no período da manhã que vem outro supervisor, às vezes eu vejo alguma coisa errada eu fico meio assim de falar, por que ele tem 4 anos aqui, eu tenho 6 meses. [...] Se eu tiver intimidade, com esse amigo meu, ou eu chego e pergunto, ou eu deixo quieto.

Larissa demonstra um comportamento um pouco diferente em relação à situação, ela pontua que no local onde trabalha existe uma boa relação entre os profissionais que intervêm no local, o que lhe permite maior liberdade para falar sobre o assunto e aconselhar quanto aos possíveis equívocos cometidos. Apesar de expor que cada profissional é responsável pelos treinamentos que prescrevem, diz que na equipe existe uma cobrança geral (entre os próprios profissionais) para cumprir com as normas propostas pela empresa:

Larissa: “Ninguém te supervisiona, você é responsável pelas tuas próprias fichas. [...] Aí agora a gente tá vendo trabalhar bastante assim: a questão do ‘fulano, sabe aquele errinho? Então tá acontecendo! Cê não tá preenchendo a ficha corretamente!’. A cobrança é em geral de todos, entre todo mundo”.

Seria importante que o grupo profissional compreendesse que muitos dos comportamentos caracterizados pela irresponsabilidade profissional continuam ocorrendo pela própria omissão do grupo em relação às atitudes infringentes pelos pares profissionais. Apesar de relatarem a deficiência na fiscalização em detectar e punir as infrações ocorridas na intervenção, o próprio especialista poderia contribuir com o cumprimento das normas éticas e legais da profissão. A própria entrevistada Bárbara reconhece a importância de adotarem um posicionamento quando diz: *“É até ruim né? A gente reclama, reclama e não faz nada”*.

A partir dos discursos dos profissionais sobre a *“Postura Profissional”* e a relação que fazem com a responsabilidade, identificamos diferentes posicionamentos que, na opinião deles, está em conformidade com profissionais que possuem a competência e responsabilidade para intervir profissionalmente:

Luciana: “Cumprir com os deveres da empresa né? Horário, horário de saída, sempre não deixar se acomodar [...]”.

Bárbara: “Não adianta treino por treino. Só pensando no dinheiro. Eu acho que tem profissional que gosta mesmo do que faz, e outros mais pelo dinheiro: ‘Ah, me formei aqui, to nessa área mesmo, vamo, vamo, vamo’”.

Larissa: “[...] eu acho que pra você ser um profissional, na profissão que você escolheu atuar, eu acho que você tem que: primeiramente gostar do que faz. Ame o que faz e não terá que trabalhar um dia sequer na sua vida. Se você gosta do que faz, você faz com amor, você faz bem feito [...]”.

Pelas falas encontradas nas entrevistas, conseguimos identificar as seguintes *“Posturas”* que os profissionais julgam serem atitudes associadas à responsabilidade:

- a) *“gostar do que faz”*;
- b) deixar o interesse financeiro em segundo plano, sendo que para os entrevistados pensar primeiramente em *“ganhar dinheiro”* é um caminho para cometer uma infração;
- c) cumprir deveres como: horário de entrada e saída; programar a elaboração e a prescrição dos programas de exercícios físicos;
- d) ter atenção com o *“aluno”*;

- e) não deixar que problemas pessoais interfiram na atuação profissional, deixando a desejar na maneira como trata o beneficiário;
- f) não permitir que o cansaço e o desgaste físico/mental interfiram para um baixo rendimento profissional;
- g) não se “acomodar”, no sentido de deixar de cumprir os deveres que desempenham: por estabilidade no emprego, cansaço ou por não levar o trabalho a sério;
- h) ter atenção à manutenção dos equipamentos (por exemplo, averiguar cabos de aço, regulagem, funcionamento das polias), bem como a organização da sala de musculação, para evitar acidentes com os beneficiários;
- i) trazer mudanças “benéficas aos alunos”, sempre avaliando o treinamento que foi proposto e se os resultados esperados foram alcançados.

Uma das maneiras de o profissional cumprir com esses deveres apontados pelos entrevistados, bem como com tudo o que se refere ao seu campo de atuação, é depositando o máximo de competência, dedicação e responsabilidade na intervenção. (TOJAL, 2006). Os entrevistados colocam que toda postura que não condiz com os deveres que os profissionais devem cumprir pode ser a razão para que respondam pelos erros cometidos. Também associam as penalidades a fatores como: o descrédito em relação à sociedade; a punição dentro da empresa; a perda/desistência do beneficiário:

Luciana: “Dentro da academia vou levar bronca, vou levar uma advertência, e profissionalmente eu acho que isso... (pensativa) você não vai ser tão vista como uma... (pensativa) seu mérito de profissional vai ser dependendo do que você vai fazer”.

Ao se referirem às normas da empresa e às possíveis punições, perguntamos aos entrevistados como eles avaliavam que as regras estabelecidas pelas academias em que trabalhavam poderiam influenciar na maneira como atuavam. E se, de alguma maneira, a autonomia que possuíam para realizar a intervenção era influenciada pela administração do local.

Os profissionais alegaram que a maior parte das regras estabelecidas auxiliava o cumprimento das obrigações enquanto profissionais de

Educação Física, já que funcionavam como uma direção para o que deveriam fazer e como fazer. Também relataram que possuíam autonomia suficiente para intervir junto aos programas de exercícios físicos e que a administração do local não interferia no modo como planejavam e executavam os programas de treinamento. As maiores intercessões pareciam ocorrer em relação à postura que o profissional deveria adotar frente aos beneficiários.

A liberdade conquistada para efetivarem a intervenção da maneira como acreditam ser a mais adequada faz surgir, aos profissionais, maiores responsabilidades pelos posicionamentos adotados, bem como pelos atos efetivados (FREIDSON, 1998). É importante pontuarmos também que a maneira como o grupo profissional faz uso dessa autonomia pode interferir na qualidade do trabalho desenvolvido.

A autonomia profissional se constrói no cotidiano, na efetivação diária do exercício profissional, caracterizada pela independência nas escolhas, decisões e execução das atividades desenvolvidas, independentemente do estabelecimento onde intervém ou das intenções leigas dos usuários dos serviços oferecidos (VERENGUER, 2004). A liberdade presente no grupo profissional deve pautar-se também em alguns princípios fundamentais para uma intervenção responsável: o compromisso (com a profissão e com os beneficiários); a produção de serviços que não force o indivíduo (e suas necessidades) a encaixar-se em categorias padronizadas; e a efetivação de um trabalho que vá além do interesse próprio, acarretando melhorias para a sociedade (FREIDSON, 1998).

Uma das únicas observações realizadas em relação à administração do local foi relatada pela entrevistada Luciana, que comenta o caso de um dos empregos anteriores e a dificuldade de intervir da maneira que achava mais adequada. A profissional traz a questão de o proprietário (responsável pelas regras estabelecidas) ser alguém que não possuía formação em Educação Física, o que acarretava um distanciamento entre o que era pedido que os profissionais fizessem e o que eles realmente acreditavam que deveriam fazer:

Luciana: Já teve outros lugares que eu trabalhei que prezava muito assim, o aluno tem razão de tudo: “Ah o aluno não quer fazer esse exercício, passa outro, o aluno não quer fazer esse, passa outro”. E isso eu achava errado. Por que quando você vai procurar um profissional, um médico, cê tá doente você vai procurar

o médico, você vai obedecer o médico. [...] a gente também é formado, a gente também sabe o que tá fazendo, a gente tem que ser respeitado.

Os demais entrevistados pontuam que a formação específica em Educação Física, dos proprietários e coordenadores das academias nas quais trabalhavam no momento da pesquisa, era um dos motivos que facilitavam o entendimento entre ambos e a possibilidade de realizar a intervenção da maneira que julgavam ser a mais adequada. Coelho Filho (2000) relata que as academias de ginástica transformam-se cada vez mais em objeto de consumo com fins lucrativos, sendo investidos milhões em reformas e inaugurações dos estabelecimentos.

O fato de as academias de ginástica serem, atualmente, um tipo de negócio que proporciona grandes lucros aos proprietários pode levar gerentes/administradores a direcionar a maneira como os serviços são oferecidos, com o objetivo primário de efetivar os lucros da empresa. Existe então um “conflito” entre proprietários e profissionais de Educação Física atuantes no local. O administrador (que não possui a formação específica em Educação Física) muitas vezes não terá a capacidade de chegar à resolução mais adequada para o caso em questão. O conhecimento que possui é típico de pessoas que não têm familiaridade com os assuntos da profissão, não possuem os conhecimentos e habilidades específicas adquiridas pelo treinamento na área.

As convicções defendidas pelos proprietários e/ou gerentes dos estabelecimentos interferem diretamente no tipo de regra estabelecida para ser seguida por toda a equipe que intervém no local (FREIDSON, 2009). É fundamental que os administradores/proprietários/gerentes tenham cautela em relação às normas estabelecidas no local de trabalho, já que não só o profissional responderá por danos que vier a causar, como também os próprios empregadores serão responsabilizados por erros cometidos (SOUZA, 2010).

Diferentes normas podem direcionar os posicionamentos que devem ser adotados: priorizar um atendimento de qualidade; privilegiar o beneficiário acima de qualquer coisa; enfatizar a importância de prescrever um programa de treino adequado às necessidades de cada indivíduo; manter o local limpo e organizado, etc. Esses foram interesses que se faziam presentes no ambiente das academias de ginástica em que os entrevistados atuavam ou já atuaram. Tendo conhecimento dessa situação, cabe ao profissional de Educação Física usar de sua perícia e de suas habilidades para justificar, através das argumentações, sobre os cuidados das

escolhas realizadas pelos profissionais, bem como por proprietários/gerentes/administradores do local.

4.3.1.3 Categoria 3: A “Individualidade do Aluno” como Elemento da Responsabilidade Profissional

A “*Individualidade do aluno*” se refere às múltiplas características que constituem a personalidade do beneficiário, são as qualidades próprias que deverão ser consideradas no planejamento e prescrição do programa de exercícios físicos. Ao longo das entrevistas, foi um assunto abordado diversas vezes pelos entrevistados, além de ser considerado como diretriz da intervenção desses profissionais. Os entrevistados também associaram que profissionais responsáveis diferenciam a atuação e prescrição do treinamento com base na individualidade do beneficiário.

Não só os atributos físicos foram considerados, mas também especificidades como: personalidade, quantidade de tempo que o beneficiário tem disponível, tipo de trabalho desenvolvido por ele, nível de conhecimento do “*aluno*”, idade, gênero, condição socioeconômica:

Larissa: “Você tem que se colocar no lugar no aluno pra ver que ele tem necessidades, às vezes ele vem pra academia às vezes nem querendo resultado, ele vem como uma válvula de escape, pra conversar, pra fazer o exercício [...]. O aluno chega na academia você vai brincar com ele? Legal, só que não é todo mundo que gosta de brincadeira, tem que saber moderar”.

Nessa fala de Larissa, percebemos a preocupação em colocar o objetivo do beneficiário em primeiro plano; como a profissional diz, muitas vezes o “*aluno*” não procura os serviços da academia com o foco principal na obtenção de resultados e melhoras no condicionamento físico, mas como uma maneira de socializar-se, descansar do trabalho, entre outros objetivos que devem ser respeitados pelo profissional de Educação Física.

Ao terem conhecimento sobre o que levou aquele beneficiário a inserir-se num programa de musculação, o profissional saberá então como direcionar o trabalho que será realizado. Larissa, assim como os demais entrevistados, considera que a ação de o profissional desconsiderar esse fator é um

ato danoso, uma infração da parte dele em relação ao beneficiário, caracterizando assim uma postura inconsequente:

Leandro: “Saber certo o que o aluno precisa, o objetivo do aluno, por que às vezes, sabe, o cara entra na academia e o instrutor nem sabe o que o aluno veio fazer na academia entendeu? O cara tem um objetivo, eu penso assim”.

Leandro denuncia uma postura que parece ser frequente nas academias (já que foi citado pelos demais entrevistados), que é a falta de conhecimento, do profissional de Educação Física, dos motivos que levaram aquele “aluno” a procurar seus serviços. Parece não existir o cuidado de identificar os objetivos e as especificidades do beneficiário, o que serviria de auxílio para adequar o programa de musculação às reais necessidades do indivíduo. Também destaca a importância de realizar uma anamnese para que possa realizar a atuação de maneira mais específica e adaptada ao “aluno”:

Leandro: “Primeiro eu fazia anamnese com o aluno, pra saber se ele tinha alguma limitação física, alguma coisa. Alguma lesão, se tava em recuperação, alguma coisa assim. Dependendo do aluno que nem no caso dele (citando um aluno com escoliose), ou então o aluno nunca fez musculação, eu sempre fazia exercício que ele poderia fazer sentado, sempre utilizando máquina primeiro, sempre aquilo que não colocasse a segurança do aluno em risco, sempre. [...] Mas a anamnese que eu fazia era coisa minha, que eu achava necessário”.

Nessa fala, identificamos a preocupação do profissional em saber as especificidades do beneficiário e de que maneira algumas limitações poderiam trazer o insucesso do programa de exercícios prescrito ao “aluno”. Dessa maneira, o entrevistado se antecipa à situação de risco adequando o que será prescrito às particularidades do beneficiário. Para isso, Leandro realizava um anamnese por conta própria, com perguntas que julgava serem importantes para ele planejar e prescrever os exercícios físicos.

O profissional diz que, no estabelecimento onde trabalhava quando realizamos a entrevista, não havia nenhum tipo de documento a ser preenchido pelo beneficiário, em que pudesse descrever itens como: se já havia passado por cirurgia, se havia algum problema de saúde, idade, se fazia uso de medicamentos, se já realizava exercícios físicos, objetivo, entre outros itens. Das três academias participantes, apenas uma tinha a anamnese como preenchimento obrigatório, assim como a avaliação física prévia ao início do programa de exercícios físicos.

O próprio Código de Ética (CONFEF, 2013), no cap. III, art. 6, inciso IV, traz que o profissional deverá elaborar o programa de atividades físicas do beneficiário em função das suas condições gerais de saúde, assim como oferecer uma orientação segura (por escrito) sobre a execução dos exercícios recomendados, segundo o cap. III, art. 6, inciso V.

Tanto o fato de não existir, nas academias pesquisadas, o preenchimento de algum documento onde o “*aluno*” pudesse discorrer sobre suas particularidades, assim como a falta de critérios para avaliar se os resultados esperados estariam sendo alcançados, demonstram um descuido/descaso por parte do estabelecimento. A falta de um documento que permita reconhecer as condições dos beneficiários, bem como os desempenhos apresentados em relação ao programa de exercícios físicos, dificulta a avaliação e julgamento das tomadas de decisão dos profissionais e a própria prescrição do treinamento por parte do especialista.

É sabido que uma avaliação física prévia ao início do programa de exercícios físicos é fundamental para que o especialista possa realizar uma prescrição adequada ao nível de condicionamento do beneficiário, bem como considerando as especificidades que o caracterizam. A avaliação prévia também será fundamental para que o profissional de Educação Física possa decidir sobre métodos, tipo de exercícios, frequência e duração da sessão de treinamento (SILVA, 2010).

Poderíamos dizer que esses procedimentos seriam precauções a serem tomadas a fim de evitar um possível resultado negativo, em que os profissionais podem vir a agir na incerteza, por não possuírem algo palpável para direcionar o trabalho realizado. A responsabilidade que permeia um grupo profissional deve estar pautada pela ideia de que um erro pode vir a acontecer e que o profissional responderá pelo ato cometido. É importante também que o especialista reflita sobre como sua conduta influenciará todos os que estão envolvidos por aquilo que ele faz e, caso avalie que os princípios adotados não são seguros, tenha a capacidade de revisar suas convicções (BUB, 2005).

A partir dessa perspectiva, o grupo profissional deve criar normas e procedimentos que auxiliem na elaboração de seu trabalho, bem como resguardem a população de serem alvos de uma intervenção irresponsável. Quando falamos em normas e procedimentos, não estamos nos referindo a uma padronização de

atendimento e prescrição dos programas de exercícios físicos, mas à regulação de atos que devem ser obrigatórios antes de os beneficiários iniciarem um programa de exercícios físicos, por exemplo, o preenchimento de uma anamnese, a realização da avaliação física, em que o especialista poderá ter acesso às especificidades do indivíduo que contrata seus serviços:

Somente com todas as informações sobre o indivíduo e pleno conhecimento da situação, poderá o profissional adequar o exercício físico aos objetivos, características e necessidades pessoais. Para tanto, antes de começar o programa de exercícios, é necessário uma avaliação ampla e sistemática, iniciada com anamnese completa e coleta de informações relativas a testes realizados pelos indivíduos (SILVA, 2010).

É fundamental que o profissional esteja atento às situações que busca resolver, procurando efetivar atividades que aumentem os benefícios direcionados aos usuários de seus serviços e minimizando atitudes que ofereçam riscos (BUB, 2005). Para isso, o profissional de Educação Física também deve considerar a diversidade dos ambientes em que intervém, assim como as características do público atendido e a disponibilidade e qualidade dos equipamentos que utilizará.

Outro elemento identificado (a partir das entrevistas) refere-se à falta de capacidade do profissional de reconhecer uma situação que pode ser constrangedora ao beneficiário e, dessa maneira, não adequar o atendimento de acordo com as necessidades do “aluno”. O profissional, por desleixo ou falta de atenção, esquece que o indivíduo necessita de uma atenção mais específica, que possa levar em conta as necessidades pessoais e emocionais (ALVES; ÉVORA, 2002). Esse fator é entendido pelos profissionais como uma das razões para cometer um erro profissional:

Leandro: [...] você fazer o aluno ficar a vontade dentro da academia, entendeu? Por que às vezes a academia é um lugar que pras pessoas... (pensativo), por exemplo, chega uma gordinha aqui, um monte de mulher bonita, às vezes ela fica meio assim. Aí acho que entra também o profissional saber lidar com essa situação, deixar a pessoa à vontade, entendeu?

Luciana: “Eles já entram com vergonha. Você não vai colocar o gordinho tão expostamente assim. Fazer um exercício tão exposto assim, ele vai se

sentir envergonhado. Daí já deixa ele mais... (pensativa) conversa mais, deixa ele mais a vontade, então é muito na conversa né? [...]. Eu fico mais preocupada com isso. Uma pessoa idosa, você não vai por pra descer e subir escada toda hora. Mas depende do profissional, tem profissional que não vê isso”.

O profissional que não tem o cuidado ao intervir responde por ato que venha a cometer e que caracterize imprudência, imperícia ou negligência. Muitas vezes, a intenção de trazer prejuízo ao beneficiário não está presente na ação realizada; o profissional pode realizar determinado ato sem ser proposital (LIMA, 2003; SILVEIRA, 2002; SOUZA, 2010).

Mesmo não sendo intencional, o especialista pode ser considerado culpado por agir de forma imprudente e/ou negligente, nesse caso apresentado pelos entrevistados. Seguir uma rotina no modo de proceder pode auxiliar no sentido de possibilitar, ao especialista, observar com antecedência e concluir sobre possíveis consequências que podem ocorrer (CARVALHO; VIEIRA, 2002). Além do conjunto de procedimentos a serem desenvolvidos, é importante que o profissional tenha a capacidade de, através do erro cometido, aprender a modificar suas atitudes com o intuito de evitar equívocos de intervenção (BUB, 2005).

Pelas falas dos profissionais, identificamos que a “*individualidade do aluno*” influencia nas estratégias adotadas, pelo especialista, para realização das atividades: o tipo de exercício que deverá ser indicado, a conversa que será encadeada com o beneficiário, local onde o “*aluno*” deverá ser colocado para realização dos exercícios prescritos são fatores determinantes para que o beneficiário possa sentir-se em condições ideais para a realização do treinamento. Esses fatores se referem à criação de um contexto que seja propício para desenvolver uma intervenção pautada nas reais necessidades dos indivíduos, bem como priorizar a diminuição de danos que possam ser causados durante a atuação do especialista.

Outros elementos foram citados, pelos participantes, como fundamentais para criar um ambiente ideal para uma intervenção adequada e segura:

- a) tempo de duração do treinamento: que deverá ser adaptado à disponibilidade do beneficiário;

- b) maneira de abordar o beneficiário: a abordagem sempre deverá ocorrer com prudência, evitando atitudes levianas em que o “*aluno*” é colocado em situações inconvenientes;
- c) características das conversas entre profissional e beneficiário: deverá ser de acordo com a personalidade do “*aluno*”, nível de conhecimento, assuntos que são de interesse deles;
- d) cuidado com a relação profissional/beneficiário muito íntima;
- e) adaptar o treinamento ao público atendido: idosos, adolescentes, adultos;
- f) determinar como será a abordagem do beneficiário de acordo com a idade: explicações sobre o treino, tipo de conversas e atenção dispensada de acordo com idade (idosos, adolescentes, adultos);
- g) saber o tipo de profissão exercida pelo beneficiário e adequar o treinamento das atividades desenvolvidas por ele no trabalho, por exemplo: um profissional que trabalha muito tempo em pé ou sentado, se há esforço físico ou não durante seu trabalho, se é um trabalho que lhe causa cansaço físico ou mental demasiado.

Destaca-se que o bom resultado dos beneficiários virá de uma avaliação primária correta, bem como da efetivação do programa de exercícios físicos em consonância com objetivos e particularidades do beneficiário. Além de fazer uso dos conhecimentos específicos da área, devem levar em consideração também cada caso atendido, afinal cada situação é peculiar, assim como o ambiente em que ocorre e as pessoas que compõem a circunstância (RICOEUR, 1996). Por existir essa variação individual, há a necessidade de unir o conhecimento formal com os conhecimentos adquiridos na prática pelo profissional; ambos servirão de guia, a fim de encontrarem a solução para a população atendida (FREIDSON, 2009).

É comum, na área da Educação Física, assim como na maior parte das áreas que se relacionam à saúde, atitudes que rotulem os usuários dos serviços oferecidos, situações em que os profissionais qualifiquem os beneficiários como hipertensos, diabéticos, entre tantos outros “títulos” dados aos indivíduos (NOBRE; BERNARDO; JATENE, 2003). Mas é importante lembrarmos que os profissionais atuantes como instrutores de musculação devem considerar, como apontado pelos

entrevistados, outros fatores que são influenciadores no comportamento dos beneficiários (além dos problemas relacionados à saúde) e que possivelmente irão influenciar na execução ou não do programa de treinamento.

A convivência com o beneficiário é colocada, pelos entrevistados, como fator preponderante para conhecer as características de cada um, bem como o elemento determinante a fim de adequar o atendimento e o programa de exercícios à especificidade que compõe cada indivíduo. Os profissionais demonstram que ser responsável é uma razão para respeitar a individualidade do beneficiário e, dessa forma, priorizar sempre a intervenção segurança.

Ao pensarmos que um profissional terá como dever resolver um problema prático de um indivíduo, trazendo-lhes bons resultados (FREIDSON, 2009), não há como dissociarmos o planejamento e a prescrição que deverão ser realizadas das características que compõem cada um dos beneficiários (ALVES; ÉVORA, 2002). Depende de o profissional utilizar de maneira efetiva a autonomia conquistada, decidindo como planejar, o que prescrever, como orientar e o quanto as escolhas realizadas foram dignas de sucesso e confiança.

Além de fazer o bom uso do direito de tomar decisões livremente, o profissional deverá também estabelecer uma relação entre seus direitos e deveres, assumindo e reconhecendo todas as vezes que deixar de cumprir com uma obrigação (BUB, 2005). Além disso, a particularidade de cada situação vivenciada por esse profissional de Educação Física exige a mobilização dos conhecimentos adquiridos e as estratégias que possuem, formulando dessa forma seus próprios conceitos e concepções, o que pode acarretar a reestruturação e criação de novas maneiras de intervir (SORIANO, 2004).

CONCLUSÃO

A pesquisa desenvolvida junto aos profissionais de Educação Física atuantes como instrutores de musculação em academias de ginástica teve por objetivo central identificar se existiam representações sociais sobre responsabilidade profissional. Dessa maneira, buscamos também identificar que elementos poderiam influenciar nas concepções dos profissionais sobre o objeto representado.

A utilização da abordagem qualitativa de pesquisa tornou-se a estratégia mais adequada para cumprir com os objetivos do estudo. A escolha esteve associada à necessidade de compreender a responsabilidade a partir da realidade vivenciada pelos profissionais, bem como identificar os elementos que embasavam as mensagens produzidas pelos entrevistados.

A análise foi realizada utilizando aproximações com os aspectos teórico-metodológicos das representações sociais. Esse fator nos auxiliou na compreensão dos conhecimentos produzidos pelos profissionais de Educação Física e, também, a identificar as possíveis condutas e comportamentos adotados pelos profissionais.

Por meio da pesquisa, identificamos que o discurso sobre responsabilidade profissional dos profissionais atuantes como instrutores de musculação remetem a três categorias de pensamento principais: o conhecimento como elemento fundamental para a intervenção segura; a presença das posturas consideradas ideais aos profissionais que primam pela responsabilidade do trabalho desenvolvido; e a individualidade dos beneficiários como elemento primordial para uma prescrição de exercícios adequada e efetiva aos praticantes de musculação.

Em relação à categoria conhecimento, identificamos a associação com a segurança da atuação, em que os profissionais enfatizam a necessidade de ter uma base teórica mínima para prescrever o programa de exercícios, a fim de evitar os erros profissionais. A relação com a segurança também é associada à confiança que o público deposita no trabalho desenvolvido pelo especialista, de acordo com o que sabem e como fazem uso desse conhecimento para convencê-los de que as estratégias adotadas foram as melhores e mais adequadas. Esse fator leva, na compreensão dos profissionais, ao maior reconhecimento e sucesso profissional.

A pouca contribuição da formação inicial para a aquisição de habilidades e conhecimentos específicos ao tipo atuação que desenvolvem também foi elemento preponderante nos discursos analisados. Os profissionais demonstram que esse fator leva a insegurança ao prescrever e executar os programas de musculação. Os elementos que mais influenciaram para que pudessem adquirir algum conhecimento para intervir foram os estágios e as vivências práticas realizadas após a formação profissional. Como estratégia para sanarem essa deficiência e atualizarem-se em relação aos conhecimentos específicos da área que atuam, buscam a realização de cursos de finais de semana, as conversas com pares profissionais e a busca de leituras na internet.

Quanto à categoria posturas profissionais, os entrevistados pontuam as atitudes, que, na compreensão deles, são positivas e negativas e que devem ou não ser adotadas para efetivar uma atuação responsável. Nos discursos analisados identificamos com maior ênfase as atitudes relacionadas à ética com os beneficiários e à ética com os pares profissionais.

A maior influência, segundo a compreensão dos profissionais, esteve relacionada à observação de alguns docentes da formação inicial, à observação dos pares profissionais e ao fato de realmente terem escolhido uma profissão que satisfaça os desejos desses profissionais (o “gostar do que faz”). As mensagens que atribuíram grande influência da educação familiar e observação dos pais foram as mais enfatizadas pelos profissionais, sendo este o fator primordial para os posicionamentos adotados na intervenção. Ainda em relação aos elementos influenciadores de como interpretam e aplicam a responsabilidade ao prescreverem e executarem os programas de exercícios físicos, não encontramos relação com os princípios, deveres e responsabilidades postas pelo Código de Ética dos Profissionais de Educação Física. Mesmo que muitas posturas pontuadas pelos profissionais estejam presentes no código, associam que a maior parte dos princípios que seguem, hoje, não vem do conhecimento sobre os deveres que caracterizam a intervenção em educação física.

Em relação à última categoria, a individualidade dos beneficiários, os profissionais acreditam ser essa uma premissa básica e fundamental para intervir com responsabilidade. Através das especificidades apresentadas pelos indivíduos é que os profissionais poderão direcionar a prescrição do programa de exercícios, adequando, dessa forma, o que é objetivado e prescrito às reais necessidades dos

beneficiários. Pontuam também que a consideração ou não dessas individualidades, pelo especialista, pode levar tanto a resultados positivos quanto negativos, caracterizando, portanto, situações em que o erro profissional possa vir a ocorrer.

As associações que fazem sobre o que é responsabilidade profissional nos levam a identificar que o fato de adotarem ou não comportamentos, a fim de evitar danos aos beneficiários, está associado a fatores externos. Não há o sentimento de pertença ao grupo profissional, em que prevaleça o cumprimento das normas de conduta profissionais, sendo que o elemento de maior impacto para a responsabilidade que possuem vem dos valores familiares.

Dessa maneira, conclui-se que os profissionais não possuem uma representação solidificada sobre a responsabilidade profissional, ficando os julgamentos e reflexões sobre o tema atrelados a opiniões que possuem com base no que vivenciaram, observaram e apreenderam de suas vivências práticas e da experiência profissional.

Assim, faz-se necessário que os cursos de formação profissional reavaliem como os assuntos referentes a comportamentos, deveres, funções, responsabilidades associadas à intervenção em Educação Física estão sendo discutidos no período de graduação, para que, dessa maneira, os futuros profissionais possam fortalecer a maneira como pensam a responsabilidade e reflitam sobre as atitudes adotadas na intervenção. Esse fator é preponderante para que prejuízos à sociedade sejam evitados e também com o intuito de efetivar uma intervenção cada vez mais responsável e distinta pela qualidade dos serviços oferecidos.

Por conseguinte, consideramos importante para próximos estudos: realizar um estudo onde seja possível acompanhar a atuação desses profissionais, para que assim possamos identificar como as concepções que possuem interferem nas tomadas de decisão profissional. Concretizar um estudo em que possamos identificar como os conhecimentos tácitos, advindos das vivências profissionais, são utilizados na prescrição dos programas de exercícios físicos específicos de musculação.

REFERÊNCIAS

- ABBOTT, Andrew. **The system of professions**: An Essay on the Division of Expert Labor. Chicago: The University of Chicago Press, 1988.
- ALVES, Débora Cristina Ignácio; ÉVORA, Yolanda Dora Martinez. Questões éticas envolvidas na prática profissional de enfermeiros da comissão de controle de infecção hospitalar. **Revista Latino-Americana Enfermagem**, v. 10, n. 3, p. 265-75, maio-jun. 2002.
- ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso. **Etnografia da prática escolar**. 5. ed. Campinas, SP: Papirus, 1995.
- ANTUNES, Alfredo Cesar. Perfil profissional de instrutores de academias de ginástica e musculação. **Revista Digital EFDEPORTES.COM**, Buenos Aires, año 9, n. 60, mayo 2003. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd60/perfil.htm>>. Acesso em: 27 ago. 2012.
- ARAÚJO, Monica Bersi; SORIANO, Jeane Barcelos; FONSECA, Rubiane Giovani; SANTO, Dalberto Luiz. O ponto de vista de estudantes de Educação Física sobre os conhecimentos relevantes em situações – problema da intervenção profissional. **Revista Digital EFDEPORTES.COM**, Buenos Aires, v. 11, n. 95, abr. 2006. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd95/profis.htm>>. Acesso em 23 de agosto de 2012.
- ARRUDA, Angela. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, p. 127-147, nov. 2002.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977.
- BASTOS, Rogério Lustosa. Discussão dos principais métodos e técnicas de pesquisas. In: _____. **Ciências Humanas e Complexidades**: projetos, métodos e técnicas de pesquisa – O caos, a nova ciência. Juiz de fora/MG: UFJF, 1999. p. 63-96.
- BATISTA, Paula Maria Fazendeiro; MATOS, Zélia Maria Roque Pinto; MESQUITA, Isabel Maria Ribeiro; GRAÇA, Amândio Braga dos Santos. Representações dos profissionais do desporto acerca do conceito de competência profissional. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 25, n. 2, p. 197-213, abr./jun. 2011.
- BENATTI, Juliano Peres. **Representação de responsabilidade sobre a intervenção profissional em Educação Física**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Educação Física) – Centro de Educação Física e Esporte. Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2011.
- BORGES, Moema da Silva; QUEIROZ, Lilian Silva; SILVA, Héllen Cristina Pereira. Representações sociais sobre cuidar e tratar: o olhar de pacientes e profissionais. **Revista Escola Enfermagem Usp**, v. 45, n. 6, p. 1427-1433, 2011.

BOSI, Maria Lúcia Magalhães. **Profissionalização e conhecimento**: a nutrição em questão. São Paulo: Hucitec, 1996.

BRASIL. Presidência da República. LEI Nº 9.696, DE 1 DE SETEMBRO DE 1998. Dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9696.htm>. Acesso em: 23 ago. 2012.

BRITO, Alexandre Sant'Ana; SOUZA, Lídio. Representações sociais de policiais civis sobre profissionalização. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 6, n. 12, p. 304-327, jul./dez. 2004.

BUB, Maria Bettina Camargo. Ética e prática profissional em saúde. **Texto Contexto Enfermagem**, v. 14, n. 1, p. 65-74, jan.-mar. 2005.

CAMPOS, Pedro Humberto Faria. Quando a exclusão se torna objeto de representação social. In: MOREIRA, Antonia Silva Paredes (Org.). **Representações sociais**: teoria e prática. João Pessoa: Editora Universitária/Autor Associado, 2001.

CARVALHO, Manoel; VIEIRA, Alan A. Erro médico em pacientes hospitalizados. **Jornal de pediatria**, v. 78, n. 4, p. 261-268, 2002.

CAZELATO, Jeane Arlete Marques. Preparação profissional para uma intervenção ética. In: TOJAL, João Batista; BARBOSA, Alberto Puga (Orgs.). **A ética e a bioética na preparação e na intervenção do profissional de Educação Física**. Belo Horizonte: Casa da Educação Física, jan. 2006.

COELHO FILHO, Carlos Alberto de Andrade. O discurso do profissional de ginástica no Rio de Janeiro. **Movimento**, v. 6, n. 12, p. 14-24, 2000/1.

STEINHILBER, Jorge. Sistema CONFEF/CREFs e a responsabilidade Ética. In: TOJAL, João Batista; BARBOSA, Alberto Puga (Orgs.). **A ética e a bioética na preparação e na intervenção do profissional de Educação Física**. Belo Horizonte: Casa da Educação Física, 2006. p. 7-15.

CONFEF. Conselho Federal de Educação Física. **Estatuto do Conselho Federal de Educação Física – CONFEF**. Rio de Janeiro, DO 237, Seção 1, p. 137-143, 13 dez. 2010. Disponível em: <<http://www.confef.org.br/extra/conteudo/default.asp?id=471>>. Acesso em: 07 jan 2013.

_____. Conselho Federal de Educação Física. **Resolução CONFEF nº 046/2002**. Dispõe sobre a Intervenção do Profissional de Educação Física e respectivas competências e define os seus campos de atuação profissional. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <http://www.confef.org.br/extra/resolucoes/conteudo.asp?cd_resol=82>. Acesso em: 12 ago. 2013.

_____. Conselho Federal de Educação Física. **Resolução CONFEF nº 254/2013**. “Código de Ética de Educação Física”. Dispõe sobre o Código de Ética dos Profissionais de Educação Física registrados no Sistema CONFEF/CREFs. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em:

<http://www.confef.org.br/extra/resolucoes/conteudo.asp?cd_resol=326&textoBusca=cod>. Acesso em: 26 fev. 2013.

DUARTE, Mônica de Andrade; MAZZOTTI, Alda Judith Alves. A representação de “menino de rua” por crianças e adolescentes de classe média. In: MOREIRA, Antonia Silva Paredes (Org.). **Representações sociais teoria e prática**. João Pessoa: Editora Universitária/Autor Associado, 2001. p. 391-410.

FREIDSON, Eliot. **Profissão médica: um estudo de sociologia do conhecimento aplicado**. São Paulo: Unesp; Porto Alegre: Sindicato dos Médicos, 2009.

_____. **Renascimento do profissionalismo: teoria, profecia e política**. São Paulo: Edusp, 1998.

FREIRE, Elisabete. Preparação profissional em Educação Física: uma comparação entre ingressantes e concluintes. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, v. 6, n. 2, p. 147-154, 2007.

_____; REIS, Marise Cisneiros da Costa; VERENGUER, Rita de Cássia Garcia. Educação Física: pensando a profissão e a preparação profissional. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, v. 1, n. 1, p. 39-46, 2002.

FREITAS, Diego Costa; SILVA, Fernanda de Azevedo Gomes; LUDORF, Sílvia Maria Agatti. **O corpo e a prática dos professores de academias de ginástica de pequeno porte do Rio de Janeiro**. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd124/o-corpo-e-a-pratica-dos-professores-de-academias-de-ginastica.htm>>. Buenos Aires, v. 13, n. 124, set. 2008.

FREITAS, Henrique; JANISSEK, Raquel. Análise quali ou quantitativa em gestão e em sistemas de informação: A análise de conteúdo. In: **Análise Léxica e Análise de Conteúdo: Técnicas complementares, seqüenciais e recorrentes para exploração dos dados qualitativos**. Porto Alegre: Sphinx; Sagra Luzzatto, 2000.

FREITAS, Henrique; MELLO Rodrigues de; CUNHA JR., Marcus Vinícius Moretti da; MOSCAROLA, Jean. Aplicação de sistema de software para auxílio na análise de conteúdo. **Revista de administração**, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 97-109, jul./set. 1997.

FONSECA, Rubiane Giovani; SORIANO, Jeane Barcelos; NAKAMURA, Sílvia Cristina. O conhecimento profissional de Educação Física e sua relação com o ambiente de trabalho durante a intervenção profissional. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 13, n. 3, p. 151-177, set./dez. 2007.

FURTADO, Roberto Pereira. Novas tecnologias e novas formas de organização do trabalho do professor nas academias de ginástica. **Pensar a prática**. v. 10, n. 2, p. 307-322, jul./dez. 2007.

GARDNER, Howard. **Responsabilidade no trabalho**. Porto Alegre: Artmed; Bookman, 2009.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

GOMES, Antônio Marcos Tosoli; OLIVEIRA, Denise Cristina. A representação social da autonomia profissional do enfermeiro na Saúde Pública. **Revista Brasileira de Enfermagem**. v. 58, p. 4, p. 393-398, jul./ago. 2005.

HOLLANDA, Mônica Petralanda. A teoria das representações sociais como modelo de análise do contexto escolar. In: MOREIRA, Antonia Silva Paredes (Org.). **Representações Sociais Teoria e Prática**. João Pessoa: Editora Universitária; Autor Associado, 2001. p. 451-463.

JANESICK, Valerie J. The choreography of qualitative research design. In: DENZIL, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Orgs.). **Handbook of qualitative research**. California: Sage Publications; 2000. p. 460-476.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In:_____. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 17-44.

CARMO JUNIOR, Wilson do; GOBBI, Sebastião; TEIXEIRA, Camila Vieira Ligo. Personal trainer: a profissão, o profissional e a estrutura de um novo mercado. **Revista Pensar a prática**, v. 16, n. 1, p. 248-266, 2013.

LACERDA, Marcos; PEREIRA, Cícero; CAMINO, Leôncio. Um estudo sobre as formas de preconceito contra homossexuais na perspectiva das representações sociais. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 15, n. 1, p. 165-178, 2002.

LARSON, Magali Sarfatti. **The rise of professionalism a sociological analysis**. London, England: University of California Press Ltd., 1977.

LAPLANTINE, François. Antropologia dos sistemas de representações da doença: sobre algumas pesquisas desenvolvidas na França contemporânea reexaminadas à luz de uma experiência brasileira. In: JODELET, Denise (Org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 241-259.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: UFMG, 1999.

LEITE, Marcia de Paula. Tecendo a precarização: trabalho a domicílio e estratégias sindicais na indústria de confecção em São Paulo. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, v. 2, n. 1, p. 239-265, 2004.

LIMA, Márcia Rebelo. Responsabilidade profissional. In: PITTA, Guilherme Benjamin Brandão; CASTRO, Aldemar Araújo, Burihan Emil (Eds.). **Angiologia e cirurgia vascular: guia ilustrado**. Maceió: UNCISAL/ECMAL; LAVA; 2003. Disponível em: <http://lava.med.br/livro/pdf/0_CAPA_1.PDF>. Acesso em: 19 mar. 2012.

LOUZADA, Mauro; VOTRE, Sebastião; DEVIDE, Fabiano. Representações de docentes acerca da distribuição dos alunos por sexo nas aulas de Educação Física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 28, n. 2, p. 55-68, 2007.

MADEIRA, Margot. Representações sociais e educação: importância teórico-metodológica de uma relação. In: MOREIRA, Antonia Silva Paredes (Org.). **Representações Sociais Teoria e Prática**. João Pessoa. Editora Universitária; Autor Associado, 2001. p. 123-144.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: Planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MAZZOTTI, Alda Judith Alves. Representações da identidade docente: uma contribuição para a formulação de políticas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 57, p. 579-594, out./dez. 2007.

MEGHNAGI, Saul. A competência profissional como tema de pesquisa. **Revista Educação e Sociedade**, v. 19, n. 64, p. 50-86, set. 1998.

MELO, Claudia Cormes Buccelli Cavalcante de; FREIRE, Elisabete dos Santos. Responsabilidade civil e educação física escolar. **Revista Eletrônica da Escola de Educação Física e Desportos**. UFRJ, v. 5, n. 1, p. 7-29, jan./jun. 2009.

MELLO, André da Silva; RODRIGUES, Karolina Sarmento; SANTOS, Wagner; COSTA, Felipe Rodrigues; VOTRE, Sebastião Josué. Representações sociais sobre a Educação Física na Educação Infantil. **Revista de Educação Física /UEM**, v. 23, n. 3, p. 443-455, 3. trim. 2012.

MONTENEGRO, Eduardo Luiz Lopes. Imaginário e atividade física escolar: algumas reflexões acerca do sentido de professor de educação física. In: _____; RETONDAR, Jeferson; MONTENEGRO, Patrícia Cavalcanti Ayres. (Orgs.). **Imaginário e representações sociais: corpo, educação física, cultura e sociedade**. Maceio: Edufal – Editora da Universidade Federal de Alagoas, 2007. p. 133-169.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

NASCIMENTO, Glauce Yara do; SORIANO, Jeane Barcelos; FÁVARO, Paula Evelise. A perspectiva do erro e a avaliação das consequências da intervenção profissional em Educação Física: uma análise de conteúdo. **Revista Brasileira de Cineantropometria e Desenvolvimento Humano**, v. 9, n. 4, p. 393- 400, 2007.

NETTO, Adamo Lui; ALVES, Milton Ruiz. Responsabilidade Médica. **Revista Brasileira de Oftalmologia**, v. 69, n. 2, p. 75-76, 2010.

NOBRE, Moacyr Roberto Cuce; BERNARDO, Wanderley Marques; JATENE, Fabio Biscegli. A prática clínica baseada em evidências. Parte I – Questões clínicas bem construídas. **Revista da Associação Médica Brasileira**, v. 49, n. 4, p. 445-449, 2003.

NÓBREGA, Sheva Maria. Sobre a teoria das representações sociais. In: MOREIRA, Antonia Silva Paredes (Org.). **Representações sociais teoria e prática**. João Pessoa: Editora Universitária; Autor Associado, 2001. p. 55-87.

NOGUEIRA, Oracy. **Pesquisa social: introdução às suas técnicas**. São Paulo: Nacional, 1968.

OLIVEIRA, Aurélio Luiz; SILVA, Marcelo Pereira. O profissional de Educação Física e a responsabilidade legal que o cerca: fundamentos para uma discussão. In: IX SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR. Tecnologia e Civilização, Ponta Grossa, 24-26 nov. 2005. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais9/artigos/comunicacao_oral/art4.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2013.

PAZ, Leonardo Gomes Sesti. **Causas de insatisfação de clientes de academias de ginástica: o caso Uphill**. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) – Centro Ciências Administrativas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

PEREIRA, Giane Moreira dos Santos; MAZZOTTI, Tarso Bonilha. Representações sociais de Educação Física por alunos trabalhadores do ensino noturno. **Motriz**, Rio Claro, v. 14, n. 1, p. 53-62, jan./mar. 2008.

PIRES, Antonio Geraldo Magalhães Gomes. **As bóias-frias e suas representações sociais sobre tempo livre e lazer**. 2000. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 2000.

_____; CALCIOLARI JÚNIOR, Anísio. **As doutoras da quermesse**. Londrina, PR: Lazer & Sport, 2006.

PORTAL DA EDUCAÇÃO FÍSICA. **Em 10 anos o número de academias aumentou 21 vezes, no Brasil**. Disponível em: <<http://www.educacaofisica.com.br/index.php/gestao/canaisgestao/academias/18170-em-10-anos-o-numero-de-academias-aumentou-21-vezes-no-brasil>>. Acesso em: 31 jul. 2013.

PORTO, Ângela. Representações sociais da tuberculose: estigma e preconceito. **Revista Saúde Pública**, v. 41, supl. 1, p. 43-49, 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

RICOEUR, Paul. **Os três níveis do juízo**. Tradutor: José Maria Silva Rosa. Covilhã, Portugal: Lusofonia Press, 1996. Disponível em: <http://www.lusosofia.net/textos/ricoeur_paul_os_tres_niveis_do_juizo_etico.pdf>. Acesso em: 08 set. 2012.

RODRIGUES, Rogério. O desempenho do homem-massa nas práticas corporais esportivas: uma relação de amor e ódio. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 27, n. 1, p. 153-165, set. 2005.

ROMANELLI, Geraldo. A entrevista antropológica: troca e alteridade. In: BIAZOLI-ALVES, Zélia Maria Mendes (Orgs.). **Diálogos metodológicos sobre práticas de pesquisa**. Programa de Pós Graduação em Psicologia da FFCLRPUSP/CAPES. Ribeirão Preto: Legis-Summa, 1998.

SÁ, Celso Pereira. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SILVA, Francisco Martins (Org.). AZEVEDO, Luciene Ferreira; OLIVEIRA, Antonio César Cabral; LIMA, Jorge Roberto Perroux; MIRANDA, Marcelo Ferreira. **Recomendações sobre condutas e procedimentos do profissional de Educação Física na atenção básica à saúde**. Rio de Janeiro: CONFEF, 2010.

SILVA, Morgana Claudia. **As representações sociais de corpo a partir dos discursos de mestrandas em Educação Física**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Programa de Pós-Graduação Associado em Educação Física UEM/UEL, Maringá/Londrina, 2012.

SILVA, Sheila Aparecida Pereira dos Santos. **A pesquisa qualitativa em educação física**. São Paulo, 1996. Disponível em: <<http://cev.org.br/biblioteca/a-pesquisa-qualitativa-educacao-fisica>>. Acesso em: 6 nov. 2005.

SILVERA, Jorge Díaz. Algumas idéias referentes à formação de valores profissionais em estudantes universitários das áreas de informática. **T&C Amazônia**, v. 1, n. 2, jun. 2003.

SILVEIRA, Julio Cezar Fernandes. A responsabilidade civil do profissional de Educação Física. **Revista da Educação/UEM**, Maringá, v. 13, n. 1, p. 47-54, 2002.

SIMAN, Lana Mara de Castro. Representações e memórias sociais compartilhadas: desafios para os processos de ensino e aprendizagem da história. **Caderno Cedex**. Campinas, v. 25, n. 67, p. 348-364, set./dez. 2005.

SORIANO, Jeane Barcelos. **A constituição da intervenção profissional em Educação Física**: interações entre o conhecimento “formalizado” e a noção de competência. 2003. Tese (Doutorado em Educação Física). Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

_____. A constituição da intervenção profissional em Educação Física: interações entre o conhecimento “formalizado” e as estratégias de ação. **Revista Brasileira Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 315-32, out./dez. 2004.

_____. Escolas de Ofício e a relação com a Universidade: algumas implicações para a compreensão da constituição do conhecimento profissional em Educação Física. **Motriz**, Rio Claro, v. 15, n. 1, p. 151-161, jan./mar. 2009.

_____. Formação profissional em Educação Física: da orientação acadêmica à intervenção profissional. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**. v. 9, supl. 1, p. 21-25, 2010.

_____; SILVA, Priscilla Maia; CALCIOLARI JR., Anísio. A Educação Física enquanto grupo profissional: algumas inquietações sobre formação e intervenção na

área. In: NASCIMENTO, Juarez Vieira; FARIAS, Gelcemar Oliveira (Orgs.) **Construção da identidade profissional em Educação Física: da formação à intervenção**. Florianópolis: UDESC, 2012, v. 2, p. 423-445.

SOUZA, Neri Tadeu Câmara. Responsabilidade civil do enfermeiro. **Revista Direito e Liberdade**, v. 2, n. 1, p. 337-350, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://www.esmarn.tjrn.jus.br/revistas/index.php/revista_direito_e_liberdade/article/view/257>. Acesso em: 08 set. 2012.

SPERBER, Monique Canto (Org.). **Dicionário de ética e filosofia moral**. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2003.

SPINK, Mary Jane P. O conceito de representação social na abordagem psicossocial. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 300-308, jul./set. 1993.

TOJAL, João Batista. Ética, bioética e a profissão Educação Física: preparação e intervenção profissional. In: TOJAL, João Batista; BARBOSA, Alberto Puga (Orgs.). **A ética e a bioética na preparação e na intervenção do profissional de Educação Física**. Belo Horizonte: Casa da Educação Física, jan. 2006. p. 91-109.

TOLEDO, Maria Antonieta. Número de academias dobra em três anos no Brasil. **Revista Exame**, 9 mar. 2011. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/pme/noticias/numero-de-academias-dobra-em-tres-anos-no-brasil>>. Acesso em: 31 jul. 2013.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VERENGUER, Rita de Cássia. **Mercado de trabalho em educação física: significado da Intervenção profissional à luz das relações de trabalho e da construção da carreira**. 2003. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

_____. Mercado de trabalho em Educação Física: reestruturação produtiva, relações de trabalho e intervenção profissional. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, v. 4, n. 4, p. 39-54, 2005.

_____. Intervenção profissional em Educação Física: *expertise*, credencialismo e autonomia. **Revista Motriz**, Rio Claro, v. 10, n. 2, p. 123-134, maio/ago. 2004.

_____; CAMPANELLI, José Renato; KALLAS, Daniele; FREIRE, Elisabete dos Santos; FERDINAND, Camara da Costa. Mercado de trabalho em Educação Física: significado da intervenção profissional em academia de ginástica. **Revista Motriz**, Rio Claro, v. 14, n. 4, p. 452-461, out./dez. 2008.

XAVIER, Roseane. Representação social e ideologia: conceitos intercambiáveis? **Psicologia e Sociedade**. v. 14, n. 2, p. 18-47, jul./dez. 2002.

ANEXOS

ANEXO A

CARTA DE APRESENTAÇÃO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS

Prezado(a) Senhor(a)

Gostaríamos de convidá-lo a participar do nosso estudo que tem por objetivo identificar como os profissionais de educação física identificam os tópicos relacionados à responsabilidade profissional no local de trabalho. Trata-se de um projeto de pesquisa realizado junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física Associado UEL-UEM, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Jeane Barcelos Soriano.

O grupo a ser estudado será composto por profissionais de Educação Física que atuem na cidade de Londrina em academias de ginástica e que possuam formação em Educação Física.

Informamos que nossos procedimentos são caracterizados dentro da pesquisa qualitativa e a estratégia de obtenção dos dados nesse primeiro momento será por meio de observações e entrevistas.

Cabe ressaltar que, **nenhuma avaliação pessoal será realizada. As informações pessoais serão devidamente codificadas com o objetivo de se ter, tão somente, um mapeamento e caracterização das representações dos profissionais de Educação Física no processo de intervenção profissional.** De forma que, locais ou nomes não interessam a esta pesquisa e, portanto, os códigos serão imediatamente inutilizados após a sua realização.

Atenciosamente,

Prof.^a Dr.^a Jeane Barcelos Soriano
GEIPEF/LaPEF – UEL
jeane@uel.br ou soriano@sercomtel.com.br
Telefone: 3371-4764 ou 3371-4238

Mestranda: Juliana Vincenzi de Vergílio
GEIPEF/LaPEF- UEL
ju_uel@hotmail.com
Telefone: 8828-9796

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS

Prezado(a) Senhor(a)

Esta pesquisa tem como objetivo identificar como os profissionais de educação física identificam os tópicos relacionados à responsabilidade profissional no local de trabalho.

Trata-se de uma pesquisa estabelecida na abordagem qualitativa, na qual serão realizadas observações e entrevistas junto aos participantes do estudo. Pretende-se, portanto, realizar uma análise da representação da responsabilidade profissional em Educação Física, a partir do próprio ponto de vista dos participantes.

O resultado das análises será utilizado para o empreendimento de uma pesquisa em desenvolvimento, como trabalho de conclusão do curso de mestrado em Educação Física, junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física Associado UEL-UEM e, da Universidade Estadual de Londrina, sob a coordenação da Prof.^a Dr.^a Jeane Barcelos Soriano.

A qualquer momento da realização desse estudo, quaisquer dos participantes/pesquisados e/ou estabelecimentos envolvidos poderão receber esclarecimentos adicionais que julgarem necessários. Qualquer participante selecionado(a) poderá se retirar da pesquisa em qualquer fase de seu desenvolvimento, sem nenhum tipo de penalidade, constrangimento ou prejuízo. **O sigilo das informações será preservado através de adequada codificação dos instrumentos de coleta de dados. Nenhum nome, identificação de pessoas ou locais, especificamente, interessa a esse estudo.** Todos os registros efetuados no decorrer desta investigação científica serão usados para fins acadêmico-científicos e inutilizados após a fase de análise dos dados e apresentação dos resultados finais na forma de artigo científico.

Em caso de concordância com as considerações expostas, solicitamos que seja assinado o “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE” colocado abaixo. Desde já agradecemos sua colaboração e nos comprometemos a notificá-lo (a) acerca do andamento e envio dos resultados deste estudo.

Prof.^a Dr.^a Jeane Barcelos Soriano
GEIPEF - CEFE - UEL
jeane@uel.br - Tel.: (43) 3371-4764

Juliana Vincenzi de Vergílio
Responsável pela Coleta
ju_uel@hotmail.com - Tel.: (43) 8828-9796

Eu, _____, assino o termo de consentimento, após esclarecimento e concordância com os objetivos e condições da realização da pesquisa “REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA SOBRE RESPONSABILIDADE PROFISSIONAL”, permitindo, também, que os resultados gerais deste estudo sejam divulgados sem qualquer identificação pessoal dos participantes.

Londrina, _____ de _____ de 2013.

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Local da Entrevista:

Data da entrevista:

Duração da Entrevista:

Nome do Entrevistado:

PARTE 1: Caracterização do respondente

1. Tempo de formação em Educação Física? Em qual instituição de ensino se formou? Em qual curso?
2. Sexo:
3. Estado civil:
4. Qual a sua idade?
5. Possui outra graduação?
6. Possui pós-graduação?
7. Quais outros cursos que faz para atualizar-se?
8. Quais dos cursos ou vivências profissionais considerou mais impactante para o desempenho profissional?
9. Em que área?
10. Local de trabalho (no qual a pesquisa está sendo realizada)?
11. Tempo de atuação neste emprego?
12. Atividades que desenvolve?
13. Em qual horário você trabalha?
14. No horário trabalhado, quem fica responsável pelas atividades desenvolvidas? De que forma essa maneira de gestão do espaço e das atividades você acredita influenciar a execução de seu trabalho (ou maneira como toma decisões)?
15. Qual o número de horas trabalhadas por semana neste local de intervenção?
16. Como as atividades se distribuem durante a semana?
17. Atua profissionalmente em outras empresas?

18. Qual a faixa de rendimento que você recebe por seus serviços nesta empresa que estamos pesquisando?
19. Qual a faixa de rendimento pessoal médio (se solteiro) ou familiar (se casado)?

PARTE 2: Caracterização do local de intervenção

1. Qual o perfil (formado em que área) do proprietário do estabelecimento?
2. Qual o perfil do público atendido em relação:
 - a) Faixa etária?
 - b) Classe socioeconômica?
 - c) Condição física? Normal ou com necessidades especiais?
3. Qual o tipo de serviço oferecido por este local?
4. Qual o período do dia tem o maior fluxo de alunos neste local?
5. Qual a quantidade de alunos em média você atende por horas trabalhadas na musculação?

PARTE 3: Representações sobre a Responsabilidade Profissional na intervenção profissional

1. Você poderia me falar um pouco sobre o que você faz no seu trabalho?
2. No seu entender, o que deveriam ser considerados deveres (obrigações) dos profissionais de Educação Física que atuam na área?
3. Como você descreveria um profissional qualificado/competente?
4. Quando você observa a atuação de outros profissionais, ou pensa na sua própria atuação (profissional), como você descreveria possíveis infrações, no sentido de não cumprir com um dever profissional?

5. Você poderia me dar um exemplo de uma atuação profissional irresponsável?
6. Em sua opinião, como os conhecimentos que você possui auxiliam nas suas escolhas na atuação profissional? E sua experiência? E as habilidades (possui características que o fazem resolver problemas)?
7. Uma das particularidades do seu trabalho está relacionada ao fato de você atuar diretamente com os anseios da população atendida em relação à atividade física. O que você consideraria ser a diretriz (o que vai nortear) para sua atuação profissional?
8. Considerando as normas estabelecidas pela empresa e sua relação com a “chefia”, você alguma vez precisou abdicar de uma atitude que achava mais conveniente para a situação para se enquadrar ao que a empresa exige?
9. O que você define como essencial para que a sua atuação como profissional de Educação Física seja considerada segura?
10. Você poderia me falar um pouco sobre o que você entende por responsabilidade profissional?
11. Em sua opinião, qual o impacto que as normas estabelecidas pelo Cref através do código de ética, por exemplo, tem na noção/ideia de responsabilidade do profissional de Educação Física?
12. O que você jamais faria enquanto profissional responsável? Você poderia me dar exemplos?